

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

NATÁLIA SANTANA ARAÚJO

CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA:
POLÍTICAS PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES DAS
INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO EM BELO HORIZONTE

BELO HORIZONTE

2018

NATÁLIA SANTANA ARAÚJO

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA:
POLÍTICAS PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES DAS
INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO EM BELO HORIZONTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Profa. Ana Marcela Ardila Pinto

Linha de Pesquisa: Sociologia Urbana e das Populações.

Área: Sociologia Urbana

BELO HORIZONTE

2018

“Em todo caso, o mundo parece feio, mau e sem esperança. Esse seria o desespero de um velho que já morreu por dentro. Mas eu resisto...”.

Jean-Paul Sartre

AGRADECIMENTOS

Se dependesse só de mim esse trabalho não seria finalizado. Resultado de três anos de pesquisa, essa dissertação é fruto de muito trabalho, mas principalmente de muito compartilhamento. Compartilhamentos de teorias, ideias, dúvidas, angústias, alegrias e ansiedades.

Ele é o resultado de horas de orientações e de conversas com amigos. E principalmente de um trabalho de campo extremamente prazeroso no qual vivenciei muitas experiências que me fizeram prolongar mais do que o tempo me permitia esta etapa.

Neste sentido não poderia deixar de agradecer primeiramente a Ana Marcela Ardila, minha orientadora, ao qual sou muito grata por ter sustentado este trabalho comigo e por ter acreditado nele mesmo quando eu tive minhas dúvidas. Mais do que uma orientadora acadêmica, Ana Marcela foi uma companheira nestes últimos cinco anos.

Agradeço também a minha amiga Caroline Ferreira pela sua disponibilidade de revisões e contribuições, desde o projeto para a entrada no mestrado até as contribuições neste trabalho final. Sua sensibilidade sociológica me admira. Tarcísio Perdigão também foi um companheiro nesta jornada que contribuiu muito para a construção deste trabalho final. Agradeço pelas conversas, preocupações e principalmente as contribuições no segundo capítulo.

Várias outras pessoas também colocaram suas mãos neste trabalho e compartilharam conhecimentos. Por isso agradeço a Amanda Rocha, Fabiane Matos, Gabriela Lima, Thais Barroso, Nathália Porto todos meus colegas de mestrado, especialmente Leonardo Silva, Gabriela, André, Tharcio, Daniel, Andrea, Leila e Luiza Morena com quem mais compartilhei trabalhos, conversas, angústias e felicidades de ver nossos trabalhos sendo realizados, seu trabalho foi uma das coisas mais bonitas que vivenciei no mestrado.

Aos colegas do CEURB, especialmente Bruna, Bruna e Laíse com quem compartilhei questões e discussões sobre minha pesquisa.

À CAPES pelo apoio financeiro que viabilizou esta pesquisa.

À Profa. Dra. Candice Vidal e ao Prof. Dr. Bráulio Figueiredo.

Meu eterno agradecimento a todos os trabalhadores dos serviços aqui pesquisados por terem me aceitado em seus cotidianos de trabalho e pela paciência de me explicarem todo seu cotidiano profissional. Agradeço também à Alice que me orientou e ajudou na entrada de campo. A Olga e ao Enrico, trabalhadores das Gerências de Média e Alta Complexidade por serem tão solícitos no início do trabalho. Esta foi uma das experiências mais bonitas vivenciadas

em minha trajetória profissional, além de um grande aprendizado que levarei para toda minha vida.

Agradeço muito o suporte cotidiano de vários amigos como Vanessa, Renata, Izabela, Paulo Bellonia, Sofia Repolês, Maria Clara, Maria Leticia, Iara, Lucas e Antônio além da minha velha nova amiga Lua.

Gostaria de agradecer infinitamente aos meus pais Soraia e Sérgio e irmãs Isabela e Daniela, não só ao apoio afetivo e psicológico, mas também pelas contribuições para este trabalho acontecer, principalmente nesta etapa final.

Finalmente gostaria de agradecer ao meu marido Adriano Oliveira (Didi) por todo companheirismo nesta jornada. Pelo suporte para ver esse trabalho finalizado, pela compreensão dos momentos mais difíceis e por todas contribuições para esta pesquisa se materializar. Obrigada por fazer parte disso tudo. Te amo muito.

RESUMO

Resumo

Esta dissertação busca analisar os serviços da assistência social de Belo Horizonte que são destinados a crianças e adolescentes em situação de rua através da compreensão que os funcionários possuem da rua, elemento determinante para a classificação do público atendido. Busca também verificar as expectativas e ações destes trabalhadores através de sua relação com os jovens usuários dos serviços e com os outros funcionários. O objetivo desta pesquisa é verificar se a compreensão dos trabalhadores a respeito do papel da rua na vida do público atendido influencia na sua atuação e se há uma certa discricionariedade nas tomadas de decisões e nas ações do seu cotidiano de trabalho. O recorte realizado baseou-se nos serviços que possuem em sua tipificação o atendimento destinado ao público jovem que se encontra em situação de rua, ou como aparece em alguns serviços de Belo Horizonte, em trajetória de vida nas ruas. Para esta pesquisa foram acompanhados trabalhadores do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua – CREAS Pop Miguilim e das Unidades de Acolhimento Institucional para Adolescentes com Trajetória de Vida nas Ruas (UAI/TVR). Os resultados encontrados demonstraram que em alguns serviços, a problematização e reflexão sobre a rua não era algo tão claro e aprofundado pelos trabalhadores, enquanto que o estabelecimento de vínculos, tanto entre indivíduos quanto entre indivíduo e serviço foi se tornando um elemento importante para a pesquisa que passou a ganhar atenção durante o trabalho de campo. No processo de análise das informações, diferentes interpretações e compreensões apareceram no discurso e nas ações dos trabalhadores. Tais interpretações se mostravam muitas vezes de forma dicotômica o que desencadeava, nessas situações, em ações antagônicas por parte dos trabalhadores.

Palavras chave: Criança e Adolescente; Situação de Rua; Burocratas do Nível de Rua; Política de Assistência Social

ABSTRACT

This research seeks to analyze the social services of Belo Horizonte that are intended for the public of children and adolescents in a street situation through the understanding that the employees have of the street, determining element for the classification of the public served. It also seeks to verify the expectations and actions of these workers through their relationship with the young users of the services and with the other employees. The objective of this research is to verify if the employees' understanding of the role of the street in the life of the public served influences their performance and if there is a certain discretion in the decisions and actions in their work routine. The cut made based on the services that have in their typification the service destined to the young public that is in situation of street, or as it appears in some services of Belo Horizonte, in trajectory of life in the streets. For this research, some workers from the Specialized Service in Social Approach (SEAS), from the Specialized Reference Center for Street People - CREAS Pop Miguilim, a Unit for Child and Adolescent Care, and the Institutional Reception Units for Adolescents with Trajectory of Life on the Streets (UAI / TVR). The results showed that in some services, the problematization and reflection on the street was not something so clear and deepened by the workers, the establishment of relations between individuals as well as between individual and service was becoming an important element for research that gained attention during the field work. In the information analysis process, different interpretations and understandings appeared in the discourse and in the actions of the workers. These interpretations were often shown in a dichotomous way which triggered, in these situations, antagonistic actions by the workers.

Key-words – Child and Youth; Street Situation; Street-Level Bureaucracy; Social Assistance Policy

ÍNDICE DE SIGLAS

ADRA – Associação Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais
ANCED- Associação dos Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CEDAFAC – Centro de Diagnóstico, Acompanhamento Familiar e Articulação Comunitária
CCHJ – Casa de Caridade Herdeiros de Jesus
CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CEIP- Centro de Internação Provisória
CENTRO POP – Centro de Referência Especializado em População em Situação de Rua
CF-88 – Constituição Federal de 1998
CIA – Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional
CIDOC – Centro de Informação e Documentação
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CONANDA – Conselho Nacional dos Direito da Criança e do Adolescente
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CRJ – Centro de Referência da Juventude
CP – Centro de Passagem
CT – Conselho Tutelar
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
GIRARUA – Grupo Interinstitucional de Entidades de Atendimento aos Meninos e Meninas de Rua em Belo Horizonte
GPAS – Gerência de Coordenação da Política de Assistência Social
GPES – Gerência de Proteção Especial
GT – Grupo de Trabalho
IJUCI – Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania
JOCUM – Jovens com uma Missão
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MNMMR – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
NOB/SUAS – Normas Operacionais Básicas
NOB-RH/SUAS – Norma Operacional para a área de Recursos Humanos
ONG – Organização Não Governamental
PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PNABEM – Política Nacional do Bem-Estar do Menor
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PPL – Pedreira Prado Lopes
PPP – Projeto Político Pedagógico
PROFEG – Programa Família Extensa Guardiã
SAM – Serviço Nacional de Assistência a Menores
SARF – Serviço de Apoio à Reintegração Familiar
SEAS – Serviço Especializado em Abordagem Social
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SETASCAD – Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social
SIGPS – Sistema de Monitoramento e Informação das Políticas Sociais
SMASAC – Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania
SMDS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SNDCA/MDH – Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério Público dos Direitos Humanos
SOSF – Serviço de Orientação Sócio Familiar
TI – Trabalho Infantil
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
TVR – Trajetória de Vida nas Ruas
UAI – Unidade de Acolhimento Institucional
URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização dos Serviços pesquisados em Belo Horizonte	45
Figura 2 - Casa Travessia e seu entorno	50
Figura 3 - Fachada da Casa Travessia.....	52
Figura 4 - Vista da Varanda Casa Travessia	53
Figura 5 - Casa Francisca de Paula e seu entorno	55
Figura 6 - Fachada da casa Francisca de Paula	57
Figura 7 - Vista interna da Casa Francisca de Paula.....	58
Figura 8 - Casa ADRA 3 e seu entorno	61
Figura 9 - Fachada da Casa ADRA 3.....	62
Figura 10 - Vista interna da Casa ADRA 3.....	63
Figura 11 - Centro POP Miguilim e seu entorno.....	72
Figura 12 - Fachada do Centro POP Miguilim.....	73
Figura 13 - Atuação do SEAS por regional.....	80
Figura 14 -Mapa construído pelas equipes de arte-educadores.....	82

SUMÁRIO

Introdução.....	13
Capítulo 1: Política de Assistência Social e Direitos da Criança e do Adolescente para o público em situação de rua no contexto de Belo Horizonte	28
1.1- Direitos das crianças e adolescentes. Construção de uma política de atendimento ao público infanto-juvenil.....	28
1.2- Política Nacional de Assistência Social.....	33
1.3- O contexto de Belo Horizonte	36
1.3.1- A construção da Política de Assistência Social em Belo Horizonte.....	36
1.3.2- Como está organizada a Secretaria de Assistência Social em Belo Horizonte.....	38
1.4- Os Serviços pesquisados: Unidades de Acolhimento Institucional TVR, CREAS POP Miguilim e Serviço de Abordagem Social	41
1.4.1- Unidades de Acolhimento Institucional (UAI/TVR)	41
1.4.1.1- Casa Travessia.....	48
1.4.1.1a- Casa Travessia e seu entorno.....	49
1.4.1.1b- Estrutura do equipamento e quadro de funcionários	50
1.4.1.2- Casa Francisca de Paula.....	54
1.4.1.2a- Casa Francisca de Paula e seu entorno	54
1.4.1.2b- Estrutura do equipamento e quadro de funcionários	55
1.4.1.3- Casa Esperança Adra 3	59
1.4.1.3a- Casa Esperança ADRA 3 e seu entorno.....	59
1.4.1.3b- Estrutura do equipamento e quadro de funcionários	61
1.4.2- CREAS Pop Miguilim.....	64
1.4.2.1- Histórico do Programa Miguilim	65
1.4.2.2- Centro Pop Miguilim e seu entorno.....	70
1.4.2.3- Estrutura do equipamento e quadro de funcionários	72
1.4.3- Serviço Especializado em Abordagem Social	75

1.4.3.1- Histórico do SEAS	75
1.4.3.2- Localização do SEAS e rede de atendimento	79
1.4.3.3- Estrutura do equipamento e quadro de funcionários	81
1.5- Considerações preliminares.....	82
Capítulo 2: Procedimentos e interações entre funcionários e público infanto-juvenil. Quando a rua faz parte do cotidiano de trabalho.....	85
2.1- Como é definido o público atendido.....	85
2.1.1- Definição do público atendido nos documentos dos serviços	86
2.1.2- Definição do público atendido pelos trabalhadores dos serviços	91
2.2- A construção do cotidiano. Estratégias para conter a rua.	107
2.2.1 - O cotidiano nas Unidades de Acolhimento Institucional	107
2.2.2- O cotidiano no Centro POP Miguilim.....	117
2.2.3- O cotidiano no SEAS	120
2.3 - Considerações preliminares.....	125
Considerações finais	127
Referências Bibliográficas	130
Anexo	133

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é fruto de um questionamento que surgiu em meu trabalho de conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais. Naquele período, ano de 2013, realizei uma pesquisa com um grupo de crianças e adolescentes que permaneciam diariamente, principalmente no período noturno, no cruzamento da avenida Presidente Carlos Luz e da rua Conceição do Mato Dentro, principal rua do bairro Ouro Preto, Regional Pampulha, na cidade de Belo Horizonte. O grupo era composto por cerca de vinte meninos (todos do sexo masculino), com idade entre nove e quinze anos, maioria moradores da favela Bispo de Maura na cidade de Ribeirão das Neves, região metropolitana da capital.

Os objetivos da pesquisa eram compreender como um grupo de crianças se apropriava do espaço público, elaborando novos significados para ele e verificar os tipos de atividades e sociabilidades que eram realizadas por este grupo no contexto urbano. Para isso realizei um trabalho de campo que intercalava observações distanciadas, para analisar o local de forma mais ampla, e acompanhamento dos meninos na tentativa de observar suas práticas e conversar com eles sobre suas rotinas diárias.

Durante o trabalho de campo, verifiquei frequentes relatos dos meninos sobre a passagem em equipamentos como o CIA (Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional), o CEIP (Centro de Internação Provisória), o Conselho Tutelar e os Abrigos. Assim, muitas vezes quando um adolescente passava alguns dias sem ir ao local e eu questionava o motivo, ele relava que havia sido levado pela polícia a um destes órgãos. Nestas conversas, dois pontos me chamaram bastante atenção. O primeiro diz sobre como estes jovens realizavam uma leitura da cidade de acordo com a localização destes equipamentos. Sempre que tentava mapear por onde eles circulavam, as descrições traziam estes equipamentos como pontos de referência.

O segundo diz sobre como estes jovens descreviam os equipamentos que já haviam frequentado de forma bastante negativa. Relatavam violências sofridas pela polícia, descreviam o CEIP comparando-o a um presídio, contavam casos de fugas dos abrigos e sobre a Kombi do Conselho Tutelar que passava recolhendo os meninos das ruas.

Cada vez que conversava com os meninos me interessava mais por entender como eram estes locais por onde circulavam, principalmente pelo fato de serem serviços que tinham como modelo de atuação a proteção social de crianças e adolescentes, mas que nos discursos dos meninos ganhavam um caráter punitivo e violento. Contudo, como este não era um objetivo da

minha pesquisa naquele momento, estas informações não entraram no meu trabalho final, ficando apenas como dados a serem analisados posteriormente.

Logo após o término da graduação, em 2014, atuei na pesquisa “Fortalecimento do sistema de proteção aos direitos humanos de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual em contexto de copa do mundo” da ANCED (Associação dos Centros de Defesa da Criança do Adolescente), no qual me familiarizei com muitos dos serviços socioassistenciais e do sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes. Isso fez com que meu interesse em estudar estes equipamentos retornasse e assim, comecei a pensar em um projeto de mestrado.

Durante o trabalho de monografia me interessei especialmente em conhecer a lógica de operação dos Abrigos de Belo Horizonte. Já no trabalho de pesquisa em 2014, o Serviço de Abordagem de Rua e o Centro de Referência Especializado para Pessoa em Situação de Rua – Centro POP Miguilim¹ foram os serviços que se mostraram como fundamentais para a política de atendimento ao público infanto-juvenil que se encontrava nas ruas da cidade.

O CEDECA (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente) também me pareceu importante de ser pesquisado por ser um integrante do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e porque, durante a pesquisa, me foi relatada uma intervenção em um caso de uma jovem que se encontrava em situação de rua, mas que rejeitava o serviço de acolhimento. Através do CEDECA foram propostas outras formas de atendimento à esta adolescente visando garantir sua proteção, mas também considerando seus desejos. Este relato me possibilitou perceber a existência de pessoas que estavam pensando a respeito dos atendimentos ao público em situação de rua, e não apenas reproduzindo processos determinados por regulamentos e orientações formais e institucionais.

Outro fator determinante para a escolha dos serviços que seriam contemplados em meu trabalho foi a realização de uma entrevista com um amigo e ex-técnico do Serviço de Abordagem de Rua, na qual ele me explicou as estratégias que eram construídas pelos serviços com o objetivo de retirar a criança da rua. Uma delas era o trabalho em rede realizado entre o serviço de Abordagem de Rua e o Centro POP Miguilim. O entrevistado me informou que, durante o processo de aproximação com o público atendido no contexto da rua, era realizado um convite para assistir um filme, participar de uma oficina ou comer um lanche no Miguilim. Com os jovens neste espaço, se iniciava todo um trabalho de conscientização para a saída da rua. Eram realizados o atendimento e uma conversa com os jovens sobre as possibilidades de

¹ Os serviços serão apresentados no primeiro capítulo deste trabalho.

retorno para suas casas. As equipes também realizavam uma busca de familiares e, em situações que o retorno à família não era possível, se fazia um convite para o jovem passar a noite em uma casa de passagem ou abrigo conveniado. Dentre os Centros de Passagem, o entrevistado destacou o Centro de Passagem Dom Bosco porque muitos jovens demandavam a instituição. Isso porque a casa possuía uma piscina o que tornava o local atraente para os jovens.

Dizendo sobre essas estratégias e focando muito na orientação de que era necessário realizar todas as tentativas de fazer com que os jovens não retornassem para a rua, o entrevistado me contou que em algumas ocasiões ele percebia que o retorno à família poderia ser mais danoso para a criança do que sua permanência na rua. Ele comentou que as vezes sentia que os meninos ficavam mais seguros na rua, apesar de todas suas vulnerabilidades e perigos, porque em certos casos a violência ocorria dentro da própria casa.

Dessa forma, foi possível perceber que a ideia da rua como um local perigoso, danoso, proibido em qualquer circunstância não aparecia como dada ou naturalizada. Havia outras problematizações e outras perspectivas de compreensão do papel da rua na vida das crianças que a busca. O entrevistado disse que era muito difícil lidar com as várias questões que precisavam ser consideradas nos casos destas crianças. Era compreensível a permanência dessas crianças na rua ao mesmo tempo que era impossível assumir um discurso de legitimação deste lugar.

Foi nessas ambiguidades, nessas incoerências, nas compreensões, nas análises, nos discursos e atuações no cotidiano de trabalho dos funcionários que busquei ancorar meu trabalho, sempre colocando como ponto de partida a tensão que a rua provocava na tomada de decisões e na construção de ações e intervenções com o público atendido.

Pensando que os profissionais destas instituições de assistência à criança e adolescente em situação de rua precisam lidar com pressões, como a escassez de recursos, cobranças para responder aos objetivos e metas dos programas, além da necessidade de negociar com o público atendido, (LIPSKY, 1980) pretendo entender: **Como estes funcionários percebem seus processos de trabalho, baseados em um poder discricional, tendo como centralidade a tensão que é o papel da rua, tanto para eles quanto para o público atendido?**

A rua neste contexto, apresenta um alto grau de ambiguidade porque aparece ao mesmo tempo como local de atuação profissional, como elemento estruturante na identidade do público atendido e no processo de socialização destes jovens, além de lugar que precisa ser negado a todo momento, mas também negociado.

Assim, na busca por compreender a relação criança-rua-instituição utilizo o trabalho de Michael Lipsky *Street-Level Bureacracy* porque ele aborda a importância de se considerar os burocratas “da ponta” das políticas públicas, que atuam diretamente com a população representando o Estado (LIPSKY, 1980). Estes funcionários são aqueles que possuem acesso ao mesmo tempo à política, às estruturas do Estado e às experiências das crianças com a cidade. São os atores que podem compreender a discrepância entre a política como ideia e sua aplicação concreta, além de ter a capacidade de formular e reformular a política durante o processo de implementação, “(...) *agir discricionariamente, realizando escolhas alocativas, adaptando critérios e julgando situações específicas a partir de seus próprios valores e referenciais (...)*” (LOTTA e PAVEZ, 2010, p. 109), além de discutir e negociar as suas práticas e atividades com o público atendido.

O processo de construção do campo

Para iniciar o trabalho de campo realizei três processos que ocorreram simultaneamente, dois processos formais e um terceiro através de contatos diretos com os trabalhadores dos serviços que pretendia pesquisar. Os processos formais foram a submissão do projeto no Comitê de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais e o pedido de autorização na Gerência de Coordenação da Política de Assistência Social – GPAS. Enquanto os pedidos estavam sendo analisados, me reuni com a Gerência dos Serviços de Média Complexidade para Pessoas em Situação de Rua, onde estão alocados o Centro Pop Miguilim e o Serviço de Abordagem de Rua e com a Gerência de Alta Complexidade onde estão os serviços de acolhimento institucional para apresentar o projeto de pesquisa e avaliar as possibilidades de executá-lo. Também entrei em contato com a coordenação do CEDECA e do Centro de Passagem Dom Bosco.

Em contato com a coordenação do CEDECA fui orientada a conversar com uma integrante do Centro que estava atuando à frente da ação com crianças e adolescentes em situação de rua. Em contato com esta integrante fui novamente orientada a conversar com outra pessoa. Contudo, ao tentar marcar uma reunião com esta integrante, fui informada que ela se encontrava afastada do CEDECA. Devido às dificuldades de conseguir um contato dentro do CEDECA optei por retirá-lo do meu projeto de pesquisa, focando assim, nos serviços socioassistenciais de Belo Horizonte.

A escolha do Centro de Passagem Dom Bosco como local para realizar a pesquisa também precisou ser repensada. Isso porque quando entrei em contato com a coordenação da casa fui informada que o serviço de Centro de Passagem já não era mais realizado pela Instituição Salesiana.

Assim, quando me reuni com a Gerência dos Serviços de Alta Complexidade pontuei que a proposta inicial era realizar o trabalho no Centro de Passagem Dom Bosco, mas como este equipamento já não existia, precisava repensar qual equipamento poderia substituí-lo. Nesta reunião também estavam dois supervisores que me apresentaram como os serviços da alta complexidade estavam organizados. Me informaram que a nomenclatura que havia usado em meu projeto estava equivocada, que o termo *Abrigo* fora substituído pelo termo *Unidade de Acolhimento Institucional*, e que para o público exclusivo de crianças e adolescentes em situação de rua haviam três unidades que eram classificadas como UAI/TVR – Unidade de Acolhimento Institucional/Trajatória de Vida nas Ruas. Nesta reunião foi sugerido pelos supervisores a realização da pesquisa na Casa Travessia e me foi autorizado entrar em contato com a coordenadora da Unidade. Também me foi disponibilizado uma planilha com todas as UAIs que atendiam o público de crianças e adolescentes em Belo Horizonte.

No primeiro trabalho de campo, que ocorreu na Casa Travessia, fui informada que o serviço não estava atendendo muitos jovens com trajetória de vida nas ruas e me foi sugerido a realização do trabalho em outras duas unidades de acolhimento institucional, a Casa Francisca de Paula III que atendia o público masculino e a casa ADRA 3 que atendia o público feminino. Assim, retornei o contato com a gerência da Alta Complexidade que me autorizou a realizar o trabalho com estas duas casas.

Na reunião com a Gerência de Média Complexidade também apresentei meu projeto de pesquisa e acordamos que seria agendada uma nova reunião com a presença das coordenações dos serviços de Abordagem de Rua e do Centro POP Miguilim. Devido às dificuldades de agenda, esta reunião ocorreu apenas com a Gerência de Média Complexidade e com a Coordenação do Serviço de Abordagem de Rua. Neste encontro, conversamos sobre as possibilidades de realizar a pesquisa. Pontuei que desejava acompanhar as equipes que atuavam nos territórios onde se encontravam maior número de crianças e adolescentes em situação de rua, além de ter o interesse em conhecer os territórios mais distantes do centro da cidade, com o objetivo de tentar verificar se o fenômeno se dava de forma diferenciada nestas duas localidades da cidade. A coordenadora se prontificou a agendar uma reunião com alguns técnicos, principalmente aqueles com mais experiência em atender o público jovem, para que

me fosse explicado o funcionamento do serviço e acordado as possibilidades de acompanhamento das equipes.

Como não foi possível a participação da Coordenação do Centro POP Miguilim, fui autorizada pela gerente a realizar o contato direto com o serviço para apresentar a proposta da pesquisa. Assim, realizei uma reunião com a coordenadora no próprio equipamento e acordamos uma agenda de acompanhamento do serviço.

Devido a todas estas etapas, que considerei importantes de serem executadas, meu trabalho de campo iniciou em distintos momentos em cada um dos serviços, sendo estabelecido à medida que ia conseguindo as autorizações para acompanhar os funcionários que atuavam diretamente com o público de crianças e adolescentes em situação de rua.

Metodologia da análise dos dados

Para compreender as intervenções realizadas pelos trabalhadores dos serviços pesquisados, lancei mão de três métodos de investigação: a entrevista semiestruturada (1), a observação do cotidiano dos trabalhadores (2) e análise documental das políticas, instrumentos de gestão da instituição e relatórios produzidos das atividades realizadas (3), construindo assim uma triangulação de técnicas (observação, entrevista e análise documental) com o objetivo de produzir informações a serem comparadas.

A escolha de cinco serviços que atuam na área de atendimento e proteção à criança e adolescente em situação de rua se justifica porque entende-se que a política é desmembrada em vários serviços que atuam de acordo com algum tipo de modelo. Há alguns modelos que permitem o atendimento da criança em situação de rua no próprio local onde se encontram, enquanto outros são serviços destinados a receber e abrigar estes jovens. Ao realizar a pesquisa nestes cinco serviços foi possível estabelecer uma comparação sobre as semelhanças e diferenças de atuação levando-se em conta a relação tanto da parte dos funcionários das instituições quanto dos usuários dos serviços com a rua. Compreende-se que os serviços não se limitam aos escolhidos nesta pesquisa, mas acredita-se que a escolha destes possibilita o acesso a várias frentes de atuação gerando um vasto material para análise.

Foi realizado um levantamento documental com o objetivo de compreender as diretrizes de cada serviço. Aqui não houve o objetivo de analisar o marco lógico dos serviços ou toda sua estrutura de funcionamento, isso seria realizar um trabalho puramente institucional. O objetivo

foi compreender como os funcionários eram orientados para realizar suas atividades cotidianas e se havia alguma categorização, classificação de crianças em situação de rua.

Completando a pesquisa documental realizei entrevistas semiestruturadas com os funcionários com o objetivo de captar melhor as estratégias de intervenção, focando principalmente na compreensão que possuem sobre o papel da rua e da cidade na vida dos jovens atendidos. As entrevistas com os funcionários também permitiram compreender os tipos de atividades realizadas, quais elementos orientavam suas ações, como a rua aparecia no cotidiano de trabalho, quais estratégias eram pensadas para atender o público alvo da política e quais atividades em conjunto com outros serviços eram realizadas. Com esse material foi possível também captar pontos que convergiam e divergiam na forma de atuação destes trabalhadores. A análise dessas entrevistas foi realizada de forma qualitativa, por meio de categorização e codificação das falas através de construção de campos semânticos, como papel da rua, atuação do serviço, leitura do público atendido.

Também acompanhei e observei o cotidiano de atuação dos trabalhadores e os processos de atendimento, com o objetivo de compreender as ações, tomadas de decisões e como as abordagens eram realizadas, tendo como ponto de partida a compreensão do papel da rua e da cidade na vida do público atendido e na ação dos funcionários. Ao analisar os modelos de atuação, verifiquei os pontos que se aproximavam e os que se distanciavam entre os atendimentos de cada serviço. Nesta comparação busquei analisar se havia uma confluência nos objetivos de atendimento, se havia contradição, se os serviços realizavam procedimentos em conjunto, se atuavam em vertentes distintas, se comunicavam entre si.

A construção dos atendimentos, tendo a rua como papel central, possibilitou verificar se a compreensão da instituição e, principalmente dos funcionários, sobre a rua influenciava nas formas de atuar, de interagir, de escutar e de negociar com os jovens em situação de rua. Durante o acompanhamento foram realizadas atividades de observação dos processos de trabalho, durante os horários de cada funcionário, além de registro em diário de campo e entrevistas informais. Através das entrevistas, mais estruturadas, questionei os funcionários sobre os aspectos identificados durante o acompanhamento e os contrastes entre as práticas e discursos institucionais, além do papel da rua nos atendimentos dos adolescentes.

Tabela 1 - Quantitativo do trabalho de campo

Instituição	Acompanhamento	Entrevista
Casa Travessia	8 acompanhamentos: 8 educadores 1 técnico	5 entrevistas: 3 educadores 1 técnico 1 coordenador
Casa Francisca de Paula III	9 acompanhamentos: 11 educadores 2 técnicos 1 coordenador	10 entrevistas: 6 educadores 3 técnicas 1 coordenador
Casa ADRA 3	8 acompanhamentos: 6 educadores 2 técnicas 1 coordenador	8 entrevistas: 6 educadores 1 técnica 1 coordenadora
Centro POP Miguilim	11 acompanhamentos: 3 educadores 2 técnicas	6 entrevistas: 3 educadores 2 técnicas 1 coordenador
Abordagem de Rua	14 acompanhamentos: 11 técnicos 2 educadores par 2 arte-educadores	14 entrevistas: 7 técnicos 2 educadores par 3 arte-educadores 1 supervisor 1 coordenador
Gerência de Alta Complexidade		1 supervisor
Casa Dom Bosco		1 técnica
Total	50	45

Fonte: Elaboração própria.

Construindo uma problemática de pesquisa: a infância na rua

A partir da década de 1980, houve uma grande produção de estudos e pesquisas sobre crianças e adolescentes em situação de rua. Tanto a academia quanto os órgãos públicos haviam voltado suas atenções para este fenômeno que estava se tornando um *problema social* nas capitais do país. O principal objetivo dessas pesquisas era compreender as causas motivadoras que levavam várias crianças e adolescentes a considerar a rua como seu local de moradia e de realização de suas atividades cotidianas, visando à construção de políticas públicas que pudessem romper com esta trajetória de vida (RIZZINI, 2003).

Em consequência do olhar do Estado voltado para as crianças em situação de rua, várias pesquisas começaram a ser realizadas com o intuito de quantificar o número de crianças e adolescentes que se encontravam nas ruas das grandes cidades brasileiras. Houveram levantamentos, de distintas fontes, que demonstravam uma variação entre 49,6 milhões e um milhão de crianças em situação de rua, nos períodos entre 1982 e 1993 (ROSEMBERG, 1993). Isso provocou uma série de debates acerca do fenômeno e da real dimensão em que ele se encontrava.

Maria Filomena Gregori (2000) pontua que, apesar das questões de pobreza e desestrutura familiar em contextos urbanos serem fatores que possuem “um papel fundamental na reprodução do seguimento dos meninos e meninas de rua” (*Idem*, pág.18) não se podem vincular explicações causais para justificar tal contexto. A autora também diz que a questão do abandono também precisa ser vista com outro ângulo já que a relação familiar, na maioria das vezes, não se rompe de forma drástica.

A relação familiar de crianças em situações de risco (sendo a situação de rua uma delas), aparece como elemento abordado em todos os trabalhos realizados com este público. Alguns focam na temática familiar, outros pincelam sobre ela ao discutir e problematizar outras questões. Ao que me parece, as várias perspectivas adotadas nestes estudos possibilitam elucidar que definitivamente não se pode generalizar a relação familiar como um processo de rompimento a medida que a rua se torna um elemento importante e presente na vida destas crianças.

Conforme analisado por Debortoli, Gouvêa e Lima (*apud* LANSKY, 2008) o papel da rua para a população de classes baixas não aparece de forma tão dicotômica em relação ao local da casa como aparece no contexto de populações de classe média e alta onde é possível distinguir as atividades realizadas no âmbito do privado e do público. A percepção da rua como

uma extensão da casa aponta que para estes indivíduos a ideia de perigo, de local inapropriado, principalmente para a criança não aparece tão evidente (LIMA, *apud* LANSKY, 2008).

Outra questão referente às crianças e adolescentes em situação de rua diz respeito sobre como a literatura, e as instituições classificam e definem este grupo. A UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância determina duas categorias para classificar o grupo de crianças e adolescentes com trajetórias de rua. São elas “crianças de rua” e “crianças na rua”. A primeira diz sobre aquelas crianças que passam mais dias e noites na rua sem receber apoio familiar, que tem a rua como local de sobrevivência, de trabalho, vínculos sociais e afetivos. A segunda diz sobre as crianças que passam grande parte do dia na rua, mas que possuem algum apoio familiar e geralmente voltam para casa à noite. Gregori (2000) apresenta uma definição mais ampla ao dizer que meninos de rua são aqueles que fazem da rua “lugar que ordenam seus cotidianos, suas relações e identidades” (*Idem*, pág. 15), sendo que o rompimento com a família não necessariamente ocorra, mantendo a casa como um local de referência.

Cabe ainda apontar que existe uma dificuldade no acesso a informações sobre a atuação das políticas sociais e sobre dados com o número e perfil de crianças e adolescentes em situação de rua. Isso se dá pelo fato de que os levantamentos disponíveis sobre esse grupo referem-se, normalmente, a estudos de casos (FERREIRA, 2011); além das dificuldades que se apresentam para definir quem de fato são crianças e adolescentes em situação de rua.

Ambiguidades nas classificações e categorias da infância

Se a compreensão do fenômeno criança em situação de rua apresenta distintas interpretações, formas de categorizar e classificar, é preciso entender que além da ambiguidade existente na característica de situação de rua, existe toda uma discussão anterior acerca da construção da ideia de criança. A discussão a respeito das definições sobre o período de infância teve inicialmente lugar nos campos da biologia e da psicologia, passando também pela história e mais recentemente foi abordada nos campos da sociologia e da antropologia. Enquanto as perspectivas psicológicas e biologistas consideravam a infância como uma etapa transitória e relacional, a história problematizava a ideia de infância contribuindo para desconstruir a naturalização da concepção de criança e pontuando a escola como um elemento importante no processo de definição destes indivíduos. Os debates mais atuais, no qual a sociologia e a antropologia estão presentes, consideram a criança como um ator social, com capacidades não apenas de se apropriar de um papel ao qual lhe foi destinado, mas também de construí-lo.

A concepção do que é a infância teve distintas raízes em diferentes momentos sendo influenciada ora por uma perspectiva mais biologista na qual a criança era reduzida a “um estado intermédio de maturação”, ora por uma perspectiva psicológica que considera a criança separada de construções sociais e “das representações e imagens historicamente construídas sobre e para elas” (SARMENTO, 2005, pág. 361).

A mudança dessa conjuntura se dá no momento em que os estudos sobre a criança conquistam novos espaços dentro das Ciências Sociais. A novidade nesses estudos refere-se à abordagem no qual a criança passa a ser considerada como ator social pleno, como um indivíduo com agência. (SARMENTO, 2005, COHN, 2005). Com isso, ocorre todo um processo de ressignificação do conceito de infância, que perde seu caráter transitório (como apenas uma passagem para a vida adulta) e relacional (existindo apenas em relação ao adulto), e ganha o status de fase completa em si. (ARIÈS, 2012; SARMENTO, 2005, CALAF, 2007).

Nesse movimento a criança deixa de ser vista como apenas um receptáculo e reproduzidor de regras e valores provenientes dos adultos e passa a construir sua própria realidade, sua própria interpretação do mundo. (DELGADO & MULLER, 2006). Hirschfeld aponta que as crianças possuem habilidades para aprender a cultura que as cercam (vinda das gerações anteriores) e ao mesmo tempo designar seus próprios significados sobre ela. (HIRSCHFELD *apud* CALAF, 2007). Além disso, Mollo-Bouvier (2005) afirma que a criança não somente constrói sua própria socialização, mas também contribui na transformação da sociedade. Essa concepção quebra com a ideia de que o processo de aprendizado se realiza unicamente na via institucional apontando que outros espaços de sociabilidade são importantes para a formação da criança.

Em uma entrevista de Bourdieu concedida à Anne-Marie Métalié e publicada em *Les Jeunes et le premier emploi*, (1978), a respeito da juventude, o autor é questionado a respeito de como o sociólogo aborda o problema dos jovens. O sociólogo responde que a reflexão que precisa ser realizada é a de que as divisões entre idades são arbitrárias. Bourdieu aponta que as classificações por idade impõem limites e produzem relações. Relações aqui no sentido de que sempre para ser jovem ou velho é preciso ter um referencial de parâmetro. Ele diz:

(...) somos sempre o jovem ou o velho de alguém (...) a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas”. (BOURDIEU, 1978, pág. 2).

Em contribuição a esse debate os estudos históricos apresentam elevada importância porque demonstram como a ideia de criança se transforma historicamente rompendo com as

perspectivas que a consideram como uma categoria ontológica. Dessa forma se aproximam das correntes sociológicas ao propor uma vertente de desnaturalização do conceito de criança. Apresento aqui o trabalho de Phillipe Ariès por ser o principal referencial histórico sobre os estudos do papel da criança e da família desde a idade média até a formação da família moderna. Em seu livro *Formação Histórica da Criança e da Família*, Ariès (2012) aponta que o período da infância, ao contrário do que se considera atualmente estava mais ligado à ideia de dependência. A partir do momento que a criança adquiria certa independência para realizar suas atividades era misturada aos adultos e assim começava sua etapa de aprendizagem nos ofícios, trabalhos, processos de sociabilidade e jogos. (*Idem*, 2012).

Ariès, (2012) relata também que a família não possuía um valor sentimental, uma função afetiva, e devido a isso os processos de aprendizado e socialização das crianças não eram controlados por ela.

As trocas afetivas e as comunicações sociais eram realizadas, portanto, fora da família, num “meio” muito denso e quente, composto de vizinhos, amigos, amos e criados, crianças e velhos, mulheres e homens, em que a inclinação se podia manifestar mais livremente. (ARIÈS, 2012, pág. X).

A relação da criança com a família não possuía laços profundos como existem na nossa sociedade moderna. Era comum que os filhos de uma família, normalmente a partir dos seus sete anos de idade, fossem morar com outra família para aprender as atividades dos adultos, as tarefas da casa. Ali ficavam até seus 14 anos podendo se estender até os 18 anos. (*Idem*, 2012, pág. 154).

É somente no século XVII que a escola começa a ganhar um papel importante como a instituição legítima no processo de educação das crianças. Estas deixam de pertencer ao mundo dos adultos e passa por um procedimento que o autor caracteriza como “enclausuramento”, sendo este o processo que conhecemos como “escolarização”. (*Idem*, 2012, pág. X). A escola se torna “o instrumento normal da iniciação social, da passagem do estado da infância ao do adulto.”. (*Idem*, 2012, pág. 159). Essa mudança faz com que a antiga sociabilidade que ocorria de forma mais ampla em espaços públicos passe a ser restrita ao âmbito da família e da vida privada.

Ao lado desse processo institucional foi-se criando referenciais simbólicos sobre a infância, o que fortaleceu a exclusão das crianças nos antigos ambientes de socialização (BECCHI & JULIA *apud* SARMENTO, 2005, pág. 368). Com a gradual perda do costume de enviar os filhos para a casa de outras pessoas, os pais começaram a vigiar de perto seus filhos, supervisionar seus estudos, se preocupar com a escolha da escola, criando assim um novo sentido para a família. (ARIÈS, 2012). O processo de “enclausuramento” apontado por Ariès

assume seu ápice quando “a obsessão pelo êxito escolar tem progressivamente invadido a vida inteira das crianças.” (MOLLOBOUVIER, 2005, pág. 401).

Neste contexto histórico não foi apenas a instituição escolar que sofreu mudanças e reestruturou as relações sociais. Processos como formação das cidades e seus constantes alargamentos, inserção da mulher no mercado de trabalho, crises econômicas, mudanças na composição familiar alteraram significativamente o modo de vida dos adultos e, conseqüentemente, os processos de sociabilidade das crianças. (*Idem*, 2005).

Tomando novamente a fala de Bourdieu em sua entrevista, a idade é considerada pelo autor como um “dado biológico socialmente manipulado e manipulável” (BOURDIEU, 1978, pág. 2). Isso porque considerar os jovens como uma unidade social, um grupo homogêneo, com interesses comuns e ainda limitar isso a uma idade é para o autor uma manipulação evidente. O autor ao responder as perguntas da entrevistadora vai construindo seus argumentos pautados em distintas possibilidades de juventudes. Para ser mais objetivo, ele compara dois tipos de juventudes, a dos que precisam trabalhar e a dos que, na mesma idade são estudantes, levando-se sem conta que existe uma grande gama de figuras intermediárias. O que o autor pontua com estes dois tipos de juventudes ilustram universos completamente distintos, quase que opostos. Enquanto de um lado existe a “adolescência verdadeira” no qual se tem uma ideia de irresponsabilidade, sendo que estes jovens possuem momentos que são considerados como adultos e momentos que são crianças, existindo inclusive o desejo de prolongar este período em que se é possível pertencer aos dois campos, do outro lado, a do jovem trabalhador, tem-se a ideia de uma ausência de adolescência.

As ambigüidades das categorias novamente aparecem como elemento importante na compreensão dos processos sociais destes indivíduos. Enquanto as crianças de classe média e alta, que são frequentes em uma escola tem todas etapas da sua vida minimamente controladas e delimitadas, crianças de classes baixa normalmente flutuam entre estas classificações. E inclusive tais classificações fazem parte da organização e demarcação de públicos de políticas públicas e de diretrizes práticas a serem realizadas.

Isso é percebido, por exemplo, na mudança das políticas que antes eram pautadas pelo Código de Menores e passam a ser orientadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Durante o período do Código de Menores, a criança de baixa renda, aquela que se encontrava em situação irregular (por cometer ato infracional, por estar em situação de rua, por não ter vínculo com a família sendo um menor abandonado), era considerada como um menor infrator,

vista pela sociedade como um indivíduo passível de receber punição, sendo tratado assim como um adulto.

Com a implementação do ECA, a criança passa a ser vista como sujeito de direitos, sendo que ao mesmo tempo deveria ser amparada pelo Estado e pela Sociedade Civil, mas não tutelada. Com isso, a criança passa a ser considerada como um indivíduo em formação, mas ao mesmo tempo detentor de cidadania e voz, que lhe atribuem capacidade de agência e protagonismo na sociedade. É evidente que estas categorias não são fixas e demarcadas em determinados contextos. Elas estão concomitantemente sendo construídas, reconstruídas e disputadas.

Os jovens e a cidade

A relação da juventude com a cidade aparece muito bem representada em estudos culturais, principalmente sobre os espaços de encontro entre grupos de jovens que possuem um interesse em comum, pode ser tanto pela música, ou pela dança, lazer, etc. Estes estudos, sendo o mais conhecido o livro “Jovens na Metrópole” do antropólogo Magnani (2007), discute uma apropriação da cidade pelos jovens em busca de lazer e cultura gerando ressignificações dos espaços apropriados, e demandas por uma cidade mais atrativa e não somente como local de trabalho, moradia e circulação entre este dos lugares.

Trabalhos que discutem a relação da criança com a cidade são muito focados em estudos de caso, análise de programas governamentais, espaços de participação política como fóruns, conferências, evidenciando um perfil de quais crianças fazem parte deste processo de construção da cidadania e da cidade. São crianças que estão inseridas em instituições como escola, igrejas, centros comunitários. Dessa forma a construção da cidade pela criança é possibilitada nestes espaços e instituições, fazendo com que outros grupos de crianças estejam a margem destes processos.

Esta concepção pode se tornar um paradoxo. Isso porque, como muitos trabalhos apontam, tais crianças e adolescentes em busca de atendimentos, de direitos, de acessos precisam primeiramente se colocarem em uma situação de risco, de vulnerabilidade para serem vistos pelo Estado e terem acesso às suas necessidades. (GREGORI, 2000; COSTA & CARNEIRO, 2004).

Estrutura do trabalho

Esta dissertação está organizada em dois capítulos, esta introdução e uma conclusão. No primeiro capítulo concentro em apresentar a Política Nacional de Assistência Social, o processo de consolidação dos Direitos da Criança e do Adolescente, além de apresentar o contexto de implementação desta política na cidade de Belo Horizonte. Finalizado o capítulo apresentando os serviços e equipamentos contemplados nesta pesquisa.

O segundo capítulo se debruça em analisar como as categorias do público atendido pelos serviços são construídas, bem como ele é entendido e definido pelos trabalhadores que participaram deste trabalho. Apresento também o cotidiano de trabalho nestes serviços, as interações entre funcionários e público atendido, além de construir uma análise sobre a compreensão do que seria a rua para estes trabalhadores e como esta compreensão contribui para a construção das ações e intervenções no dia a dia de trabalho.

CAPÍTULO 1: POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PARA O PÚBLICO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CONTEXTO DE BELO HORIZONTE

Tratando-se de analisar as práticas cotidianas, intervenções e ações dos trabalhadores de serviços da Assistência Social destinados ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua, é necessário antes compreender como operam estes serviços, como eles foram construídos no contexto de Belo Horizonte e por quais leis e diretrizes são orientados. Considerando que a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) são datados do início dos anos 2000, e que ainda há um grande esforço por parte dos gestores em sistematizar a oferta de serviços, avalio ser importante apresentar neste capítulo um balanço sobre os primeiros modelos de atendimento ao público com trajetória de vida nas ruas, as reformulações as quais passaram e como estão organizados atualmente.

Para isso traço, através da análise de documentos, trabalhos acadêmicos e entrevistas, um breve panorama da implementação dos serviços em Belo Horizonte, bem como apresento o processo de construção da PNAS e da consolidação dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Este capítulo está organizado em quatro partes e uma conclusão. A primeira seção aborda sobre o processo de consolidação dos direitos da criança e do adolescente, contextualizando o processo de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A segunda seção discorre os principais marcos no processo de consolidação da PNAS e apresenta as principais bases e diretrizes que normatizam a oferta dos serviços desta política. A terceira seção apresenta como a Política de Assistência Social está organizada em Belo Horizonte, dando destaque àqueles serviços destinados ao público de crianças e adolescentes em situação de rua. Por fim, a quarta seção se dedica à apresentação dos serviços pesquisados.

1.1- DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES. CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO INFANTO-JUVENIL

O interesse pela infância por parte do Estado brasileiro se dá no final do século XIX e início do XX e se fundamenta na perspectiva em que a criança é tida como a *chave para o futuro da nação*. Esta perspectiva foi difundida através do discurso das elites letradas (médicos, engenheiros, advogados e juízes), que aderiram à *causa da infância* como um ideal difundido

por cidades europeias e norte americanas e possuíam grande influência sobre a política nacional e atuação em sociedades filantrópicas, além estarem inseridos na imprensa e nas universidades. (RIZZINI, 2005)

Neste contexto, a infância ganha uma conotação de problema social, fazendo-se necessário uma intervenção, no sentido de moldá-la, para assim desenvolver o projeto de uma nação moderna e civilizada. Na perspectiva deste projeto, a criança deveria ser salva para se poder salvar o país. Contudo, esta ideia de salvação tinha como foco a criança pobre, no sentido de que era necessário “enquadrá-la socialmente como elemento importante para o projeto civilizatório do país.” (*Idem*, pág. 2).

Essa proposta de enquadramento deixava bastante claro que as crianças pobres eram vistas como não pertencentes a uma normativa vigente, sendo considerada inclusive como indivíduos perigosos à ordem da nação. Como aponta Rizzini, o discurso difundido na passagem do século XIX para o XX

apresentava-se, com frequência, ambíguo, onde a criança precisava ser protegida, mas também contida, a fim de que não causasse danos à sociedade. Esta ambiguidade na defesa da criança e da sociedade guarda relação com uma certa percepção de infância, claramente expressa nos documentos da época – ora em perigo, ora perigosa. (RIZZINI, 2005, pág. 3).

A família também era vista como fora da ordem social, considerada infratora por não executar a função de educar seus filhos. Esta visão propiciava um discurso moralizador no qual permitia a passagem do poder pátrio da família para o poder público e possibilitava a adoção de medidas repressivas disfarçadas de assistência aos pobres. (*Idem*, 2005). Rizzini ainda explica que essa atenção sobre a infância pobre desencadeou em um aparato jurídico-assistencial sob o comando do Estado “materializado através da criação de inúmeras leis e instituições destinadas à proteção e à assistência à infância”. (*Idem*, p. 3).

Fonseca (2004), relata que desde a primeira década do século XX existiam debates e congressos sobre os direitos da criança na América Latina. Os encontros desencadearam em um maior interesse por parte da sociedade civil além de propiciar a criação de códigos nacionais² específicos para crianças, como é o caso do Código de Menores no Brasil em 1927. Dentre os tópicos presentes neste código, como a questão do trabalho infantil, prostituição, abandono, havia a pauta sobre crianças de rua.

² Para maiores informações sobre os processos de construção dos direitos das crianças e adolescentes em outros países ver: *Os direitos da criança – Dialogando com o ECA*. Claudia Fonseca, 2004.

O Código de Menores, ou Código Mello Mattos³ de 1927 “foi aprovado após a criação do primeiro Juizado de Menores⁴ em 1924, respondendo à sociedade que cobrava ações do Estado quanto à situação perigosa de crianças pobres nas ruas”. (COSTA, 2012. Pág. 5). Este código tinha como objetivo fazer com que o Estado assumisse a tutela de crianças abandonadas⁵, que não tinham proteção de suas famílias. Contudo o que muitos autores apontam é que o Código estigmatizou mais ainda as crianças provenientes de famílias pobres, considerando-as desviantes da conduta e moral vigentes, estando em uma situação irregular⁶ e por isso passíveis de um controle bastante repressivo, além de considerar que as famílias pobres eram incapazes de criar e educar seus filhos. (BANDERA, 2008; COSTA, 2012; BRITO & SILVA, 2016).

Neste primeiro momento, onde se começava a crescer a importância de se pensar a infância brasileira e a construir processos de intervenção, podemos perceber que a lógica de salvação, de proteção e de direitos ia de encontro com as práticas realizadas pelo Estado, que em sua maioria representavam ações repressoras e que acabavam por reproduzir uma maior fragilização entre a estrutura familiar das classes mais pobres. Além de construir uma ideia de duas infâncias, aquela em que se deve preservar e cuidar e aquela que se deve combater por ser vista como perigosa à construção de uma nação civilizada.

Posterior ao Código de Menores, várias outras instituições foram criadas, principalmente na Era Vargas. O Serviço Social de Menores foi reorganizado em 1935, foram criados o Departamento de Assistência Social em 1935, o Conselho Nacional de Serviço Social em 1938, Departamento Nacional da Criança em 1940, o Serviço Nacional de Assistência a Menores (SAM) em 1941 e a Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942 (BRITO & SILVA, 2016).

³ Mello Mattos foi o primeiro juiz de menores do país.

⁴ Fruto de um contexto em que se demandava dos poderes públicos a elaboração de leis para proteção à infância e a organização da assistência sob uma lógica mais cientificista e menos caritativa, que deveras significou a adoção da prática jurídica através do inquérito médico-psicológico e social do *menor*. (RIZZINI, 2003, pág. 31).

⁵ Antes do Código era a Igreja que atendia as crianças abandonadas através da Roda dos Expostos, Orfanatos e Seminários. (COSTA, 2012). Havia também a Santa Casa e o Instituto de Assistência à Infância que atuavam na ótica da filantropia, do acolhimento e cuidado de crianças abandonadas, enquanto que na ótica da repressão e do controle existiam a Escola de Reforma e a Casa de Preservação. Cabe apontar aqui também que a questão econômica foi a justificativa para se retirar o poder pátrio das famílias, que eram consideradas incompetentes para cuidar de seus filhos, necessitando assim uma intervenção do Estado (COSTA, 2012).

⁶ “Por situação irregular compreendia-se a privação das condições de subsistência, de saúde e de instrução, por omissão dos pais ou responsáveis, além da situação de maus-tratos e castigos, de perigo moral, de falta de assistência legal, de desvio de conduta por desadaptação familiar ou comunitária, e de autoria de infração penal. A pobreza era, assim, *situação irregular*, ou seja, uma *exceção*.” (FALEIROS, 2005, PÁG. 172)

Destaco aqui o Serviço Nacional de Assistência ao Menores (SAM)⁷, por este manter operante as normativas do Código de Menores, conservando a lógica do controle, da correção. O SAM reproduzia uma política repressiva que se aproximava mais do sistema penitenciário do que de uma política de assistência (COSTA, 2012), pois operava pela retirada de circulação dos menores tidos como delinquentes pela população e pelos órgãos oficiais.

Após algumas décadas de operação o Serviço foi considerado como uma “fábrica de delinquentes” por juízes, visto como um sistema “desumano, ineficaz e perverso por permanecer com superlotação, falta de higiene e falta de cuidados”. (BRITO & SILVA, 2016, pág. 7). Assim, quem passasse pelo SAM acabava se tornando um jovem *marcado*. No entanto, ao mesmo tempo em que eram feitas denúncias sobre os abusos e as violências contra os internados, fortalecia-se a imagem dos “bandidos” provenientes do reformatório.

Subsequente ao SAM foi criada a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM)⁸, estruturada através da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), em nível federal, e das unidades estaduais (FEBEM). Essa política - que propunha um rompimento com as práticas executadas pelo SAM, diminuindo as internações e reintegrando as crianças à sua família - acabou por manter a estrutura físico-burocrática do SAM, além da maioria de seus funcionários e suas práticas corretivas; dando continuidade à política de institucionalização (BANDERA, 2013). Dessa forma, a construção do lema “internar em último caso” e sua constante reprodução no período da PNBEM acabou sendo um discurso vazio de ações. (RIZZINI, 2003). Mesmo com o processo de reestruturação física dos estabelecimentos, investimento em treinamento de pessoal, elaboração de estudos e pesquisas sobre formas de intervenção, objetivando construir um atendimento mais humano, o que acabou sendo executado na política da PNBEM foram as práticas de internação de menores, intensificando o processo de retirada de crianças das ruas⁹. (*Idem*, 2004).

Em 1979, após um período de discussões acerca do Código de Menores Melo Matos, um novo Código de Menores entrou em vigor estabelecendo a categoria de *situação irregular* de menores abandonados e infratores através de sua condição de marginalizados. Contudo, esta alteração não provocou mudanças nas práticas de atendimento, mantendo mais uma vez a lógica operante existente no código anterior.

⁷ Instalado pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas em 1941 (RIZZINI, 2003)

⁸ Criada em 1964, no contexto da Ditadura Militar pelo governo de Castelo Branco.

⁹ De 1967 a 1972 foram recolhidas cerca de 53 mil crianças, sendo a maioria de favelas cariocas, do estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. (RIZZINI, 2003).

Neste percurso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um marco na luta por direitos da criança e do adolescente no Brasil. Resultado de lutas de movimentos sociais, de trabalhadores da assistência, da saúde, da educação, de militantes e intelectuais, o ECA tinha como propósito substituir a lei embasada na doutrina da *situação irregular* para a doutrina da *proteção integral*. Decretando direitos à vida, ao lazer, à dignidade, à alimentação, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, o estatuto representava um novo objetivo, deslocando a perspectiva do controle sobre os jovens para a garantia de seus direitos. (FONSECA, 2004).

Somente com a implementação do ECA foi possível o desenvolvimento e consolidação de um sistema de garantia de direitos para crianças e adolescentes composto por conselhos, promotorias, varas da infância, defensorias, delegacias, entre outras instituições (FALEIROS, 2005). O apoio à convivência familiar e comunitária também se tornou prioridade em oposição ao confinamento das crianças em abrigos.

Uma das alterações ocorridas com a promulgação do Estatuto foi em torno da medida de acolhimento, que passou a ser vista com mais cautela. De acordo com a lei, ela passou a ser considerada como a última medida adotada, além de possuir um caráter provisório e excepcional, aplicada apenas em casos de risco pessoal e social. (RIZZINI, 2003). Apesar dessas diretrizes, o que se percebe após mais de duas décadas de promulgação do ECA é que a institucionalização da população infanto-juvenil continua sendo a prática mais utilizada pelos atores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Um ponto bastante discutido no momento de implementação do ECA, foi a necessidade de se pensar alternativas para o atendimento das crianças para além do acolhimento institucional. A compreensão de que o processo de afastamento familiar não era saudável desencadeou uma grande pressão em torno do fechamento de internatos e apontou, ademais, a necessidade de que as políticas destinadas ao público infanto-juvenil fossem revisadas. (*Idem*, 2003).

Além das mudanças ocorridas na esfera da política, Rizzini (2003) aponta que os acolhimentos são consequências de um fenômeno distinto daquele que ocorria até meados do século passado. Segundo a autora, atualmente predominam os acolhimentos de crianças e adolescentes que não perderam completamente seus vínculos familiares e que apresentam um trânsito entre a casa, a rua e o abrigo. Outra mudança diz sobre o processo de acolhimento: antes, as próprias famílias enviavam seus filhos para as instituições; agora, um número grande de jovens saem de suas casas, tanto por motivos de violência intrafamiliar ou por envolvimento com o tráfico e passam a construir um vínculo com o contexto da rua, chegando a um

acolhimento através de uma denúncia ou de algum encaminhamento pelos serviços da rede de proteção e garantia de direitos. Por estes e outros fatores abordados mais adiante neste capítulo, pode-se dizer que a reconstrução e fortalecimento dos laços familiares se apresenta como um dos principais desafios para a política de assistência à criança e ao adolescente, principalmente para aqueles que apresentam uma trajetória de vida nas ruas.

1.2- POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A década de 1990 foi marcada por uma reestruturação do modelo de políticas públicas sociais no Brasil com o surgimento de leis e estatutos, além de uma nova estrutura de gestão com a criação de Conselhos Deliberativos, possibilitando maior participação da sociedade civil.

A Política de Assistência Social, estruturada nos moldes em que a encontramos atualmente, teve como marco legal a Constituição Federal de 1988 no qual foi qualificada como Política de Seguridade Social juntamente com a Saúde e a Previdência Social. A importância de localizar a Assistência Social como política pública deve-se tanto no que diz respeito à sua compreensão como garantia de direitos, quanto no processo de universalização do atendimento e acesso a esta política pela população. Isso porque antes de se tornar uma política pública, a Assistência Social era executada por entidades filantrópicas e religiosas, que depositavam um cunho de caridade e doação às ações executadas (BRASIL,2004).

Embora a CF-88 represente uma conquista no campo dos direitos sociais, a concretização dos objetivos elencados no campo da Assistência Social encontra, ainda hoje, muitos desafios na forma como são desempenhadas as ações e como são caracterizados os usuários, além da baixa participação da sociedade na construção da política. Outro fator que não pode ser desconsiderado diz respeito aos atores e entidades que executam os serviços da Política de Assistência Social.

Por ser uma política na qual os órgãos públicos trabalham em parceria com entidades da sociedade civil, muitos dos princípios e diretrizes destas entidades - que em grande parcela estão vinculadas a alguma religião - acabam adentrando nas práticas cotidianas, reproduzindo em alguma medida o caráter caritativo e de voluntariado. Embora na contramão dos objetivos estabelecidos pela PNAS, esta dimensão foi encontrada na leitura que os próprios trabalhadores da Assistência Social, em Belo Horizonte, sobre o campo no qual estão inseridos.

A Lei Orgânica de Assistência Social de 1993 dá materialidade para construção da Política de Assistência Social. Então você tinha neste momento na década de 90 a implementação em alguns municípios de um, a gente não poderia falar nem de um

sistema, mas de uma oferta pontual, as vezes fragmentada, variando de município para município com uma variabilidade muito grande de ações, quase sempre muito voltada pelo histórico da filantropia, da benemerência, a lógica do primeiro-damismo, as vezes um histórico patrimonialista também, de construir uma política voltada para as populações desprotegidas, vulneráveis e até mesmo miseráveis, com um olhar muito voltado para caridade e não como um direito constitucional. (Trecho de Entrevista Realizada com Funcionário da Assistência Social, em 19/09/2017).

O marco seguinte na história da Assistência Social foi a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, produto de uma ampla discussão envolvendo vários setores da sociedade, como universidades, trabalhadores da assistência, políticos, representantes de organizações da sociedade civil e de organizações não-governamentais, fazendo com que as políticas de assistência social, que se encontravam marginalizadas, ganhassem um espaço no cenário político. A LOAS foi o processo inicial da construção de uma gestão pública e participativa através da criação de Conselhos Deliberativos e Paritários, além da criação e realização de Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais da Assistência Social.

Em 2003, durante a IV Conferência Nacional de Assistência Social, foi construída uma agenda política e deliberado a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com o objetivo de **descentralizar** a gestão da política, integrando os três entes federativos, nação, estados e municípios, considerar as desigualdades **socioterritoriais**, universalizar o atendimento da população em todo país, estabelecer o controle social, pautar a política na **matricialidade sócio familiar**, ou seja, nas necessidades das famílias, estabelecer a política de recursos humanos, monitorar e avaliar a política e tratar das questões de financiamento. Tendo em vista todo este processo de construção da PNAS, a ampla divulgação da política, o debate e participação da sociedade civil e a realização de conferência; no ano de 2004 a PNAS foi reestruturada e com isso criada novas bases e diretrizes que culminaram nas Normas Operacionais Básicas (NOB/SUAS).

A NOB/SUAS é o instrumento que regula os conteúdos e definições da PNAS e que parametriza o funcionamento do SUAS. (PNAS,2004). Outro documento também importante elaborado para regulamentar a execução da Política de Assistência Social, foi a Norma Operacional Básica para a área de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS), que tinha como objetivo definir a composição das equipes dos serviços e equipamentos da política tanto nos quesitos de formação, perfil, atributos e qualificações, quanto na oferta continuada de capacitações.

Em 2009 ocorre a aprovação pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), através da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, um marco importante para o objetivo de padronização dos serviços de proteção social básica e especial em todo o país. A tipificação estabelece os conteúdos essenciais, unidades de referência, abrangência, período de funcionamento, as formas e condições de acesso, público a ser atendido, propósito de cada serviço e apresenta os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. (BRASIL, 2014).

Embora este trabalho não vise uma análise sobre a Política Nacional de Assistência Social, mas os procedimentos cotidianos dos serviços prestados à população jovem em situação de rua em Belo Horizonte, a compreensão deste percurso é importante para a localização das medidas voltadas para as crianças e adolescentes, uma vez que a infância foi tomada como um dos eixos prioritários da proteção social estabelecida dentro deste campo. Ademais, a compreensão do percurso assistencial brasileiro apresenta um contexto mais amplo para movimentos que, nos contextos municipais, se desenvolvem de maneira específica. Por isso, apresento a seguir uma tabela com as principais datas e resultados que possibilitaram a constituição de serviços e equipamentos voltados a criança e ao adolescente antes de nos debruçarmos sobre o contexto de Belo Horizonte.

Tabela 2 - Etapas da consolidação da Política de Assistência Social Nacional

Etapas da consolidação da Política de Assistência Social Nacional	Ano
Constituição Federal	1988
Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)	1993
Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)	1993 (Instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social)
Política Nacional de Assistência Social (PNAS)	1998 (Primeiro texto), 2004
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	2004
Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	2004(Deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social)
Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS)	1997, 1998, 2005

Etapas da consolidação da Política de Assistência Social Nacional	Ano
Norma Operacional Básica de recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS)	2006
Tipificação dos Serviços Socioassistenciais	2009

Fonte: Elaboração Própria.

1.3- O CONTEXTO DE BELO HORIZONTE

1.3.1- A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM BELO HORIZONTE

Em Belo Horizonte, no ano de 1993, houve uma reestruturação organizacional na administração do município para que fosse implementada uma política de assistência condizente com o ECA e o LOAS. O primeiro passo foi a reestruturação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que possibilitou a criação de uma rede de instituições e serviços de atendimento à criança e ao adolescente com o objetivo de garantir seus direitos (COSTA & CARNEIRO, 2004). Cabe pontuar também a importância do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), dos Conselhos Tutelares, do Conselho Municipal de Assistência, do Juizado da Infância e da Juventude, da Pastoral do Menor, do Grupo Interinstitucional de Entidades de Atendimento aos Meninos e Meninas de Rua em Belo Horizonte (GIRARUA)¹⁰ e do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

¹⁰ O GIRARUA surgiu de uma situação que ficou conhecida como “Arrastão”. Por determinação do Juiz da Infância e da Juventude de 1991, a polícia realizou uma apreensão indiscriminada e arbitrária de cerca de 500 crianças e adolescentes de todas as idades. “A partir desse fato, a Casa de Apoio Nossa Senhora da Conceição, da Pastoral do Menor, convidou representantes de instituições e grupos que atuavam com meninos(as) de rua para uma reunião para avaliar essa operação. Desencadeou-se uma série de outras reuniões que culminaram na realização, em dezembro de 1991, do I Encontro de Educadores Sociais que atuavam no Movimento Meninos e Meninas de Rua de Belo Horizonte. Nesse período, cada instituição fazia o seu atendimento de uma forma. Com base nesses questionamentos, as instituições que trabalhavam com adolescentes com trajetória de rua começaram a se organizar.” (VIEGAS, 2007).

(MNMMR)¹¹ no processo de consolidação do sistema de garantia de proteção à criança e ao adolescente.

Especificamente sobre crianças em situação de rua tem-se a criação do Programa Miguilim¹², primeiro e principal programa para o atendimento deste público, proposto pelo Grupo Interinstitucional de Entidades de Atendimento aos Meninos e Meninas de Rua em Belo Horizonte (GIRARUA) (COSTA & CARNEIRO, 2004). Posteriormente foram criados os Centros de Passagem, abrigos provisórios que se diferenciavam dos outros abrigos por atender especificamente o público em situação de rua e ter como proposta a permanência do abrigado por no máximo três meses.

Segundo Batista *et al* (2005), a proposta de se criar Centros de Passagem teve como subsídio argumentos partilhados pela rede de abrigos e pelo programa Miguilim no qual apontavam que o acolhimento de crianças e adolescentes em situação de rua em abrigos convencionais poderiam desencadear perdas tanto para os jovens já acolhidos quanto para os que seriam recebidos. A existência de serviços de acolhimento específicos para o público em Trajetória de Vida nas Ruas (TVR) ainda se apresenta como um ponto conflitante entre aqueles que acreditam ser necessário a separação dos públicos acolhidos e aqueles que apontam o acolhimento TVR como um local que perpetua estigmas, onde são encaminhados os jovens considerados problemáticos, delinquentes, em conflito com a lei.

A reinserção das famílias, biológicas ou adotiva, ao convívio com estas crianças abrigadas também foi um ponto considerado prioritário para a nova política de acolhimento institucional. Isso porque se concluiu que quanto maior o grau de institucionalização de uma criança, maior era a dificuldade de se restabelecer laços familiares novamente. (COSTA & CARNEIRO, 2004).

¹¹ O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) desempenha um importante papel tanto para Belo Horizonte quanto para o contexto nacional, vide sua grande articulação entre organizações e entidades que realizavam algum tipo de atendimento para meninos e meninas em situação de rua. Outro fator bastante relevante diz respeito à forma de articulação do movimento que não se baseava apenas nos trabalhadores e manifestantes em prol da infância brasileira, mas que articulava e organizava as próprias crianças e adolescentes que se encontravam em situação de grande vulnerabilidade social. Fundado em 1985, o MNMMR foi um dos responsáveis em articular e fazer pressão para que se promulgasse o Estatuto da Criança e do Adolescente. (texto movimento de meninos de rua historia). Um dos momentos mais simbólicos deste movimento foi a entrada de meninos e meninas marginalizados de todas as regiões do país no Congresso Nacional com o ECA em mão. Houve uma votação simbólica onde os adolescentes assumiram as cadeiras dos deputados e conduziram a sessão para a aprovação do Estatuto. (Revista Rolimã, edição 5, junho, 2015).

¹² O Programa Miguilim foi aprovado pelo Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) em 1993 e passou a ser gerido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS). Inicialmente foi nomeado como Miguilim Cultural e em 2009 tipificado como Centro POP Miguilim.

Apesar de todas essas alterações realizadas na concepção de gestão das políticas públicas para um melhor atendimento dos usuários, de forma mais democrática e de garantia de direitos, elas foram acompanhadas de uma escassez de investimento orçamentário e humano o que mais uma vez deixou a Assistência Social à margem do Estado. Os serviços passaram a ser geridos sem sistematicidade, sem clareza, através de iniciativas pontuais organizadas pelo corpo de funcionários o que provocou “visões conflitantes de um mesmo problema e apropriações dos objetivos e dos papéis dos atores envolvidos segundo seus interesses, pontos de vista profissional e prioridades” (*Idem*. Pág. 4).

A tentativa de organizar os serviços, padronizar os atendimentos, criar uma rede que possibilite melhores diálogos e fluxos sempre foi um desafio daqueles que atuam nas gerências da Política de Assistência Social. Além das mudanças ocorridas com entradas e saídas de governos, é preciso construir um alinhamento com as entidades parceiras e executoras dos serviços.

1.3.2- COMO ESTÁ ORGANIZADA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM BELO HORIZONTE

Atualmente, a Assistência Social em Belo Horizonte é gerenciada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC)¹³, na qual temos uma subdivisão dos serviços em três eixos, sendo eles: a proteção social básica, de abrangência local; a proteção social de média complexidade, de abrangência regional; e a proteção social de alta complexidade, de abrangência municipal.

Em relação à proteção social básica, o principal equipamento é o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Neles são realizados serviços destinados aos casos e situações em que apesar de ter ocorrido alguma violação de direito, a convivência familiar ainda não foi rompida. Em Belo Horizonte existem 34 CRAS que ofertam os serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Serviços de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos, Serviços de Inserção em Atividades Produtivas, Plantão Social de Atendimento ao Migrante e Serviço de Proteção Social Básica Regional¹⁴.

¹³ A Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social foi reestruturada se tornando a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania no início do meu trabalho de campo.

¹⁴ <https://prefeitura.pbh.gov.br/estrutura-de-governo/smasac/servicos> Acesso em: 01/12/2018

A proteção social de média complexidade tem como equipamentos os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) e os Centros de Referência para População em Situação de Rua (CREAS POP). No caso de Belo Horizonte, ainda podemos encontrar um centro de referência destinado à crianças e adolescentes em situação de rua, o CREAS POP MIGUILIM. Na Média Complexidade são realizados os serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) e o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida. Os serviços da média complexidade são destinados às situações em que houve um rompimento da relação familiar com violação de direitos, mas que ainda se tem como possibilidade o trabalho do convívio entre os familiares¹⁵.

A proteção social de alta complexidade tem como foco os casos em que as relações familiares já estão bastante fragilizadas e existe a necessidade de oferecer um acolhimento institucional para os indivíduos que tiveram seus direitos violados. Os equipamentos são compostos por abrigos, repúblicas, albergues e unidades de acolhimento institucional de breve permanência. Os serviços de alta complexidade estão muito próximos dos casos de situação de rua e das situações onde crianças e adolescentes precisam se afastar das famílias porque o violador de seus direitos encontra-se dentro de seu próprio círculo de convivência. Também atendem os casos de jovens ameaçados de morte que precisam ser retirados de seu local de origem¹⁶.

¹⁵ *Idem.*

¹⁶ *Idem.*

Tabela 3 - Serviços da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		<ol style="list-style-type: none"> 1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); 2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; 3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	Média Complexidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI); 2. Serviço Especializado em Abordagem Social; 3. Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); 4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; 5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.
	Alta Complexidade	<ol style="list-style-type: none"> 6. Serviço de Acolhimento Institucional; 7. Serviço de Acolhimento em República; 8. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; 9. Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Fonte: Tipificação dos Serviços Socioassistenciais.

Dentro da estrutura da Proteção Social Especial apresentado no diagrama a seguir como estão organizados os serviços e equipamentos que foram utilizados para realizar esta pesquisa. Cabe ressaltar que os serviços de Família Acolhedora, PROFEG (Programa Família Extensa Guardiã) e SARF (Serviço de Apoio à Reintegração Familiar) não foram pesquisados, mas aparecem no esquema apenas com a finalidade de exibir todos os serviços ofertados. A Central de Vagas, órgão que administra as vagas dos acolhimentos e realiza encaminhamentos, também não foi pesquisada, porém foi muito retratada durante o trabalho de campo e nas entrevistas. Como o recorte do trabalho se dá pela situação de rua de crianças e adolescentes – que configura uma situação entendida como violação de direitos - os serviços da proteção social básica não serão contemplados nesta pesquisa.

1.4- OS SERVIÇOS PESQUISADOS: UNIDADES DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL TVR, CREAS POP MIGUILIM E SERVIÇO DE ABORDAGEM SOCIAL

Apresento, a seguir, os serviços que compuseram o recorte de análise desta pesquisa na cidade de Belo Horizonte: três unidades de acolhimento institucional específicas para crianças e adolescentes em situação de rua (UAI/TVR); o Centro de Referência da População em Situação de Rua Miguilim, que oferece um suporte ao público infanto-juvenil que se encontra em situação de rua na realização de suas atividades cotidianas e um espaço de socialização; e o Serviço de Abordagem Social, cujo público de trabalho também inclui adultos.

1.4.1- UNIDADES DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL (UAI/TVR)

Contexto histórico

A criação de espaços de abrigo específicos para as crianças e adolescentes em situação de rua é uma medida relativamente recente em Belo Horizonte. Entre as instituições pesquisadas, a mais antiga data no ano de 2014 e sua emergência busca estabelecer uma diferenciação do público UAI/TVR em relação às crianças e adolescentes em situação de violação de direitos com alguma referência domiciliar no período de institucionalização.

Antes de adentrar o histórico de implantação e a caracterização dos serviços de acolhimento pesquisados, vale, no entanto, pontuar que *abrigar* compreende um procedimento antigo no país, anterior mesmo à instituição de uma Política Nacional de Assistência Social. Popularmente conhecidos como orfanatos, internatos e asilos, estes espaços institucionais foram historicamente gerenciados por instituições religiosas e atendiam a um público diverso: crianças e adolescentes sem famílias, órfãos ou de famílias muito pobres que não tinham condições de cuidar dos filhos; bem como idosos e pessoas com deficiência. No caso de crianças e adolescentes, o acolhimento frequentemente desencadeava uma trajetória de institucionalização, uma vez que longos períodos de vivência nos abrigos acabavam dificultando o retorno às famílias de origem e desencadeando rompimento dos vínculos afetivos.

E quando o retorno acontecia, muitas vezes ele era acompanhado de um estranhamento, constrangimento e até recusa dos pais em receber os filhos devido ao tempo distanciados, o que

aconteceu com muitos casos em que crianças e bebês foram retiradas de forma compulsiva dos pais pelo Estado, sendo internados em instituições de abrigo ou encaminhados para adoção (FONSECA, 2015).

A construção da Política Nacional de Assistência Social e, especialmente, a constituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) tomam os longos períodos de institucionalização como uma problemática e provocam deslocamentos significativos na compreensão do abrigamento de crianças e adolescentes: o procedimento foi revisado e passou a ser considerado como medida de caráter **provisório** e **excepcional**, devendo ser aplicada apenas quando todas as outras medidas de proteção básica já foram esgotadas. Neste giro, o convívio com a família ganhou relevância enquanto direito social, colocando o fortalecimento dos vínculos familiares como parte integrante do propósito do acolhimento.

Assim, as Unidades de Acolhimento Institucional encontram-se entre os serviços de proteção social de alta complexidade, não possuindo caráter de privação de liberdade, mas objetivando a proteção integral dos indivíduos acolhidos. São serviços que funcionam 24 horas por dia, sete dias por semanas em equipamentos que devem se assemelhar o máximo possível a uma casa, não podendo conter nenhum tipo de identificação em sua fachada.

Acolhimento institucional para crianças e adolescentes em Belo Horizonte

A cidade de Belo Horizonte conta com 47 Unidades de Acolhimento Institucional destinadas ao público de crianças e adolescentes, classificadas pela faixa etária e sexo dos acolhidos, além de uma unidade para grupos de irmãos, uma unidade para pessoas com deficiência e quatro unidades para o público com trajetória de vida nas ruas.

Apresento a seguir alguns dados referentes ao número de unidades e vagas dos acolhimentos institucionais existentes em Belo Horizonte para o público de crianças e adolescentes.

Tabela 4 - Unidades de Acolhimento Institucional

Tipo de população	Unidades	Vagas
Crianças de 0 a 12	30	413
Adolescentes de 12 a 18	15	213
Unidades especiais (irmãos e pessoas com deficiência)	2	30
Total	47	656

Fonte: Elaboração própria, baseado em dados disponibilizados pela Gerência de Alta Complexidade. PBH.

Analisando a distribuição das Unidades de Acolhimento Institucional, verificamos que a maior parte da política de acolhimento está orientada ao atendimento de crianças, com 63% das vagas ofertadas e 64% das unidades. Os adolescentes são claramente menos atendidos, com 32% das unidades e 32% das vagas.

Entre as unidades de acolhimento institucional para adolescentes, o público é diferenciado a partir das especificidades de seu contexto de risco social, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 5 - UAI para adolescentes

Tipo de população	Unidades	Vagas
Adolescentes		
Em garantia de proteção	11	165
Trajétoria de vida nas ruas	4	48

Fonte: Elaboração própria, baseado em dados disponibilizados pela Gerência de Alta Complexidade. PBH.

Entre a população adolescente acolhida, a política municipal tem privilegiado a disponibilização de vagas e equipamentos para a continuidade da proteção de quem estava no sistema desde criança e para o público de jovens que tiveram seus direitos violados e que não podem retornar ao convívio familiar porque, em muitos dos casos, o violador é um parente.

As casas para o público com trajetória de vida nas ruas¹⁷ representam, por sua vez, 29% do total de vagas disponibilizadas e são destinadas aos adolescentes que apresentam, em sua maioria, envolvimento com o tráfico, uso abusivo de drogas e álcool; baixa adesão aos serviços socioassistenciais, como aqueles que não se adequam às normativas das casas de acolhimento convencionais; ao público das medidas socioeducativas e que são considerados como violadores dos seus próprios direitos e dos direitos de outras pessoas¹⁸.

Outra consideração importante a respeito da população adolescente diz sobre a classificação binária de gênero estabelecida pela política, entre feminino e masculino. Esta distribuição apresenta diferenciações importantes se considerarmos o tipo de trajetória dos adolescentes. Assim, para aqueles que permanecem no acolhimento convencional, existe um maior número de unidades protetivas para mulheres, tanto em termos de vagas, como de unidades. Mas esta relação muda significativamente ao observar a população com trajetória de

¹⁷ Crianças com trajetória de vida nas ruas são acolhidas em Unidades Convencionais, não existindo assim, casas TVR para a faixa etária de 0 a 12 anos.

¹⁸ Informações coletadas durante o trabalho de campo e entrevistas.

vida nas ruas, onde só um terço dos equipamentos e vagas são destinados a mulheres. Este dado reitera o perfil majoritário do público em situação de rua composto por indivíduos do sexo masculino.

Tabela 6 - Distribuição de vagas por sexo

Tipo de população	Unidades	vagas
Masculino Adolescentes institucionalizados	5	75
Feminino, adolescentes institucionalizadas	6	90
Masculino Adolescentes com TVR	3	36
Feminino, adolescentes com TVR	1	12

Fonte: Elaboração própria, baseado em dados disponibilizados pela Gerência de Alta Complexidade. PBH.

Ao tomarmos os dados disponíveis como referência para a caracterização deste campo de intervenção estatal, é importante destacar que os mesmos estão centrados na oferta dos serviços e revelam pouco sobre a necessidade de vagas no município. Dito de outra forma, temos que a demanda por acolhimento não pode ser identificada claramente nem pelas instituições responsáveis, nem por outras fontes de pesquisa. Neste sentido, vale pontuar que a construção de dados que demonstrem quantitativamente o fenômeno da situação de rua é um desafio para as políticas públicas devido às próprias particularidades do segmento. Se existe uma dificuldade de avaliar a proporção da população adulta em situação de rua, mais desafiador ainda é construir algum indicador sobre a população infanto-juvenil já que estes desempenham dinâmicas ainda mais móveis, não se fixando em um local.

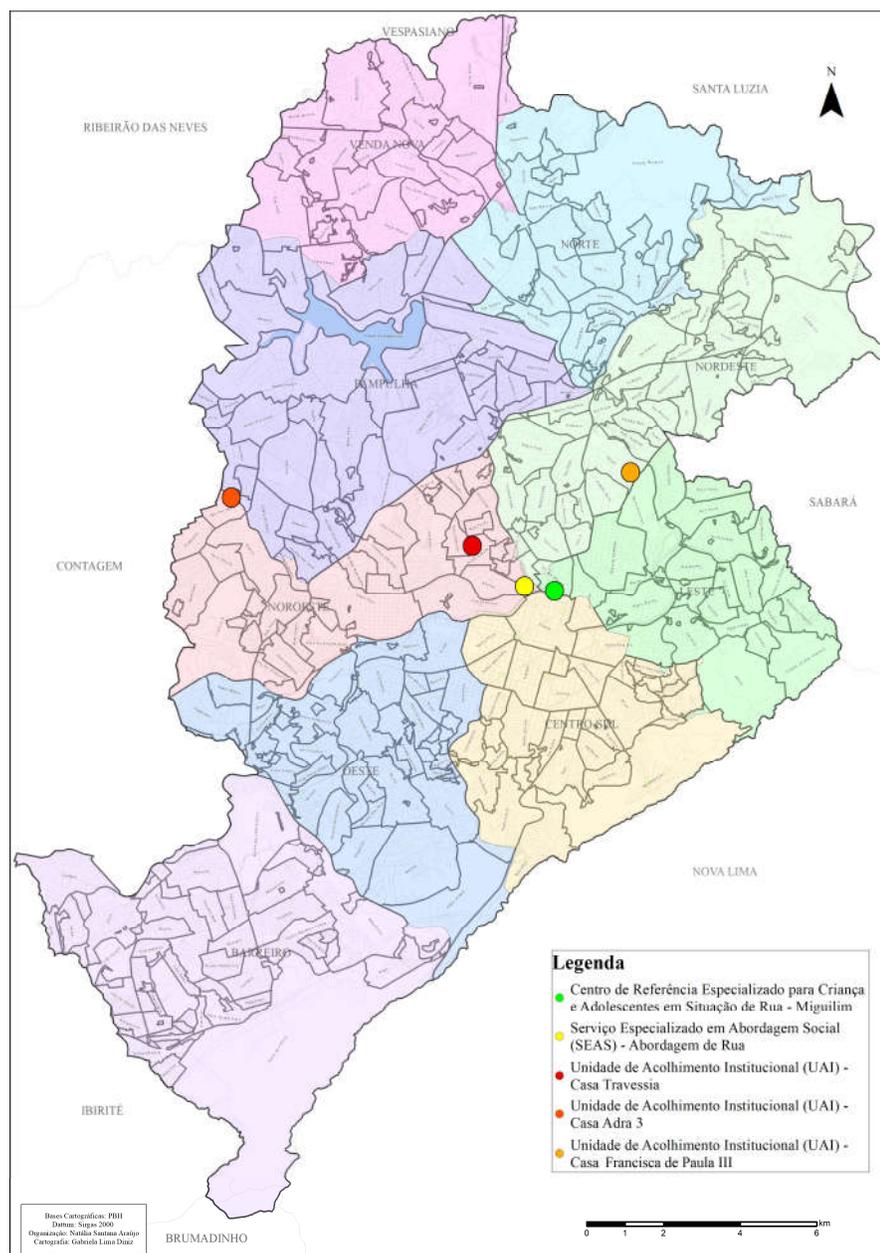
Em Belo Horizonte, a informação disponível sobre a população infanto-juvenil com trajetória de vida nas ruas foi um diagnóstico efetuado pelo Serviço de Abordagem de Rua, no ano 2015. Neste estudo foi realizado um levantamento de 80 crianças no centro da cidade, único lugar considerado. Os dados deste estudo não estão disponíveis para consulta e os funcionários afirmam que muitos arquivos foram perdidos. Por isso, meu acesso a este número se deu por um funcionário deste serviço durante sua entrevista. O certo é que a produção deste tipo de equipamento parece obedecer a critérios mais orientados pela prática dos funcionários, a partir do aumento progressivo da demanda.

Por tais razões, é na sistematização da memória da implementação dos próprios funcionários que é possível nos aproximar a uma noção do processo de construção da política para esta população em Belo Horizonte.

Em relação aos equipamentos para crianças e adolescentes, uma análise espacial inicial das unidades selecionadas para esta pesquisa, evidencia que a maior parte está localizada na

área central da cidade, especificamente, na zona periférica do centro (CORRÊA, 1995). Nesta região normalmente localizam-se grupos mais marginalizados, assim como também aqueles usos de alto impacto, como zonas de prostituição, grandes infraestruturas de transporte ou regiões morais de boemia. Nesta zona também se encontram outros equipamentos destinados à população de rua da cidade. No seguinte mapa podemos observar os cinco equipamentos considerados neste estudo.

Figura 1 - Localização dos Serviços pesquisados em Belo Horizonte



Fonte: Elaboração própria

As casas “TVR”

No contexto de Belo Horizonte, os primeiros equipamentos que acolheram este público em situação de rua foram os Centros de Passagens (CPs)¹⁹. A principal característica deste serviço, além do público alvo, era seu caráter **provisório**, no qual os adolescentes podiam permanecer por no máximo **três meses**. (BATISTA *et al*, 2005). Após este período, o adolescente deveria ser reintegrado à família ou, caso o retorno não fosse possível, encaminhado a uma unidade de acolhimento convencional.

Com o processo de reordenamento da política em 2016, estas casas deixaram de ofertar este serviço e foram desvinculadas à Secretaria de Assistência Social. Em seu lugar criou-se uma **Unidade de Breve Permanência Casa Travessia** e duas Unidades de Acolhimento Institucional para Crianças²⁰ e Adolescentes em Situação de Rua (UAI/TVR): uma para o público feminino, **Casa Esperança 3** e uma para o público masculino **Lar Francisca de Paula III**.

Inicialmente, o objetivo da unidade de Breve Permanência Casa Travessia era acolher adolescentes de modo provisório, durante o período necessário para a realização de um diagnóstico capaz de indicar os encaminhamentos mais adequados. Assim, os técnicos desta casa deveriam realizar estudo de caso dos acolhidos dentro do prazo de 30 dias e, após esse período, o jovem seria encaminhado para um acolhimento institucional convencional (caso os vínculos familiares estivessem rompidos) ou retornar para a família nos casos em que o fortalecimento dos laços familiares era avaliado como possível. (Plano de Trabalho Casa Travessia, 2016). No entanto, a partir do trabalho de campo e das entrevistas, ficou claro que o prazo de permanência dos adolescentes era superior ao estabelecido e a casa operava na lógica de Centro de Passagem. No início do ano de 2018 a casa deixou de ser Unidade de Breve Permanência e passou a ser uma UAI/TVR.

A Casa Esperança 3 e o Lar Francisca de Paula III são unidades que, desde sua fundação, são destinadas a acolher o público adolescente que apresenta perfil de trajetória de vida nas ruas. Apesar de conter “trajetória de vida nas ruas” em sua nomenclatura, apenas o acolhimento feminino pontua esta característica em seu Projeto Político Pedagógico, sem apresentar uma caracterização de quem seria este público.

¹⁹ Em 2011, Belo Horizonte contava com quatro Centros de Passagem; Centro de Passagem Emaús, Centro de Passagem O Consolador, Centro de Passagem Vila Eunice e Centro de Passagem Dom Bosco. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1058439>. Acesso em: 01/12/2018

²⁰ Apesar dos equipamentos apresentarem o público infantil em sua nomenclatura, nos casos de crianças de 0 a 11 anos, o encaminhamento é realizado para os Acolhimentos Convencionais. (BELO HORIZONTE, 2017)

Esta definição apresenta-se problemática na medida em que os serviços encaminhadores, como o Conselho Tutelar, encontram uma janela ampla para o direcionamento de casos bastante diversos entre si e que, talvez, indiquem a própria multiplicidade de experiências entendidas no bojo da “situação de rua”.

A definição de um público específico: crianças e adolescentes em situação de rua

Sobre a definição do público destes serviços, é na parametrização²¹ que se encontra uma descrição mais detalhada sobre o perfil de situação de rua. Segundo este documento UAI/TVR é um

Acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive com deficiência, em situação de risco pessoal e social nas ruas, que utilizam logradouros públicos, áreas degradadas, como espaço de moradia ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, com rompimento ou fragilidade dos vínculos familiares e comunitários, prioritariamente situação de pobreza e/ou pobreza extrema, dificuldade de acesso e/ou permanência nas políticas públicas, sendo caracterizados por sua heterogeneidade, como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência, entre outros. (BELO HORIZONTE, 2017a, pág. 48)

O documento de parametrização dos serviços de atendimento à população em situação de rua, pontua que, apesar das orientações técnicas para serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, elaborado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)

(...) contra indiquem unidades especializadas e atendimentos exclusivos, o Município de Belo Horizonte dispõe de quatro Unidades de Acolhimento²² para adolescentes em situação de risco pessoal e social, nas ruas, tendo em vista a necessidade de compreender os fenômenos que incidem sobre as peculiaridades que se apresentam para o ciclo de vida em tais circunstâncias, bem como garantir a proteção integral contextualizada em situações concretas que têm exigido das políticas públicas uma capacidade crítica para aproximar das diversas realidades que as juventudes apresentam. (BELO HORIZONTE, 2017a, pág. 49)

Para essa determinação, o Município se baseou no documento *Diretrizes para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua*, publicado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) em parceria com a Associação Beneficente O Pequeno Nazareno e com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do

²¹ Documento institucional elaborado pela Secretaria de Assistência Social no ano de 2017.

²² Durante a realização da pesquisa haviam três unidades de acolhimento para o público TVR. A quarta foi aberta durante o período de finalização das entrevistas e por isso não foi contemplada nesta pesquisa.

Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos (SNDCA/MDH) em 2017. Estas diretrizes resultam de uma série de documentos elaborado pelo Grupo de Trabalho (GT) criado pelo CONANDA com a finalidade de elaborar uma política nacional de atenção à criança e ao adolescente **em situação de rua**.

Uma das diretrizes que constam neste documento diz respeito à inclusão na Resolução nº 01 do CONANDA/CNAS, que apresenta as Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento Institucional, de um tópico sobre acolhimento especializado para crianças e adolescentes em situação de rua. Isso porque o documento original, elaborado em 2009, dispõe sobre orientações e parâmetros de funcionamento para os acolhimentos, mas não aponta nenhuma especificidade sobre o público infantil que se encontra em situação de rua. (BRASIL, 2017)

A necessidade de construir orientações específicas para este público parte da leitura de que, na maioria dos casos, as crianças e adolescentes em situação de rua não permanecem nos equipamentos de acolhimento e isso é geralmente associado ao impacto das normas, regras de convivência e regulamentos de uso dos espaços da casa na rotina que construíram para si no contexto da rua. Por esta razão, foi proposta a inclusão de um capítulo no documento de orientações técnicas que abordasse medidas de acolhimento especializadas para atender o público em situação de rua, mas de uma forma que evitasse a segregação, isolamento ou discriminação dos acolhidos. (*Idem*, 2017).

Apesar de sua importância para o endereçamento das especificidades do amplo espectro de risco social juvenil identificado por estes equipamentos, a execução prática dos serviços apresenta uma permanente distância e confronto com suas diretrizes. Alguns aspectos deste hiato são apresentados a seguir, com a caracterização das UAI/VTR pesquisadas a partir da inserção de campo e entrevistas, quando também são apresentadas mais detidamente as trajetórias de implementação de cada equipamento.

1.4.1.1- CASA TRAVESSIA

A unidade de acolhimento *Casa Travessia* encontra-se em operação desde setembro de 2016, quando passou a executar o serviço que antes era realizado pelo *Centro de Passagem O Consolador*. Esta unidade tem como diretriz o estudo de caso e está voltada para o acolhimento de adolescentes entre 12 e 17 anos e 11 meses, do sexo masculino, cuja situação precisa ser investigada para se realizar o encaminhamento mais adequado, dentro do prazo de 30 dias.

Como relatado anteriormente, apesar do serviço apresentar como principal objetivo a realização de um diagnóstico em curto prazo, o que foi percebido em campo retratava uma realidade muito próxima das outras UAIs/TVR. Tanto que posteriormente a casa passa para esta modalidade de acolhimento, dando fim à proposta de Breve Permanência. Durante os acompanhamentos dos educadores, fui informada que alguns funcionários que atuavam no Centro de Passagem O Consolador, após a Associação Grupo Espírita Consolador encerrar as atividades, no mês de setembro de 2016, foram transferidos para a Casa Travessia.

1.4.1.1A- CASA TRAVESSIA E SEU ENTORNO

A Unidade de Breve Permanência Travessia está localizada no bairro União, região Nordeste de Belo Horizonte, próxima das Avenidas Cristiano Machado e José Cândido da Silveira. Em relação à mobilidade possui fácil acesso a transportes públicos, como BRTs e linha de metrô. O imóvel é alugado e o serviço é executado pelo IJUCI²³.

No bairro existem os equipamentos CRAS Arthur de Sá, onde os adolescentes participam de atividades do Programa ProJovem e o Centro de Saúde Leopoldo Crisóstomo de Castro, onde realizam consultas médicas e acompanhamento durante o tempo de permanência da casa. Outro equipamento frequentado pelos adolescentes acolhidos é o SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados). Neste local é permitido o acesso a computadores com internet pelo período de 30 minutos a qualquer pessoa, sendo necessário a apresentação de um documento de identidade para cadastro. Como muitos acolhidos chegam na casa sem nenhum documento, existe uma parceria entre o serviço e a casa que permite uma flexibilidade dessa exigência.

Ainda próximo a casa Travessia existe um pequeno parque, conhecido como Parque da Matinha. Segundo os educadores os adolescentes da casa frequentam o parque para fazer uso de drogas e para esconder objetos que não são permitidos dentro da casa. Nos finais de semana os adolescentes também frequentam projetos como o Escola Aberta da Escola Estadual Anísio Teixeira.

²³ O Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania IJUCI, antigo Centro de Defesa da Cidadania, é uma organização não governamental fundado em 2000. Atuando em todo o Estado de Minas Gerais, foi qualificada em 2015 como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP. (PPP Casa Travessia, 2017d). Além da Casa Travessia, o IJUCI possui parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte para executar os serviços de mais quatro Unidades de Acolhimento Institucional, A Casa Bola de Gude que atende crianças de 07 a 12 anos do sexo masculino, a Casa Aquarela que atende grupo de irmãos de 07 a 18 anos, a Casa Tia Branca que atende adolescentes de 12 a 18 anos do sexo masculino e a Casa Nosso Lar que atende adolescentes de 12 a 18 anos do sexo masculino com trajetória de vida nas ruas.

A Unidade está localizada em uma rua residencial, com a presença de casas e edifícios com dois ou três andares, pontos de ônibus, um pequeno comércio com padaria e pet shop. No final da rua está a Escola Estadual Laudieme Vaz de Melo e a Igreja Nossa Senhora do Perpétua Socorro. Apesar da E.E. Laudieme Vaz de Melo estar localizada mais próxima da casa, os adolescentes não a frequentam. Segundo uma funcionária da Unidade nunca foi possível realizar matrícula dos adolescentes porque a escola argumentava não haver vagas. Assim, mesmo localizada mais distante, a Unidade encaminhava os jovens acolhidos para a E. E. Anísio Teixeira.

Figura 2 - Casa Travessia e seu entorno



Fonte: Google Maps. Elaboração própria

1.4.1.1B- ESTRUTURA DO EQUIPAMENTO E QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

A UAI/Breve Permanência Travessia situa-se em um imóvel alugado composto por uma sala com dois longos bancos e uma televisão, um lavabo de uso dos adolescentes, refeitório com duas mesas e bancos onde se realizam as refeições, um banheiro para uso dos funcionários, três quartos mobiliados com quatro camas beliche de madeira e armários, sendo que há um

banheiro de uso para os adolescentes em um dos quartos, sala de atendimento²⁴ com banheiro para uso dos funcionários e cozinha, local que os jovens não possuem acesso. Nos fundos, há um espaço com uma mesa onde os educadores realizam suas refeições e atividades como preenchimento de relatórios. Há um móvel com os pertences pessoais dos jovens e produtos de higiene, como toalhas, sabonetes, escova de dentes e um quadro com informativos a respeito dos adolescentes, atividades cotidianas, recados, telefones. À esquerda deste local existe uma lavanderia e na frente uma horta. Ainda neste terreno há um barracão, em um nível elevado, com dois cômodos, uma despensa onde se guarda os mantimentos, e a sala da equipe técnica. No refeitório podemos encontrar quadros que os adolescentes confeccionaram durante uma oficina na casa. Um dos educadores imprimiu várias fotos dos adolescentes e funcionários da casa em preto e branco para serem coloridas e coladas nas paredes. No dia que acompanhei as atividades da equipe técnica fui informada que os quadros serviram como um mecanismo para frear as pichações que aconteciam na casa, mas ao mesmo tempo permitir que os jovens intervissem no ambiente para ter um sentimento de pertencimento.

A casa se encontra em um nível acima da rua, sendo que na parte inferior há uma garagem onde são realizados procedimentos de vistoria quando um adolescente chega na casa. Ao lado da garagem há uma escada que dá acesso à uma varanda. É possível entrar na casa pela porta da sala e por um corredor lateral que leva aos fundos da casa. A entrada pela sala é utilizada pelos adolescentes e educadores, enquanto que a entrada lateral é utilizada exclusivamente por funcionários.

²⁴ Quando comecei a realizar o trabalho de campo essa sala de atendimento era usada como local de trabalho da equipe técnica. Contudo, os técnicos observaram que este não era o local mais adequado para atender um jovem recém-chegado ou familiares dos acolhidos, nem para realizar discussão de casos devido à falta de privacidade para se tratar de assuntos sigilosos. Com isso, a sala da equipe técnica mudou para um anexo nos fundos da casa, onde os jovens não possuíam acesso.

Figura 3 - Fachada da Casa Travessia



Fonte: Google Maps/Street View

Durante as visitas realizadas na casa foi possível perceber que os adolescentes passam uma boa parte do seu tempo na varanda conversando, fazendo atividades com os educadores, mas principalmente observando o movimento na rua.

Figura 4 - Vista da Varanda Casa Travessia



Fonte: Acervo da autora

O plano de trabalho da Casa Travessia apresenta um quadro de pessoal composto por 17 funcionários, sendo um coordenador, três técnicos de nível superior, 10 educadores/cuidadores, um auxiliar de educador/cuidador e 02 auxiliares de educador/cuidador – manipulador de alimentos. Contudo o quadro real de funcionários durante o processo de acompanhamento contava com 14 pessoas. Na primeira visita à casa a coordenadora me explicou que por ser uma Unidade de Breve Permanência, a casa não contava com o terceiro técnico que teria formação em pedagogia. Como o tempo de permanência dos adolescentes na casa deveria ser de até 30 dias, não era prioridade realizar a matrícula dos acolhidos em uma escola, nem de se iniciar um acompanhamento pedagógico com ele. A prioridade seria a realização de um diagnóstico visando o encaminhamento mais adequado no menor tempo possível daquele adolescente.

Durante o período de acompanhamento, a casa contava com um quadro de 8 educadores, sendo quatro no turno da manhã e quatro no turno da noite em jornadas de 12 horas trabalhadas seguidas de 36 horas de descanso. Um dos educadores que acompanhei me informou que o

correto seriam três educadores nos turnos diurnos, mas somente quando retorno para realizar as entrevistas, no início do ano de 2018, que encontro com uma terceira educadora, recém contratada, compondo uma das equipes da casa.

1.4.1.2- CASA FRANCISCA DE PAULA

A UAI/TVR Francisca de Paula começou a executar seus serviços no dia 05 de dezembro de 2016 e recebeu em sua unidade os adolescentes da Casa de Passagem Dom Bosco quando esta encerrou seus serviços. Esta casa possui a capacidade de acolher 15 adolescentes com idade de 12 a 17 anos e 11 meses do sexo masculino, que se encontram em trajetória de vida nas ruas e possuem impedimentos para retornar à família de origem ou ser encaminhado para uma família substituta.

1.4.1.2A- CASA FRANCISCA DE PAULA E SEU ENTORNO

A casa Francisca de Paula está localizada no bairro Nova Esperança, região Noroeste de Belo Horizonte, próxima às Avenidas Américo Vespúcio, Antônio Carlos e Carlos Luz. A região possui fácil acesso ao centro da cidade. O imóvel é de propriedade da CCHJ²⁵ e possui uma divisão que separa a unidade que atende crianças de 7 a 11 anos e 11 meses de ambos os sexos e a unidade que atende adolescentes de 12 a 18 anos do sexo masculino.

No bairro existem os equipamentos CRAS Noroeste e o Centro de Saúde Santos Anjos onde os adolescentes são acompanhados. Próximo à casa existem a Escola Municipal Carlos Gois, Escola Estadual Tomás Brandão, Escola Municipal Belo Horizonte e Escola Municipal Nossa Senhora do Amparo. Destas escolas a última apresenta uma melhor relação com a casa e recebe os jovens acolhidos. Próximo à casa também existe o Centro Comunitário JOCUM Casa Rocha que possui parceria com a Casa Francisca de Paula e oferta cursos e oficinas para o público jovem. Outro lugar frequentado pelos adolescentes acolhidos é o campo de futebol

²⁵ A Casa de Caridade Herdeiros de Jesus – CCHJ é uma instituição religiosa norteada pela ciência espírita, fundada em 25 de outubro de 1957 sob o formato de associação. Atualmente, a instituição conta com três Unidades de Acolhimento Institucional, O Lar Esperança Francisca de Paula de Jesus I que atende crianças de ambos os sexos, entre 07 e 12 anos, sendo preferencialmente grupo de irmãos, o Lar Esperança Francisca de Paula e Jesus II que acolhe adolescentes do sexo feminino de 12 a 18 anos e o Lar Esperança Francisca de Paula de Jesus III que atende adolescentes do sexo masculino com trajetória de vida nas ruas de 12 a 18 anos. (PPP Lar Francisca de Paula III, 2017c).

do Clube Grêmio Mineiro de Esportes. Segundo os funcionários da casa, quando os jovens evadem, muitas vezes vão para o campo fazer uso de drogas.

A casa²⁶ está localizada na esquina de duas ruas residenciais, porém possui apenas um vizinho, ao lado esquerdo, porque em sua frente existe um lote vago e nos fundos está parte do terreno que pertence à unidade das crianças. Muito próximo da casa, há alguns quarteirões, encontra-se a mais antiga favela de Belo Horizonte, Pedreira Prado Lopes (PPL). De acordo com os trabalhadores da UAI, a localização da casa é muito ruim e atrapalha bastante o trabalho cotidiano de atendimento aos jovens. Isso porque a proximidade com a PPL possibilita que os adolescentes tenham fácil contato com o tráfico. *O tráfico está batendo aqui na porta*, comenta uma das funcionárias durante o trabalho de campo. Esta mesma trabalhadora ainda pontuou que a casa também está muito próxima da Sumaré, outra favela de Belo Horizonte, localizada próxima às Avenidas Carlos Luz e Américo Vespúcio.

Figura 5 - Casa Francisca de Paula e seu entorno



Fonte: Google Maps. Elaboração Própria

1.4.1.2B- ESTRUTURA DO EQUIPAMENTO E QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

²⁶ Durante o trabalho de campo fui informada que a instituição estava construindo uma nova casa, no mesmo bairro, para acolher os meninos e que o processo de mudança aconteceria em dezembro. Contudo quando retorno para realizar as entrevistas, no início de 2018, fui informada que a mudança não ocorreria devido a episódios de brigas, onde jovens quebraram janelas da casa, o que fez com que a gerência entendesse que os meninos não tinham perfil para a nova casa porque iriam depredá-la também.

A parte do imóvel que recebe a Unidade TVR possui uma divisão que separa o local onde a equipe técnica trabalha e o local onde os adolescentes permanecem. Pela rua, há dois portões de acesso, um para cada parte. Como a casa fica em um terreno desnivelado a sala da equipe técnica se assemelha a um porão com acesso pela lateral da casa. Ali também funciona uma biblioteca. Em frente, há um pequeno pátio onde se encontra uma sala de atendimento e um banheiro. Há também uma sala onde fica o gerente das casas, mas o acesso se dá pela unidade das crianças. Um portão, que permanece trancado, conecta as duas partes da unidade. A todo momento um jovem bate no portão pedindo para conversar com as técnicas.

Entrando na casa pelo lado onde se encontram os acolhidos, encontramos à direita uma área externa e em frente uma rampa que leva até o primeiro cômodo da casa, uma sala com um sofá no fundo. É neste local que se realizam as revistas dos jovens quando eles voltam de uma atividade externa ou uma evasão. Depois há um amplo salão de dois ambientes. No primeiro há um banco de concreto e uma televisão. No segundo ambiente existem duas mesas com bancos acoplados a elas. À esquerda está a cozinha que fica sempre fechada por grades. Há um banheiro para os educadores, uma escada e uma pequena sala, que fica embaixo da escada, onde os educadores guardam seus pertences, os remédios dos jovens acolhidos, os cadernos de relatório, agendas e materiais de higiene de uso coletivo como creme para o corpo e para os cabelos. No segundo andar estão os quartos dos jovens. Três quartos possuem quatro camas e um possui três camas. As camas são de metal e estão parafusadas no chão. Algumas estavam sem colchão²⁷. Todos estão mobiliados com guarda-roupas sendo que cada jovem tem o direito de manter trancado uma parte do armário com seus pertences. Em cima das camas há um quadro para os adolescentes desenharem onde se encontram algumas pichações. Neste andar também existe uma sala de informática. No terceiro andar há um amplo terraço onde se encontra a lavanderia e uma mesa de ping-pong. Os meninos só podem acessar este espaço acompanhado dos educadores. Os educadores utilizam o terraço como local de descanso em seus horários de almoço.

²⁷ Os funcionários retiram os colchões das camas que não estão sendo usadas.

Figura 6 - Fachada da casa Francisca de Paula



Fonte: Acervo da autora

A casa é murada, mas pela parte interna, devido ao desnível, o muro não é alto e os adolescentes conseguem pulá-lo facilmente. Durante todo o tempo é possível visualizar os adolescentes subindo o muro apenas para ver o que está acontecendo na rua ou para conversar com alguém que se encontra do lado de fora. Estas ações geram muitos conflitos com a vizinhança que reclamam do comportamento dos adolescentes. Isso desencadeia um cansaço e desgaste nos cuidadores que, ao mesmo tempo precisam acompanhar a dinâmica que está acontecendo dentro da casa e fora dela.

Figura 7 - Vista interna da Casa Francisca de Paula



Fonte: Acervo da autora

Por ser uma construção muito grande, semelhante a um prédio, possuir portas de metal, móveis de escritório, grades para todos os lados, esta unidade apresenta mais características de um serviço do que de uma casa.

O Projeto Político Pedagógico da casa apresenta um quadro de 25 funcionários, sendo um coordenador, três técnicos, uma educadora de referência, 12²⁸ cuidadores, duas cozinheiras e um serviços gerais. No quadro de funcionários também constam cinco oficineiros, contudo estes estariam em um regime de voluntariado. Durante o trabalho de campo, o quadro de funcionários contava com 17 funcionários, sendo 10 educadores, três em cada turno diurno e dois nos turnos noturnos, uma educadora de referência, duas cozinheiras, um serviços gerais,

²⁸ Segundo informação de uma funcionária da Unidade, quando a Casa foi implantada haviam 12 cuidadores, atualmente este número mudou para 10 cuidadores.

uma coordenadora e duas técnicas. Quando retorno para realizar as entrevistas encontro na casa novos educadores²⁹, uma terceira técnica e um oficinairo.

Uma particularidade desta casa são os planos de carreira dos funcionários. Os trabalhadores são classificados por níveis, 1, 2 e 3. A mudança de nível se dá por desempenho, sendo que o salário e as responsabilidades aumentam também. Outro ponto também importante de se destacar é que na casa Francisca de Paula, os funcionários que atuavam diretamente com os meninos acolhidos eram chamados de cuidadores. Como nos outros serviços este mesmo cargo é definido como educador, questionei a Isabela, uma funcionária da casa, o motivo de ali eles serem cuidadores. Ela me explicou que

Isso foi uma coisa que veio com essa prestação de serviço da PRÓ-BEM ACESSORIA E GESTÃO CRIANÇA como uma questão do que o educador faz e o que o cuidador faz, e o que faz na casa para saber identificar se é cuidado ou educador. E a gente identificou que a gente mais cuida do que educa. Na das meninas por exemplo eu acho que são educadoras, agora aqui, se a gente educar não vamos nunca conseguir cuidar. É mais ou menos esse viés, para educar a gente precisa de cuidar, e tem meninos que chegam aqui muito descuidados, muito abandonados. Tem menino aqui que tem cinco anos que não vai na escola. Eu acho que essa questão dos cuidados é primordial aqui, por isso a gente identifica como cuidador. E porque tem as questões do CBO [Classificação Brasileira de Ocupações] e a gente tem que identificar se é CBO de cuidador ou educador. (Trecho de Entrevista com Isabela, funcionária da Casa Francisca de Paula, em 10/02/2018)

1.4.1.3- CASA ESPERANÇA ADRA 3

A UAI/TVR Casa Esperança Adra 3 iniciou suas atividades no dia 01 de agosto de 2014 e, das unidades pesquisadas, é a casa mais antiga que realiza o acolhimento do público com trajetória de vida nas ruas. É também a única Unidade TVR que atende adolescentes do sexo feminino. A casa tem capacidade de acolher 15 adolescentes do sexo feminino com faixa etária de 12 a 17 e 11 meses, que se encontram em trajetória de vida nas ruas e possuem impedimentos para retornar à família de origem ou ser encaminhado para uma família substituta.

1.4.1.3A- CASA ESPERANÇA ADRA 3 E SEU ENTORNO

²⁹ A rotatividade de funcionários nesta casa foi grande durante o período de pesquisa. O número total de vagas permaneceu com 10 cuidadores, sendo que contabilizei 15 cuidadores que conheci em campo.

A Casa ADRA 3 está localizada no bairro São Salvador, região Noroeste da capital³⁰. Das três casas acompanhadas, é a mais distante do centro de Belo Horizonte.

A casa situa-se na Avenida Imperial, em uma área comercial. Nesta avenida pode-se encontrar padarias, farmácias, lanchonetes, lojas de materiais de construção, restaurantes, lojas de roupas e pequenos comércios informais como venda de cachorro quente na porta de uma casa, ou uma loja com produtos de vestuário variado construída na garagem de uma residência. Próximo a casa existe o Centro de Saúde Glória, porém não existe equipamento de CRAS que atende o bairro³¹. A relação da casa com as escolas do território é bastante conflituosa, sendo necessário a intervenção da Regional Noroeste para que sejam realizadas as matrículas das jovens acolhidas.

Em frente à casa existem pontos de ônibus onde passam várias linhas com destino tanto para Belo Horizonte quanto para Contagem. Mesmo estando longe do centro da cidade, a casa está em um local de fácil acesso. O imóvel é alugado e o serviço é executado pela ADRA Brasil³².

A unidade de acolhimento das adolescentes iniciou seus trabalhos no Bairro Glória, onde era a antiga Vila Eunice. Por questões de ameaça e da permanência das garotas junto ao tráfico, além de constantes reclamações da vizinhança, a casa foi transferida para o bairro Santa Cruz. Neste bairro as jovens se envolveram em uma rede de exploração sexual e foi necessário novamente mudar a localidade do acolhimento. Além dessa situação, a casa do bairro Santa Cruz se localizava ao lado de um lote vago, que provocava nos trabalhadores uma sensação de insegurança, principalmente no período da noite.

³⁰ A casa está no limite do município com a cidade de Contagem, município pertencente à Região Metropolitana de Belo Horizonte.

³¹ O atendimento das acolhidas é realizado diretamente na Regional Noroeste.

³² A Agência Adventista de Desenvolvimento e recursos Assistenciais Sudeste Brasileira – ADRA Brasil é uma organização privada, não governamental, sem fins lucrativos, de ajuda humanitária de âmbito mundial. Fundada em 1984 pela Igreja Adventista do Sétimo Dia, está presente em mais de 120 países. (PPP Casa Esperança 3, 2017b). Atualmente administra onze casas de acolhimento em Belo Horizonte, sendo duas casas destinadas a crianças de 0 a 6 anos de ambos os sexos, uma casa que acolhe crianças de 7 a 12 anos do sexo feminino, três casas que atendem crianças de 7 a 12 anos do sexo masculino, uma casa que atendem adolescentes de 12 a 18 anos do sexo masculino, três casas que acolhem adolescentes de 12 a 18 anos do sexo feminino e uma casa que acolhe adolescentes de 12 a 18 anos do sexo feminino com trajetória de vida nas ruas.

Figura 8 - Casa ADRA 3 e seu entorno



Fonte: Google Maps. Elaboração Própria

A escala deste mapa foi reduzida para mostrar a distância entre a Unidade de Acolhimento Institucional e a Regional Noroeste, equipamento de referência para a casa já que no território não existe o equipamento do CRAS. Assim, as distâncias para a organização do atendimento, como também outros serviços para as adolescentes, são muito grandes, dificultando a labor dos funcionários e isolando da rede institucional.

1.4.1.3B- ESTRUTURA DO EQUIPAMENTO E QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

A UAI/TVR ADRA 3, conta com uma capacidade de acolher 15 adolescentes do sexo feminino com faixa etária de 12 a 18 anos. A casa possui dois pavimentos sendo o piso inferior composto por quatro quartos mobiliados com camas beliche e armário, dois banheiros de uso das jovens acolhidas, uma sala com dois sofás e uma televisão, uma copa onde existe uma bancada de mármore, uma cozinha que se encontra desativada e uma lavanderia nos fundos da casa. É possível entrar na casa pela sala ou pela lavanderia passando na lateral do imóvel. Existe também uma varanda em frente à casa e uma grande área externa. Existe uma pequena escada que conecta estes dois espaços já que o pátio se encontra no nível da rua e a casa em um patamar superior.

Não existe conexão entre os dois andares por dentro da casa. Para chegar ao segundo pavimento existe uma escada na lateral que dá acesso a uma sala de leitura. Após a sala existe um corredor que, à direita dá acesso a cozinha e o refeitório e a esquerda dá acesso à sala da

equipe técnica, sala dos educadores, banheiro para funcionários e almoxarifado. O refeitório é mobiliado com duas grandes mesas e pelas janelas deste cômodo é possível ver o pátio da casa e a rua. Entre a sala de leitura e a sala dos técnicos existem três portas que se mantêm trancadas durante todo o dia. As adolescentes não possuem acesso livre a este espaço, podendo entrar apenas com autorização das funcionárias quando demandam uma conversa ou quando a equipe deseja realizar uma reunião com a acolhida.

A casa possui pouca mobília e muitas se encontram em mal estado, como os sofás que estão rasgados. Fui informada que muitas vezes os móveis já chegam nessas condições e por isso existe uma sensação que, por esta unidade acolher adolescentes com trajetória de vida nas ruas, são encaminhados os piores objetos para elas.

Figura 9 - Fachada da Casa ADRA 3



Fonte: Acervo da autora

A casa possui um muro alto, um portão de garagem e um portão de entrada de pedestre. Para tentar ver o que está acontecendo na rua as adolescentes sobem na grade que existe na varanda ou encostam a cabeça no portão para olhar pela fresta quem está do lado de fora.

Mesmo com um muro bastante alto, as adolescentes conseguem subir, escalando pelo muro lateral, e pular para o lado de fora da casa.

Figura 10 - Vista interna da Casa ADRA 3



Fonte: Acervo da autora

A equipe de funcionários da casa é composta por um coordenador, dois técnicos, dez educadores, uma educadora de apoio, duas manipuladoras de alimentos, uma auxiliar de serviços gerais, totalizando 17 funcionários. Diferente das outras duas Unidades de Acolhimento Institucional, os plantões de educadores são compostos por dois educadores no período diurno e três no noturno. Outra característica específica desta casa é a composição da equipe majoritariamente por mulheres. Existem apenas dois funcionários homens, que compõem a equipe de educadores noturnos. Algumas educadoras já compunham o quadro de funcionários quando a unidade se localizava em outras regiões.

1.4.2- CREAS POP MIGUILIM

Além das Unidades de Acolhimento Institucional, a rede de proteção à criança e ao adolescente em situação de rua conta com um serviço cuja intervenção é direcionada para a parcela do público não-acolhida. O Centro de Referência Especializado para Pessoa em Situação de Rua – Centro Pop Miguilim tem como objetivo realizar atendimentos e ações que colaborem com o processo de saída das ruas de crianças e adolescentes buscando seu retorno ao convívio familiar e comunitário. Para isso, focam na construção de vínculos com os jovens no intuito de reduzir as vulnerabilidades e riscos sociais vivenciadas no contexto da rua (BELO HORIZONTE.2017a).

Um importante ponto que precisa ser destacado é o formato como o serviço atua. Diferente dos outros serviços que recebem jovens encaminhados e precisam estabelecer estratégias para mantê-lo em seu equipamento (unidades de acolhimento) ou que realizam busca ativa para encontra-los no contexto da rua (Serviço Especializado de Abordagem Social), o Centro Pop Miguilim trabalha com o formato de demanda espontânea. Isso se desdobra na sustentação de uma perspectiva de “respeito à livre adesão e ao momento da criança/adolescente para a realização do acompanhamento”. (*Idem*, pág. 16).

Ao pontuar isso, não significa que o Centro Pop Miguilim não estabelece ações para vincular adolescentes que não estão frequentando o equipamento. Existe toda uma rede de atores que se articulam e estabelecem ações para realizar o acompanhamento do público atendido. Assim, quando um adolescente deixa de frequentar o equipamento, os técnicos podem realizar contato com o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) e solicitar uma busca ativa nos locais onde o jovem normalmente circula.

O SEAS também realiza encaminhamentos de adolescentes para o Centro Pop durante o processo de abordagem no território, contudo o formato de atuação ocorre através de um convite no qual o jovem pode aceitar ou não, sendo sempre respeitado o seu desejo.

O Centro Pop Miguilim ainda possui articulação com os acolhimentos institucionais. Nas entrevistas dos funcionários com maior tempo de atuação na assistência social, fui informada que o Miguilim era um serviço que encaminhava os jovens diretamente para os Centros de Passagem da cidade. No período em que esta pesquisa foi realizada, o serviço já não era um órgão encaminhador, sendo necessário uma articulação com os Conselhos Tutelares para a formalização de um acolhimento. Contudo, quando se tem o processo de parametrização

e regulamentação dos serviços destinados ao público em situação de rua, o Centro Pop Miguilim retorna com esta função de encaminhar jovens, agora para as UAI/TVR.

1.4.2.1- HISTÓRICO DO PROGRAMA MIGUILIM

Até chegar ao modelo de Centro POP, o serviço destinado ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua passou por reformulações e reordenamento de ações que objetivavam adequar o modelo de atendimento às necessidades do público atendido. Acredito ser importante retomar a história deste equipamento devido a sua singularidade no contexto da Assistência Social no Brasil e sua importância no contexto de atendimento ao público infanto-juvenil em Belo Horizonte.

Como já foi relatado neste capítulo, é a partir de 1993 que a Prefeitura de Belo Horizonte começa a executar serviços destinados ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua. Neste mesmo ano foi realizada uma pesquisa pela Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade John Hophins que constatou cerca de 400 crianças e adolescentes vivendo nas ruas da cidade. (BELO HORIZONTE, 2006).

Antes da década de 1990, o único serviço vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) era a Cidade do Menor, local onde residiam 36 meninos e que atuava sob as orientações do antigo Código de Menores. A SMDS tinha também convênio com o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), Organização Não Governamental que possuía um equipamento chamado de Casa de Apoio. (*Idem*, 2006).

Paralelo ao Movimento Nacional, em Belo Horizonte as instituições que atuavam no atendimento e na defesa dos direitos dos meninos de rua começaram a se articular desencadeando na formação do Grupo Interinstitucional de Entidades de Atendimento aos Meninos e Meninas de Rua em Belo Horizonte (GIRARUA). Esta rede, juntamente com o MNMNR, desempenhou um importante papel para a implantação do Miguilim. (VIEGAS, 2007).

No ano de 1993, o Programa Miguilim foi aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo gerido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Ainda neste processo, no mesmo ano, a Prefeitura de Belo Horizonte desativou a Cidade do Menor e implementou unidades de atendimento próprias, a Casa de Apoio da PBH, o Albergue Feminino e a Casa Moradia para adolescentes de 16 a 21. No ano seguinte foram implantadas duas unidades destinadas a profissionalização dos adolescentes, a

Escola Vereda Móveis para meninos e a Escola Vereda de Confeções para meninas. Outro projeto criado foi a comercialização dos produtos provenientes das Escolas Veredas na barraca do Miguilim da Feira de Artesanato da Avenida Afonso Pena.

Em 1995 foram instituídos novos serviços com o objetivo de ampliar a capacidade de abrigamento e moradia de adolescentes com trajetória de rua e suas famílias. Foi inaugurado o primeiro abrigo 24 horas para meninos de 07 a 12 anos e ampliado os convênios para viabilizar moradia aos adolescentes atendidos em parceria com a Urbel (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte). Em 1996 foi criado o albergue masculino e implantada uma abordagem coletiva envolvendo entidades conveniadas. O Programa Miguilim foi considerado referência nacional de experiência no atendimento de crianças e adolescentes de rua.

Podemos considerar que o Programa Miguilim era um “guarda-chuva” que cobria os seguintes serviços: Casa de Apoio, Albergues Feminino e Masculino, Serviço de Abordagem, Serviço de Pronto Atendimento, Central de Encaminhamento e Acompanhamento, Casa Moradia Masculino, Serviço de Supervisão de Abrigo, Centro de Referência Cultural para Criança/Adolescente, Vereda Móveis/Confeções, Projeto Interinstitucional em Parceria com a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SETASCAD), Projeto Moradia, Profissão Futuro, Núcleo de Atividades Pedagógicas, Central de estudo de Caso e Acompanhamento. (BELO HORIZONTE, 2006)

A partir de 1997 foi realizado um reordenamento na política mudando o modelo de execução direta dos serviços pela SMDS para o modelo de convênios com ONGs. Com este processo, o Programa Miguilim foi remodelado deixando de executar os serviços de abrigamento, sendo organizado através de cinco eixos de atuação: o Centro de Abordagem, subdividido em dois setores, a Abordagem de Rua e o Pronto Atendimento; o Centro de Diagnóstico, Acompanhamento Familiar e Articulação Comunitária (CEDAFAC), que acompanhava o processo de reinserção da criança ou adolescente na família ou comunidade de origem; o Centro de Supervisão, responsável por articular parcerias institucionais e acompanhar os convênios com ONGs; o Centro de Informação e Documentação (CIDOC), responsável pelo processamento de informações e o Miguilim Cultural. (*Idem*, 2006).

No ano de 2000 o Programa passa por outro processo de reformulação deixando de administrar o CEDAFAC, que integra o recém-criado Serviço de Orientação Sócio Familiar (SOSF) e a supervisão dos abrigos e centros de passagem, que passa a fazer parte da supervisão integrada junto a outras modalidades de abrigamento. Outra mudança se dá no Pronto Atendimento que passa a funcionar no Miguilim Cultural.

Em 2004 o Programa integra a Gerência de Inserção Especial. (GPES). Há então uma descentralização das ações e ampliação dos atores envolvidos nos processos de atendimento à criança e adolescente em situação de rua. Este cenário amplia a oferta de serviços, mas, ao mesmo tempo provoca uma desarticulação entre eles. Durante a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a articulação entre os distintos setores da SMDS e entidades não governamentais ganha centralidade para se qualificar o atendimento de meninos e meninas em situação de rua e suas famílias.

Contando com este cenário, o Programa Miguilim passa por um novo processo de reformulação no ano de 2006. Dentre as propostas de alteração no formato de trabalho são destacadas a necessidade de não interromper o atendimento do público no período do almoço. Para isso, se propõem que o atendimento no serviço passasse a ser de 08h00 às 18h00 com oferta de almoço e janta para os jovens atendidos. O objetivo seria a ampliação do tempo de permanência no espaço do Programa, diminuindo o tempo que o jovem passava nas ruas. Foi apresentado também a necessidade de ampliar o diálogo com as crianças e adolescentes em torno da higiene pessoal e para isso seria necessário ofertar materiais de higiene como escova de dentes, sabonetes e a possibilidade de o equipamento apresentar estrutura para banho e para lavar roupas. Uma terceira ação seria a oferta de atividades recreativas com o intuito de ampliar o contato com o público atendido.

No âmbito da gestão e articulação entre os serviços foi elaborado um plano que consistia em criar um grupo de técnicos para estudo de casos; criar um grupo de trabalho (GT) interno na prefeitura para estabelecer ações com outras Secretarias como a de esporte, cultura e educação; criar um grupo interinstitucional sendo composto por representantes de distintas instituições como Conselhos, Ministério Público, Juizado, ONGs e Fóruns; manter e incrementar um sistema de informações; capacitar os profissionais, monitorar e avaliar através de relatórios e indicadores. (BELO HORIZONTE, 2006).

O Programa Miguilim também passou por distintos equipamentos, permanecendo por um tempo fechado, até ser instalado no local onde se encontra atualmente. A primeira localização do serviço foi ao lado da Praça da Estação, onde atualmente se encontra o Centro de Referência da Juventude (CRJ). O Programa contava com uma estrutura física onde eram feitos os atendimentos e duas quadras. Em uma quadra foi montada uma grande tenda onde eram realizadas as atividades de recreação, a outra, que permaneceu aberta, aconteciam as atividades esportivas. Visto de fora, esta estrutura se assemelhava a uma lona de circo, o que muitas vezes proporcionou uma confusão sobre qual serviço era ofertado naquele local. Isso

porque na cidade existia um outro projeto conhecido como Circo de Todo o Mundo que realizava parcerias com o Programa Miguilim Cultural.

Durante minha pesquisa, conheci Pedro, um funcionário que chegou a ser atendido pelos programas ofertados para o público infantil de Belo Horizonte. Ao entrevista-lo, pedi que me narrasse um pouco sobre esse período de sua vida e me explicasse como funcionavam os serviços. Pedro me contou que havia participado de um projeto chamado Recreando que acontecia no bairro Floresta, região Leste da cidade.

O Recreando foi um projeto idealizado pelo Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, movimento que Pedro também fez parte, criado em 1991 e que realizava o serviço de abordagem de crianças e adolescentes moradores ou com trajetória de rua. No ano seguinte, o projeto ampliou suas atividades criando uma Casa de Apoio, onde os adolescentes, de 14 a 18 anos, realizavam oficinas artísticas. Criou-se também abrigos com o objetivo de suprir a demanda dos jovens atendidos por acolhimento. Em 1994 o Projeto Recreando se tornou o Centro Recreação de Atendimento e Defesa da Criança e do Adolescente e passou a ser chamado popularmente de Circo de Todo o Mundo³³.

O Centro de Recreação³⁴ atuou em várias frentes e uma delas foi na construção de espetáculos circenses. Com uma lona instalada no bairro Santa Efigênia e posteriormente transferida para o bairro Horto, o Circo de Todo o Mundo estreou em 1999 o espetáculo *Na Corda Bamba* que realizava parceria com a Banda Miguilim, composta por jovens que participavam das atividades e oficinas de música do Miguilim Cultural. Com a fala de Pedro é possível compreender porque muitas pessoas identificavam a lona do Miguilim Cultural como sendo do Circo de Todo Mundo.

Quando a gente fez, fizemos como se fosse uma junção, porque tinha Banda Miguilim na época, e o forte deles, que na época que eu conheci era a banda, eles eram muito fortes, não sei se você viu os instrumentos que tinham aqui na época, eles tocavam, eles faziam a abertura do nosso espetáculo. Era o espetáculo “Na Corda Bamba”, que a gente não tinha o espaço próprio no local onde a gente ia apresentar que era no Horto, no Galpão ali. A gente fez uma parceria de estar indo apresentar lá e eles faziam essa apresentação com a Banda. Então eles abriam com a Banda do Miguilim, e a gente se apresentava com o Circo. Foi daí que foi conhecendo... Eu conheci um pouco do Projeto, a gente ia dar oficina também, de algumas oficinas. (Trecho de Entrevista com Adriano, educador do Centro POP Miguilim, em 15/01/2018).

³³ <http://www.circodetodomundo.org.br/index.php/o-circo/nossa-historia> Acessado em: 01/12/2018

³⁴ O Circo de Todo Mundo atuou por doze anos no galpão no bairro Horto, espaço cedido pelo Estado, finalizando suas atividades no ano de 2008. Em 2009 fixa sede na cidade de Nova Lima, município pertencente à Região Metropolitana de Belo Horizonte. De 1997 a 1999, a instituição foi financiada pela União Europeia, através do PIDMU – Programa Infância Desfavorecida no Meio Urbano. Com o término deste financiamento, o Centro constrói uma parceria com a Telemig Celular através da Lei Estadual de Incentivo à Cultura. Em 2009 o Circo de Todo Mundo foi instalado na cidade de Betim, outro Município da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em 2018 passa a receber financiamento do projeto Criança Esperança.

Com a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, O Programa Miguilim Cultural se torna o Centro de Referência para Criança e Adolescente em Situação de Rua – Centro POP Miguilim. Este processo foi um *arranjo* dentro da resolução nacional que previa somente o Centro Pop para adultos e considerava que criança e adolescente em situação de rua seriam público do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

No ano de 2012, o Miguilim foi realocado porque no terreno que estava ocupando seria construído o Centro de Referência da Juventude. Este processo foi bastante criticado porque não foi construído com participação das organizações e dos usuários do equipamento. O Miguilim ficou provisoriamente em um imóvel na Avenida do Contorno, no bairro Floresta, antiga sede da Casa Benvinda - casa de acolhimento a mulheres vítimas de violência doméstica.

Em 2013, o serviço passou por outro processo conturbado quando foi deslocado para o Edifício Central no contexto da Copa das Confederações para atuar em modelo de plantão atendendo às crianças e adolescentes que eram encontradas circulando pelo centro desacompanhado dos responsáveis legais³⁵

No dia 23 de março de 2014 o Miguilim foi fechado de forma abrupta, sem comunicação e preparação prévia dos funcionários e usuários do serviço. Várias entidades e grupos da sociedade civil se reuniram e lançaram uma carta aberta contra o fechamento do Programa, pontuando todo o processo de descaso e sucateamento da política de atendimento à população infantil em situação de rua. O Programa retomou suas atividades quase nove meses após seu fechamento, sendo reaberto em uma nova unidade na Rua Mucuri, bairro Floresta, antiga sede do Serviço de Abordagem.

No dia 22 de setembro de 2016, o Programa deixa de executar suas atividades na sede da rua Mucuri e é inaugurado o novo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop Miguilim no edifício conhecido como *Castelinho do Floresta*³⁶, imóvel histórico, localizado na rua Varginha, bairro Floresta, datado de 1918, que estava abandonado há mais de vinte anos.

Apesar das diretrizes e orientações da Política Nacional para População em Situação de Rua não contemplarem crianças e adolescentes como público atendido dos Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua, a Gerência de Proteção Especial

³⁵ <http://oficinadeimagens.org.br/mobilizar-para-garantir-25-anos-do-eca/> Acesso em: 01/12/2018

³⁶ O imóvel foi comprado e reformado pela construtora MRV Engenharia e doado para a Prefeitura de Belo Horizonte.

(GPES) de Belo Horizonte considerou necessário a implantação de um Centro Pop específico para este público devido ao contexto e experiência da capital mineira no enfrentamento do fenômeno de crianças e adolescentes em situação de rua.

Sendo o primeiro equipamento especializado³⁷ no país que atende o público juvenil em situação de rua, o Centro Pop Miguilim se destacou como um serviço inédito, dentro da Assistência Social, mantendo o legado, do também pioneiro Programa Miguilim Cultural.

Podemos verificar este pioneirismo de Belo Horizonte ao analisar que apenas no ano de 2016 o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)³⁸ construiu agendas e mobilizou debates entre entidades e sociedade civil a respeito da necessidade de se priorizar o atendimento à grupos invisibilizados, como é o caso de crianças e adolescentes de povos tradicionais e em situação de rua. Através da criação de um Grupo de Trabalho (GT) composto por representantes dos Conselhos de Assistência e Saúde, dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Agrário e da Saúde e da sociedade civil, foram elaboradas resoluções para a adequação dos serviços da PNAS, dentre elas a construção das diretrizes políticas e metodológicas para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua³⁹ (BRASIL, 2017a).

1.4.2.2- CENTRO POP MIGUILIM E SEU ENTORNO

O Centro Pop Miguilim está localizado na Rua Varginha, Bairro Floresta, região leste de Belo Horizonte. O bairro está bem próximo da região central da cidade. No início da rua onde se encontra o equipamento, existe uma extensa passarela que atravessa a Avenida do Contorno, avenida que delimitava a cidade em seu projeto original, dando acesso à rua Rio de Janeiro, local próximo à vários shoppings populares e da rodoviária da cidade. Seguindo a rua

³⁷ Além do Centro Pop Miguilim, existe outro Centro Pop destinado ao público infanto-juvenil no Brasil. Ele foi implementado em 2011 e está localizado em Vitória da Conquista na Bahia.

³⁸ Principal órgão do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. Previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, foi criado em 1991 e regulamentado em 2004. Por meio da gestão compartilhada, governo e sociedade civil definem as diretrizes da Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

³⁹ A criação de centros de referência especializados para população em situação de rua voltados para crianças e adolescentes foi uma das principais pautas discutidas no GT. Contudo por falta de tempo para aprofundar o documento, foi proposto apenas uma discussão sobre o equipamento pertencer à media ou alta complexidade, ou ainda, se pertenceria às duas modalidades. Nesse sentido o Centro Pop para crianças e adolescentes ainda não foi aprovado pelo CNAS e CONANDA (BRASIL, 2017).

Varginha temos acesso ao bairro Colégio Batista. Neste bairro existe uma praça onde os jovens atendidos costumam ficar quando não estão no equipamento⁴⁰.

A rede construída com outros serviços existentes no território se dá através do acompanhamento dos jovens atendidos aos equipamentos da saúde, com o Consultório de Rua, com as Unidades de Acolhimento Institucional e principalmente com o Serviço Especializado em Abordagem Social. Em relação a este último serviço, são realizadas reuniões periódicas entre técnicos e coordenadores para discutir casos de jovens acompanhados por ambos serviços. Desde o período em que o Programa Miguilim atuava ao lado da Praça da Estação existia uma estreita relação com o Serviço de Abordagem.

(...) A ideia era; enquanto a gente estava ali conversando, “tirar”, convidar essas crianças e adolescentes a sair um pouquinho do grupo dos adultos, que exploravam muito, o uso era muito intenso de thinner, de cola de sapateiro, então era favorecer um pouco para que ele sáisse, pelo menos um tempo, daquele universo ali e fosse para um outro lugar que ele pudesse beber água, que ele pudesse usar o banheiro de forma mais digna, que ele pudesse participar de atividades, ficar o menos tempo naquela vulnerabilidade (...).A gente chegava no grupo, abordava e no decorrer da conversa, do que fosse surgindo ali, aí a gente convidava para ir. A maioria também, a não ser novos, eles já conheciam o Miguilim, então a gente convidava para ir e até determinado período de tempo a gente até participava das atividades, se a gente avaliasse que isso iria fortalecer o vínculo com o Serviço, tanto do Cultural quanto da Abordagem.(...) E aí, no Cultural tinha uma equipe que a gente chamava de PA, que era o Pronto Atendimento. (...) A gente convidava “Vamos passar lá no Pronto Atendimento, pelo menos para pegar seu nome”, tinha muitas informações que surgiam dali, daquele momento, porque da rua ele não ia falar, às vezes por uma questão de proteção mesmo, e até de segurança, ele não conhecia a gente, às vezes não conhecia o grupo, aí ele não queria falar. (...). Aí lá então, tinham dois profissionais que atuavam nessa sala, (...) então elas tinham qual papel? Conversar e fazer sabe aquela coisa do escritório mesmo, assim de tentar colher o máximo de informações, às vezes fazer contato com a família, contato com Abrigos, se o menino desejasse, se a criança ou o adolescente quisesse ir para o Abrigo, então ali no PA rolava muito isso assim, que era o contato com a Rede (Trecho de Entrevista com Soraia, técnica do SEAS, em 06/02/2018).

Este trecho da entrevista de Soraia demonstra como se articulavam as três esferas de atendimento à criança e adolescente em situação de rua que este trabalho se propõe a analisar; o serviço que ia até a rua (Abordagem), o serviço que realizava a ponte (Miguilim) e o serviço que retirava da rua (Abrigo).

⁴⁰ Esta informação foi dada pelos educadores durante o período de acompanhamento do serviço. Pude também escutar, em vários momentos, os adolescentes combinarem de se encontrar neste local quando sáissem do Miguilim.

Figura 11 - Centro POP Miguilim e seu entorno



Fonte: Google Maps. Elaboração Própria

1.4.2.3- ESTRUTURA DO EQUIPAMENTO E QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

Conforme relatado no tópico anterior, o serviço é realizado em um edifício, conhecido como *Castelinho do Floresta*, cedido pela Construtora MRV Engenharia para a Prefeitura de Belo Horizonte e executado pela ADRA Brasil. O equipamento funciona nos dias úteis de 08h00 às 17h00 e aos finais de semana e feriados de 08h00 às 14h00.

O *Castelinho*, possui no primeiro piso um amplo salão onde acontecem oficinas e eventos comemorativos, uma sala para a equipe técnica com mesas, computador e arquivos, sala para atendimento individual, sala para o setor administrativo, banheiros para uso dos funcionários, uma sala onde se guardam mantimentos e uma pequena biblioteca com uma mesa e cadeiras onde também acontecem oficinas para os jovens atendidos.

No segundo piso está a sala da coordenação, uma sala de informática, sala de reuniões, uma sala onde se guardam jogos de usos dos atendidos e os kits de higiene de cada um com seus respectivos nomes. Existe também um salão onde ocorrem sessões de cinema uma vez por semana. Há uma escada que dá acesso à torre, mas este local não é utilizado para execução do serviço.

O *Castelinho* possui uma área ao seu entorno, sendo que em frente à sua entrada, e ao lado da construção existe uma grande área onde são realizadas oficinas de circo, de jardinagem,

de dança, sendo também um local de permanência e descanso dos jovens atendidos. Existe também um jardim neste pátio onde os jovens construíram uma horta, fruto de uma oficina em parceria com o Projeto Coração da Terra⁴¹.

Na outra lateral do edifício existe uma pequena construção com um telhado, produto de outra oficina do Projeto Coração da Terra, onde muitas vezes encontramos jovens descansando ou dormindo. Na parte de trás existe um anexo onde fica a cozinha com refeitório, os banheiros de uso dos jovens atendidos e uma sala onde são guardados os materiais artísticos que os educadores utilizam e alguns produtos de higiene que são disponibilizados para os adolescentes. Existe também uma lavanderia onde os meninos e meninas podem lavar suas roupas em horários pré-determinados.

Figura 12 - Fachada do Centro POP Miguilim



Fonte: Acervo da autora

⁴¹ Projeto Socioambiental financiado pelo Instituto MRV que realiza oficinas relacionadas ao cuidado com o meio ambiente no Centro Pop Miguilim.

O Centro Pop Miguilim realiza acolhimento de crianças e adolescentes em situação de rua com o objetivo de construir, juntamente com o jovem atendido, estratégias e ações que auxiliem no processo de saída das ruas, buscando o retorno familiar e o convívio comunitário ou o encaminhamento para uma Unidade de Acolhimento Institucional.

São realizados atendimentos socioassistenciais por uma equipe técnica formada por profissionais de nível superior (NOB-RH/SUAS, 2004), que, através da escuta, busca compreender os motivos que levaram aquele jovem a permanecer nas ruas, além de tentar compreender seu cotidiano, suas práticas, os vínculos que ele possui, tanto com familiares quanto com pessoas que conheceu no contexto da rua, a fim de elaborar um plano de acompanhamento e atendimento que melhor se adeque àquele indivíduo. Esta equipe também realiza orientação e encaminhamento para outros serviços locais, suporte para acesso a documentos pessoais, articulação interinstitucional com demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, contato com a família, discussão de caso com outros serviços de atendimento ao público infanto-juvenil em situação de rua e elaboração de relatórios e prontuários (BELO HORIZONTE, s/d).

O Centro Pop também conta com uma equipe de educadores que trabalham em duplas, um educador e uma educadora, no regime de plantões em dias alternados. Os educadores realizam oficinas de artesanato, circo, desenho, pintura, de acordo com as habilidades de cada um, orientam os jovens em suas atividades no decorrer do dia, acompanham os jovens durante o processo de lavagem de suas roupas, organizam, juntamente com a cozinheira, o café da manhã, almoço e lanche da tarde, disponibilizam os kits de higiene, além de acolher e construir vínculos com os jovens atendidos. Realizam também reuniões com a equipe técnica para fazer estudos de casos e alinhar ações e intervenções com o público atendido.

Ao todo a equipe do Centro Pop é composta por 13 funcionários, sendo um coordenador, dois técnicos, quatro educadores sociais, um administrativo, duas cozinheiras, uma auxiliar de limpeza e dois porteiros. O serviço também conta com a parceria do Projeto Coração da Terra, financiado pelo Instituto MRV, que realizam oficinas temáticas no espaço do Centro Pop Miguilim.

1.4.3- SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL

O Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) é um serviço de Proteção Especial de Média Complexidade destinado à população em situação de rua. Considerada como uma atividade de aproximação do agente público ao usuário, a abordagem tem como principal objetivo construir o processo de superação da situação de vulnerabilidade e risco social em que se encontram crianças, adolescentes e adultos, visando a saída destas pessoas da rua. (BRASIL, 2014).

Através da presença constante na rua e da abordagem sistemática realizada pelos técnicos, objetiva-se o estabelecimento de contato e a construção de vínculos com o público atendido para solucionar necessidades imediatas, além de promover a inserção do usuário na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas.

O SEAS oferta o serviço de busca ativa em territórios onde há incidência de trabalho infantil e exploração sexual de crianças e adolescentes e situação de rua. São considerados locais prioritários para realização da busca ativa praças, entroncamentos de estradas, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas, existência de comércios, terminais de transporte públicos, dentre outros (BELO HORIZONTE, 2017a).

Belo Horizonte possui um único serviço de abordagem social composto por equipes referenciadas por cada regional da cidade. O SEAS já esteve presente nos CREAS, sendo assim um serviço descentralizado. Atualmente ele atua como um serviço centralizado, gerido pela ADRA Brasil, com uma sede na cidade.

1.4.3.1- HISTÓRICO DO SEAS

O Serviço de Abordagem de Rua surgiu em Belo Horizonte juntamente com o Programa Miguilim Cultural com o objeto de atender o público de crianças e adolescentes que se encontravam nas ruas da cidade. A abordagem de pessoas em situação de rua era realizada anteriormente por ONGs através do trabalho voluntário, se tornando um serviço da política de assistência de Belo Horizonte no ano de 1993. (Entrevista realizada com Soraia, técnica do SEAS, em 06/02/2018)

Quando foi implantado, o Serviço atuava de forma centralizada e possuía duas equipes, uma para abordar crianças e adolescente e outra para abordar população adulta. De acordo com alguns técnicos da Abordagem, na década de 1990 e início dos anos 2000 existia um número

muito grande de crianças e adolescentes em situação de rua, se comparado com o público adulto, o que condicionava a composição das equipes do serviço. *Vamos supor, se tinham vinte técnicos para criança e adolescente, tinham três para adultos, era assim.* (Entrevista realizada com Soraia, técnica do SEAS, em 06/02/2018).

As equipes se organizavam de acordo com a lógica de organização do público. Dessa forma o monitoramento priorizava aqueles territórios onde se concentravam grupos de crianças e adolescentes avaliando que eram poucos técnicos para cobrir toda a cidade.

No ano de 2007 ocorre o processo de unificação das equipes que atendiam o público juvenil e o público adulto em situação de rua. Isso aconteceu porque com o passar dos anos, a população adulta em situação de rua aumentou significativamente enquanto a população de jovens começou a reduzir. Durante a entrevista com o técnico Sérgio, que atuou na equipe de crianças e adolescentes, conversamos sobre suas percepções a respeito da unificação das equipes do SEAS. Sérgio destacou dois pontos. O primeiro diz respeito ao número infinitamente maior de adultos presentes na rua em comparação com o número de crianças e adolescentes. Isso fez com que o serviço concentrasse suas ações para atender as demandas deste grupo.

O segundo ponto, que de certa forma está relacionado ao primeiro, retrata a dificuldade dos técnicos do serviço em abordar o público infantil devido ao excesso de demanda por parte da população adulta. Essa questão é também tangenciada pelo perfil de cada grupo. Enquanto crianças e adolescente muitas vezes não desejam o atendimento dos serviços da assistência social, o público adulto apresenta uma maior articulação para solicitar ao serviço respostas às suas demandas. Durante o trabalho de campo pude notar que, enquanto os técnicos precisavam construir estratégias para abordar grupos de crianças e adolescentes, eles eram abordados pelo público adulto quando estavam caminhando pelas ruas da cidade. Isso, segundo Sérgio, poderia ocasionar uma invisibilidade do público infantil, dando uma falsa impressão da inexistência de crianças e adolescentes em situação de rua.

Sergio também relatou que participou de um projeto piloto em 2015, no qual foram organizadas equipes para abordar exclusivamente crianças e adolescentes na região centro sul da cidade. Desse trabalho, as equipes conseguiram mapear 80 crianças que se encontravam tanto em trajetória de vida nas ruas, quanto em situação de trabalho infantil. Com o resultado deste projeto, Sergio opina sobre a necessidade de se disponibilizar uma equipe para trabalhar com crianças e adolescentes no centro de Belo Horizonte. Ele aponta que é preciso realizar um diagnóstico mais qualificado para compreender se o público realmente sumiu ou se ele é invisibilizado devido às demandas dos adultos que sufocam as equipes técnicas. Sergio ainda

ponderou que se existem *5 adolescentes no meio de 50 adultos, eu acho que é complicado, porque é prioridade de atendimento*, ainda que o número de demandas do público adulto seja infinitamente maior.

Em 2009 o serviço é descentralizado, saindo da base municipal para a base regionalizada, se instalando nos CREAS de cada regional. Neste processo, as equipes foram organizadas de acordo com a demanda de cada região da cidade, permitindo um maior número de técnicos nas regionais com maior população em situação e rua.

A organização do serviço de forma descentralizada permitiu uma maior presença dos trabalhadores nos territórios o que proporcionou, de acordo com alguns funcionários que fizeram parte desse processo, uma melhor compreensão das particularidades de cada região da cidade, e uma proximidade com outros serviços da regional e dos equipamentos da assistência e de outras políticas, principalmente os da saúde. Em uma fala da entrevistada Soraia, percebemos que estes processos aconteceram em um formato gradativo, com a participação ativa dos funcionários que atuavam na ponta, diretamente com o público usuário da política.

A Assistência aqui em Belo Horizonte sempre foi muito pioneira nesses processos da Política, da construção desses experimentos, dos projetos-piloto, BH sempre esteve muito à frente dessa construção. Então no Serviço de Abordagem as coisas vinham assim também, tem que acontecer lá na frente, então vamos começar a experimentar agora para a gente ver como que é. Então, de descentralização teve um experimento antes de 1 ano e meio, assim como teve esse experimento que foi da unificação, que antes eram dois Serviços, aí teve um ano de projeto piloto para atender os dois públicos, para construir uma metodologia unificada, para rever as questões, o que que tinha que mudar nessa prática nossa do dia a dia de abordar criança e adolescente, agora adultos também. Então tudo foi muito experimental, e a descentralização também. A descentralização, ela veio dada pela política, pelas mudanças mesmo, pelo própria LOAS, pelo próprio SUAS, para validar a construção dessa política, que os Serviços tivessem seus territórios. Então isso tinha que acontecer mesmo, para o Serviço estar mais próximo dos usuários em seus territórios. Como a gente foi experimentando, quando descentralizou, para o Serviço em si, os técnicos do Serviço estavam preparados para a descentralização, as unidades regionais é que não estavam preparadas para receber essa equipe que não fica lá. (Entrevista realizada com Soraia, técnica do SEAS, em 06/02/2018)

No ano de 2016, quando o serviço deixa de ser executado diretamente pela PBH e passa a ser gerido através de uma parceria com a Instituição ADRA Brasil, ocorre novamente o processo de centralização do serviço. Este processo é percebido por alguns funcionários como algo positivo, porque permite o encontro de todas as equipes técnicas e possibilita o estabelecimento de uma diretriz mais uniforme, e por outros como algo negativo já que o tempo gasto para o deslocamento das equipes para as regionais, principalmente aquelas mais distantes da sede, prejudica no cotidiano de trabalho. Outro fator positivo sobre a centralização do serviço, pontuado durante as entrevistas, diz sobre o contato cotidiano com a supervisão e coordenação do serviço, possibilitando uma orientação e alinhamento das ações de forma mais

qualificada. Se destacou também, de forma negativa, o distanciamento do serviço com as políticas do território.

Apesar da Abordagem de Rua existir há muitos anos, nunca foi publicado um documento metodológico oficial que apresentasse as diretrizes e formatasse as ações dos funcionários do serviço em Belo Horizonte. O SEAS se regulamentava pelo documento de Tipificação dos Serviços Socioassistenciais e por um documento metodológico construído por um grupo de técnicos no ano de 2009. A compreensão do serviço acontece, de acordo com os funcionários acompanhados, através de orientações de trabalhadores mais antigos do SEAS. Sempre que entra um novo integrante à equipe, ele é colocado para trabalhar com um funcionário que já possui a compreensão dos instrumentais, da metodologia e das diretrizes do serviço. Assim, acontece uma capacitação cotidiana no transcorrer do trabalho.

Uma particularidade sobre a operacionalização do SEAS que me parece importante de destacar é o processo de rotatividade interna que ocorre entre os técnicos sociais. Periodicamente, em média um intervalo de um ano, as duplas são desfeitas sendo que um técnico permanece na regional que estava atuando enquanto o segundo é realocado em uma nova regional. De acordo com alguns trabalhadores do serviço, isso acontece para que todos os técnicos tenham experiências em distintos territórios, podendo analisar as diferenças existentes no fenômeno de acordo com as características urbanas de cada regional da cidade. Este procedimento gera incômodo em muitos técnicos, principalmente naqueles que possuíam uma boa relação com o parceiro de trabalho, como pude perceber em um dia de trabalho de campo.

Quando cheguei na Abordagem, às 16:45, fui procurar a técnica Amanda para combinar a saída com a equipe da noite. A técnica estava a caminho de uma reunião com o supervisor e me disse que poderia esperar porque sairíamos apenas às 18h. Resolvi então circular pela sede. Percebi que alguns técnicos estavam conversando mais agitados no corredor e quando me aproximei me informaram que alguns técnicos iriam trocar de regional. Questionei porque isso iria acontecer e me explicaram que era um procedimento que acontecia de tempos em tempos. (...) Ao sair, Francisco foi na frente com o motorista e eu fui atrás com a Amanda na Kombi. Os técnicos conversaram sobre a rotatividade. Amanda disse que já sabia para onde iria e que chegou a pedir para permanecer na Centro Sul, mas o pedido foi recusado. Perguntei sobre o que os técnicos achavam sobre essa rotatividade e Amanda me disse que muitos não gostavam porque quando começam a se adaptar com a dupla e com o território acontece uma mudança. (Anotações Caderno de Campo. 29/11/2017).

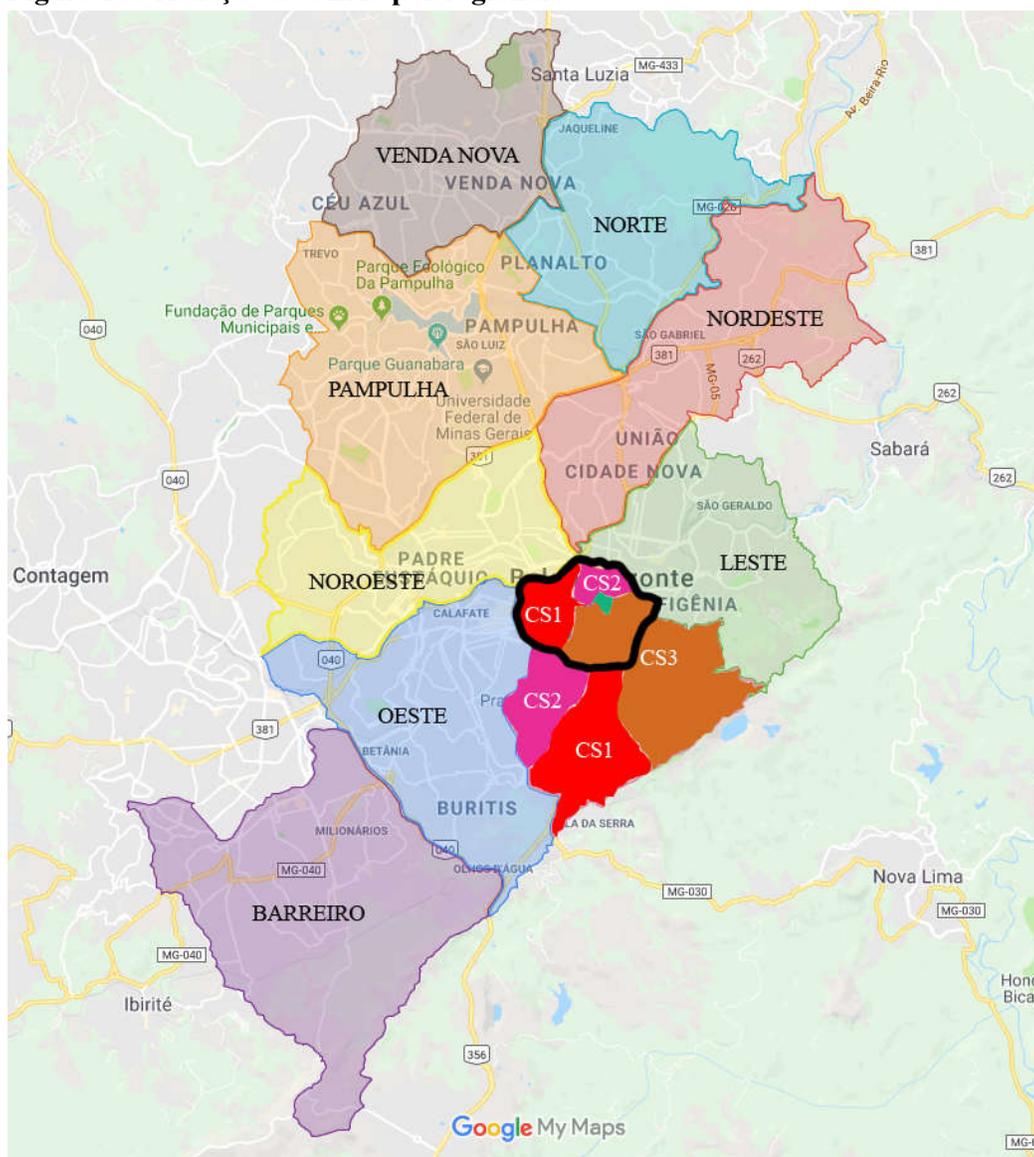
Este processo de rotatividade aponta para, além de fatores pessoais, questões de ordem prática no que se refere ao relacionamento e estabelecimento de vínculos com os usuários. A consolidação de técnicos de referência para o público atendido é vista, para alguns trabalhadores da política, como um processo de personalização do serviço e entendido como algo negativo, já que os processos de atendimento deveriam ser, em certa medida, padronizados.

1.4.3.2- LOCALIZAÇÃO DO SEAS E REDE DE ATENDIMENTO

A sede do SEAS está localizada na rua Além Paraíba, bairro Bonfim região Noroeste de Belo Horizonte. O bairro se localiza próximo à Rodoviária de Belo Horizonte, do Hospital Municipal Odilon Behrens e da favela mais antiga da cidade Pedreira Prado Lopes. Como o serviço é descentralizado e realizado através da ida dos técnicos ao território, a sede do SEAS funciona como ponto de encontro das equipes, local para realização de reuniões, supervisões e atendimentos ao público quando necessário.

Cada regional de Belo Horizonte é monitorada por três duplas de técnicos, cada dupla em um turno do dia, com exceção da regional Centro-Sul que é dividida em três sub-regiões, nomeadas CS1, CS2 e CS3, cada sub-região com uma equipe. A Regional Centro-Sul está configurada desta forma por ser o local de maior concentração de população em situação de rua na cidade, sendo o território com maior número de demandas para o serviço.

Figura 13 - Atuação do SEAS por regional



Fonte: Elaboração Própria tendo como referência os mapas existentes na sede do SEAS

A rede estabelecida entre o SEAS e outros equipamentos se dá principalmente através de encaminhamentos dos usuários para os serviços socioassistenciais e para serviços da saúde. Também são realizadas reuniões de equipes com o serviço Consultório de Rua, com os Centro Pop da cidade e com as Unidades de Acolhimento, tanto para a população adulta, quanto para o público jovem. O serviço faz parte de uma rede com atores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, onde se constroem estratégias de intervenção, se destacando os casos de trabalho infantil e exploração sexual infantil.

1.4.3.3- ESTRUTURA DO EQUIPAMENTO E QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

A sede do SEAS está localizada em um imóvel de dois andares alugado pela instituição mantenedora ADRA Brasil e conta com recepção, sala da coordenação e supervisão, sala de reuniões, sala com computadores para a elaboração de relatórios e realização de consultas no SIGPS⁴², sala da equipe técnica, onde as equipes se encontram para trocar informações e preencher os cadernos de campo de cada regional, cozinha, banheiros e garagem.

Todos os dias as equipes se reúnem na sede, permanecem no local na primeira hora de trabalho e depois se deslocam cada uma para sua regional de atuação. O Serviço conta com uma equipe de motoristas que realizam o transporte dos técnicos. Como não há carro suficiente para todas as regionais, é realizado um rodízio possibilitando que toda semana cada equipe tenha, pelo menos uma vez, um carro a sua disposição. O deslocamento das equipes nos dias que não contam com o carro é realizado por transporte público.

O SEAS é composto por um grupo de técnicos dispostos em duplas e divididos por regionais. Cada regional da cidade é atendida por três duplas, uma em cada turno, com a exceção da regional Centro-Sul que é subdivida em três regiões, cada uma também atendida por três duplas de técnicos. O turno da manhã funciona de 08h00 às 14h00, o turno da tarde de 12h00 às 18h00 e o turno da noite de 16h00 às 22h00.

A regional Centro-Sul também conta com dois projetos pilotos, o dos educadores par e os arte educadores. Os educadores par são pessoas que já passaram pela situação de rua, foram atendidas pelos serviços socioassistenciais e conseguiram construir um processo de superação da vida nas ruas. Cada equipe das sub-regiões Centro-Sul conta com um educador par. Os arte educadores são pessoas formadas nas áreas de teatro, dança ou artes plásticas que realizam intervenções artísticas com os usuários do serviço. Este projeto piloto conta com uma coordenação e três equipes, cada uma atuando em um turno e circulando por cada sub-região da Centro-Sul. Questionado sobre o papel do arte educador no Serviço de Abordagem, Glauber me responde:

(...) entendendo que o sujeito é muito mais que uma demanda, é olhar para esse sujeito como pessoa, assim enxergando ali um pouco mais de sensibilidade, entender seu

⁴² O Sistema de Monitoramento e Informação das Políticas Sociais é uma ferramenta utilizada pela Prefeitura de Belo Horizonte para unificar as informações dos usuários da Política de Assistência Social em um mesmo banco de dados. Os técnicos que atuam nos serviços da assistência social alimentam este banco cada vez que atendem um usuário e realizam consultas para verificar se a pessoa também é atendida por outro serviço socioassistencial. Cada usuário possui um número de registo e é possível fazer uma busca tanto por ele quanto pelo nome da pessoa. O acesso às informações é limitado. Todos os funcionários possuem acesso ao sistema, podendo verificar todos os serviços que atenderam um usuário, mas conseguem visualizar apenas os relatórios produzidos pelo serviço ao qual pertence.

processo; as vezes o sujeito está ali demandando uma certidão, um cartão, direitos; a via da arte dá o empoderamento ao sujeito. (...) Percebemos que a arte vem com outra nuance que não é técnica nem burocrática; que não pede muito do outro. As oficinas possuem viés terapêutico pro sujeito, usam um termo assim: “Nó minha cabeça melhorou depois que vocês vieram aqui”; os fizeram espairer, pensar em outro lugar além de estar ali na rua, naquela condição. A vertente da arte desmonta o medo de falar, de conversar; se sentem mais abertos a falar de suas vidas e vivências. Entrevista realizada com Glauber, técnica do SEAS, em 12/02/2018)

Colocar alguma coisa a mais aqui, sobre os acompanhamentos das intervenções.

Figura 14 -Mapa construído pelas equipes de arte-educadores



Fonte: Acervo da autora

A imagem apresentada acima refere-se a um mapa que estava sendo construído pelas equipes de arte educadores durante meu trabalho de campo. Este mapa representa as construções acerca da rua e da cidade pelo público atendido pelo serviço, numa ideia de construir uma cartografia subjetiva, tratando o lugar de forma mais sensível, como me relatou a arte educadora que elaborou o projeto.

1.5- CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Este capítulo teve como propósito localizar o leitor quanto ao cenário mais amplo da efetivação das políticas socioassistenciais destinadas ao público de crianças e adolescentes em situação de rua. Assim, perpassa por distintos momentos do contexto tanto nacional quanto local, mostrando os diversos atores envolvidos e os arranjos formulados até se configurar o modelo de atendimento que encontramos hoje.

O estabelecimento de uma política que tem como alicerce garantir os direitos fundamentais dos indivíduos, produz uma expectativa de que o caminho a ser traçado seja de uma maior eficácia nos procedimentos destinados ao atendimento e a resolução de problemas do público ao qual se destina. Contudo, é possível considerar que, apesar das necessidades de se parametrizar e ordenar os serviços da assistência social, focando também em uma universalização do seu acesso, existe o fator consequência de que quanto maior a sistematicidade, maior a rigidez em padronizar atendimentos e fluxos de trabalhos, o que pode ser visto como algo negativo quando se trata de fenômenos sociais bastante complexos, como é o caso do público aqui estudado.

Durante o processo de construção das práticas dos trabalhadores que atuaram nos antigos modelos de atendimento ao público infanto-juvenil em situação de rua, não foram poucas as falas que retrataram uma maior efetividade nas ações quando se comparava o passado com o presente. Os técnicos que trabalhavam no Miguilim Cultural e na Abordagem Miguilim que ainda estão atuando no Centro POP e no SEAS relatam, por exemplo, que a relação entre os dois serviços acontecia de forma mais estreita na época que o equipamento se localizava próximo à Praça da Estação.

Apesar desta constatação, é possível verificar, e isso ficará mais claro no capítulo que segue, que há uma certa *reciclagem* de antigos processos em novas etiquetas nos cotidianos dos serviços. Reciclagem aqui no sentido de que, em muitos casos, antigas práticas continuam sendo reproduzidas, mesmo aquelas que a política se propõe a destituir, como as de caráter repressor ou caritativas.

Ponderando que os fenômenos sociais são dotados de temporalidade e espacialidade, podemos concluir que não é possível considerar a existência de uma infância genérica, totalizadora e imutável. Isso nos mostra que a efetivação de uma política social precisa conhecer e acompanhar os processos e mudanças do grupo social ao qual pretende intervir. Não é possível que uma política elaborada em outro contexto social, outro momento político possa abarcar todas as particularidades e complexidades de parcela da população de um país. Assim, é preciso compreender que o ECA não pode ser considerada uma política acabada. (BRASIL, 2017). É nesse sentido que a efetivação das políticas públicas se dá mais no processo de implementação das mesmas do que no processo de construção de leis, estatutos e resoluções.

Considerando que o cotidiano se apresenta de uma forma que não é possível prever na formulação das políticas, o capítulo seguinte é destinado a mostrar, um pouco dos

procedimentos, conflitos e dilemas enfrentados no dia a dia de trabalhadores de serviços que se destinam a atender o público jovem em situação de rua na cidade de Belo Horizonte.

A ordem de apresentação dos serviços nos capítulos, Acolhimentos, Centro POP e Abordagem de Rua foi escolhida propositalmente para reproduzir a lógica operante observada em campo. Apesar do acolhimento ser considerada uma medida excepcional e a última opção a ser adotada, em muitos casos ela acaba se tornando a primeira medida aplicada à uma criança ou adolescente que foi encontrado na rua. Este procedimento acaba provocando, desnecessariamente, a institucionalização de jovens e pode representar uma falta de alternativas por parte dos trabalhadores do Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes.

CAPÍTULO 2: PROCEDIMENTOS E INTERAÇÕES ENTRE FUNCIONÁRIOS E PÚBLICO INFANTO-JUVENIL. QUANDO A RUA FAZ PARTE DO COTIDIANO DE TRABALHO

Neste segundo capítulo, busco discutir a relação entre o discurso oficial e a implementação da Política de Assistência Social na tentativa de mostrar como ela é construída pelos trabalhadores *da ponta*, em uma interação direta com o público atendido pelos serviços socioassistenciais. Busco também demonstrar que esta burocracia da *ponta* se dá por uma gama de atores, possibilitando afirmar que, na verdade, existem distintas *pontas* em constante tensão.

Para isso, apresento três problemáticas que, desde minha perspectiva, orientam o atendimento dos adolescentes nos equipamentos estudados e que foram centrais durante toda minha pesquisa:

- 1- A construção de uma definição dos públicos-alvo dos diferentes serviços.
- 2- Atuação cotidiana e relação entre funcionários e público atendido, especialmente em termos da capacidade de agência dos funcionários e dos adolescentes e das tentativas de controle e negociações que exercem nos processos de interação com os adolescentes.
- 3- A rua como elemento central na construção do cotidiano nos serviços e na definição do público usuário da política.

Partindo da ideia de Lipsky (1980) de que é na implementação das políticas que muitas situações são definidas, demonstro que, mais importante que as nomenclaturas apresentadas pelos documentos, pela política escrita, está o processo de definição do público atendido pelos burocratas de nível de rua. E talvez mais importante ainda está o processo de interação de funcionários de distintas instituições, mostrando que as classificações orientam as ações e podem sofrer variações dependendo de quais atores fazem parte desta relação.

Para isso, realizei trabalho de campo acompanhando o cotidiano de atuação dos funcionários e entrevistas com coordenadores, técnicos e educadores dos cinco serviços destinados ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua de Belo Horizonte, para contrastar com os documentos da política e com as definições institucionais dos serviços.

2.1- COMO É DEFINIDO O PÚBLICO ATENDIDO

O objetivo de buscar como cada serviço define seu público alvo consiste em verificar se utilizam distintas nomenclaturas e se apresentam formas variadas de caracterização deste

público. Para isso analisei os documentos de cada serviço, além de verificar como os funcionários compreendiam as definições que orientavam seu trabalho.

A princípio, tinha como hipótese que a existência de distintas definições da população, dos serviços e da rua poderia desencadear em distintos públicos atendidos. Contudo, o que verifiquei durante o trabalho de campo foi que, no cotidiano de cada serviço, distintos fatores influenciavam quem era ou não atendido. Apresentarei a seguir alguns resultados encontrados durante o trabalho de campo nos cinco serviços estudados.

2.1.1- DEFINIÇÃO DO PÚBLICO ATENDIDO NOS DOCUMENTOS DOS SERVIÇOS

Para verificar se os públicos dos serviços eram definidos de forma semelhante ou se havia alguma distinção, analisei os documentos que me foram disponibilizados durante o trabalho de campo. Dos serviços de acolhimento institucional, analisei os Projetos Político Pedagógicos (PPP) de cada unidade. A respeito do Centro Pop Miguilim, tive acesso ao documento Subsídios Preliminares para o Reordenamento do Serviço Especializado com Trajetória de Vida nas Ruas – Centro Pop Miguilim. Em relação à caracterização do público alvo do SEAS, utilizei o documento metodológico que me foi disponibilizado, fazendo a ressalva de que não se trata de uma metodologia publicada⁴³, e sim uma orientação construída pelos próprios trabalhadores do serviço no ano de 2009.

Durante o processo de pesquisa também estava sendo formulado um documento com os parâmetros para a oferta de serviços socioassistenciais ao público que se encontrava nas ruas. Este documento, publicado em dezembro de 2017, foi resultado de um GT composto por trabalhadores dos serviços socioassistenciais, das entidades parceiras da Prefeitura, de entidades filantrópicas, usuários e sociedade civil com o objetivo de regulamentar o atendimento ao público em situação de rua. Nele consta a descrição dos serviços, o formato de execução, o público usuário do serviço, os objetivos, o período de funcionamento, as formas de acesso, os parâmetros do trabalho, os parâmetros da estrutura e os parâmetros de resultados e impactos esperados.

Em relação aos documentos das unidades de acolhimento verifiquei que, apesar de serem tipificados como serviços que atendem o público com trajetória de vida nas ruas, apenas o PPP do acolhimento feminino utiliza esta nomenclatura ao definir o público atendido sem, no

⁴³ O Serviço Especializado em Abordagem Social não possui um documento metodológico publicado. O serviço utiliza o documento nacional de Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2009) para orientar o serviço.

entanto, caracterizar quem seria este público. Nos três documentos, o público atendido era basicamente descrito pela idade, sexo e com vínculos familiares rompidos ou fragilizados.

Analisando o documento Subsídios Preliminares para o Reordenamento do Centro Pop Miguilim, encontrei que o público atendido é definido como “crianças e adolescentes que fazem da rua o local de moradia e ou sobrevivência e de ordenação de suas identidades, cotidiano e relações.” (BELO HORIZONTE, s/d). Além dessa descrição, no final deste documento é apresentado um texto da então Gerente de Gestão da Política de Assistência Social da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social de Belo Horizonte, Suely de Campos, no qual define-se de forma mais detalhada os conceitos de situação de rua e trajetória de vida nas ruas.

Em relação ao público de crianças e adolescentes em situação de rua, Campos (*Idem*, s/d)) utiliza-se de um *grau de engajamento com a rua* para apresentar três grupos distintos, sendo eles; ficar na rua circunstancialmente, estar na rua recentemente e trajetória de vida nas ruas. O primeiro grupo é identificado por aqueles que utilizam a rua como forma de sobrevivência através do trabalho infantil, da mendicância e da exploração sexual, isto é, que possuem vínculos familiares e não dormem na rua. O segundo grupo abarca aqueles que começam a adotar a rua como local de pernoite, possuem laços com outras pessoas em situação de rua sendo que o vínculo familiar se apresenta fragilizado. Já no terceiro grupo, a rua aparece como lugar de referência e de reprodução de suas relações, tornando-se local de moradia e o vínculo com a família já se encontra extremamente fragilizado ou até rompido.

Outras características também são apresentadas, como higiene precária, aspectos de abandono e descuido com a aparência, uso frequente de drogas, processo de depauperamento físico e mental, baixa escolaridade ou analfabetismo, ausência de suporte familiar, práticas de mendicância e de delitos, presença de medidas socioeducativas, frequência de atendimento em serviços e programas socioassistenciais, maioria do sexo masculino, negros e pardos. Em relação aos motivos que levam crianças e adolescentes procurarem as ruas, Campos aponta a ausência de recursos, brigas familiares, ameaças e o processo de se estar em trânsito⁴⁴.

No final deste documento há uma tentativa de sistematizar o público atendido em quatro categorias, sendo trajetória de vida nas ruas, trabalho infantil, exploração sexual e outros (ameaçados, em trânsito) e analisar como estes grupos se caracterizam em relação à idade, anos escolar, contato com a família, vínculo com a rua, tempo de permanência na rua, com quem ficam na rua, o que costumam fazer e onde costumam dormir, contudo os quadros construídos estão incompletos e não há a apresentação de onde foram retiradas tais informações.

⁴⁴ Este termo será apresentado a seguir.

A respeito do Serviço de Abordagem de Rua, o documento metodológico analisado caracteriza o público atendido como “crianças, adolescentes, adultos e grupos familiares em situação de trajetória de vida nas ruas que fazem desse espaço seu local de moradia e convivência” e “crianças e adolescentes em situação de trabalho infanto-juvenil e exploração sexual”. A trajetória de vida nas ruas é definida como “crianças e adolescentes que vivem nas ruas utilizando-as como espaço de moradia e sobrevivência, sem a companhia de família ou adulto responsável”.

Diferente dos outros dois serviços, o SEAS não é um serviço que atende exclusivamente o público de crianças e adolescentes em situação de rua. Contudo, tem como uma de suas prioridades o combate à exploração sexual e ao trabalho infantil através de busca ativa⁴⁵ e identificação de crianças e adolescentes que utilizam as ruas para a realizar “atividades de geração de renda e/ou ganhos materiais, por meio da mendicância e outras práticas”, acompanhados ou não de adulto responsável. (BELO HORIZONTE, 2009)

Foi com a formalização dos serviços, através do documento de parametrização, que se tem uma descrição mais detalhada sobre o público que as UAI/TVR deveriam atender. Nele a descrição dos usuários aparece como: crianças e adolescentes “*em situação de risco pessoal e social nas ruas, que utilizam logradouros públicos, áreas degradadas, como espaço de moradia ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente*” (BELO HORIZONTE, 2017a). O documento ainda caracteriza os usuários como indivíduos que possuem vínculos familiares e comunitários frágeis ou rompidos, situação de pobreza e dificuldade de acesso às políticas públicas, sendo um público heterogêneo em se tratando de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, nacionalidade, deficiência, entre outros.

O documento também define o que seria a situação de rua;

Utiliza-se o termo “situação” para enfatizar a possível transitoriedade e efemeridade dos perfis dessa população, podendo mudar por completo o perfil, repentinamente ou gradativamente, em razão de um fato novo. Neste sentido, a situação de rua de crianças e adolescentes pode estar associada a: trabalho infantil; mendicância; violência sexual; consumo de álcool e outras drogas; violência intrafamiliar, institucional ou urbana; ameaça de morte, sofrimento ou transtorno mental; LGBTfobia, racismo, sexismo e misoginia; cumprimento de medidas socioeducativas ou medidas de proteção de acolhimento; encarceramento dos pais. (Resolução CMAS/BH Nº 030, de 13 de dezembro de 2017).

⁴⁵ O SEAS identifica casos de trabalho infantil a partir de solicitações de abordagem pela sociedade civil, por órgãos de defesa de direitos, por outros serviços da rede socioassistencial e por outras políticas públicas setoriais.

Além destas definições ou classificações institucionais, a parametrização traz uma caracterização comportamental e física do público alvo e constituem meios de orientação para a realização prática do atendimento institucional (GARFINKEL, 2006). Assim, nestas definições, os adolescentes são vistos como indivíduos que possuem responsabilidades incompatíveis com a idade e fisicamente apresentam desenvolvimento inadequado à idade. Os vínculos familiares não são rompidos, contudo há uma despreocupação dos responsáveis, não considerando o trabalho infantil uma situação de violação de direitos. Neste sentido, a permanência da criança ou adolescente na rua pode não ser um fator de tensão para a família, muitas vezes incentivada pelos pais, já que a rua pode possibilitar ganhos econômicos e materiais (por meio de trabalho, mendicância, furtos ou roubos). É possível perceber dessa forma, que o retorno à casa é frequente e a ajuda na renda familiar é bem vista. (SANTANA, et al, 2005).

Tabela 7 - Critérios de classificação institucional do público atendido pelos Serviços

	Casa Travessia PPP	Casa Francisca de Paula III PPP	Casa ADRA 3 PPP	Centro POP Miguilim Subsídios Preliminares	SEAS Metodologia
Público atendido	Definição por: Sexo Idade.	Definição por Sexo Idade Situação de risco pessoal ou social.	Definição por Sexo Idade Risco pessoal ou social Histórico de <u>trajetória de vida nas ruas.</u>	Definição por Idade Rua como local de moradia, sobrevivência e ordenamento de suas identidades <u>Situação de rua.</u>	Famílias, grupos e indivíduos em <u>situação de rua.</u> Vínculos familiares frágeis Mendicância e prática de atos ilícitos Evasão escolar Uso de substâncias psicoativas Organização temporal relacionada com os eventos da rua.

	Casa Travessia PPP	Casa Francisca de Paula III PPP	Casa ADRA 3 PPP	Centro POP Miguilim Subsídios Preliminares	SEAS Metodologia
Características do público	Vínculos familiares rompidos ou fragilizados	Não apresenta	Não apresenta	Grupo populacional heterogêneo, condição de pobreza extrema, vínculos familiares frágeis, habitam logradouros públicos e áreas degradadas	Crianças, adolescentes, adultos e grupos familiares em situação de <u>trajetória de vida nas ruas</u> , rua como local de moradia e convivência, trabalho infanto-juvenil e exploração sexual Negligência com a higiene pessoal.
Situação de Rua	Não apresenta	Não apresenta	Não apresenta	Rua como espaço de moradia e ou sobrevivência, ordenação de suas identidades	Não apresenta
Trajetoária de vida nas ruas	Não apresenta	Não apresenta	Não apresenta	Rua torna-se lugar de referência e espaço de relações Limitadas condições de higiene e alimentação Frequente uso de drogas Rua como espaço de moradia Vínculos familiares fragilizados ou rompidos	Rua como espaço de moradia e sobrevivência Ausência de família ou adulto responsável Grupo populacional heterogêneo Vínculos familiares fragilizados Não referência de moradia regular.

	Casa Travessia PPP	Casa Francisca de Paula III PPP	Casa ADRA 3 PPP	Centro POP Miguilim Subsídios Preliminares	SEAS Metodologia
Trabalho Infantil (TI)	Não apresenta	Não apresenta	Não apresenta	Não apresenta	Crianças e adolescentes que utilizam as ruas com atividades de geração de renda e/ou ganhos materiais, por meio da mendicância e outras práticas. Visa a própria sobrevivência e a de familiares acompanhados ou não de adulto responsável

Fonte: Elaboração própria

Diante dos documentos analisados, me foi possível observar que a complexidade do público infanto-juvenil nas ruas proporcionou um alargamento dos conceitos utilizados, permitindo uma maior flexibilidade dos distintos atendimentos da Política de Assistência Social. O que antes era entendido como um fenômeno um tanto quanto homogêneo, passou a ser considerado um fenômeno bastante heterogêneo, com perfis de públicos distintos e motivações diversas.

Durante todo meu percurso nesta pesquisa, tinha como pergunta o que essas definições, e suas mudanças, influenciavam de fato o cotidiano de trabalho e os formatos de atendimento. Para isso acompanhei e entrevistei trabalhadores que atuavam cotidianamente com os usuários e apresento a seguir as impressões obtidas.

2.1.2- DEFINIÇÃO DO PÚBLICO ATENDIDO PELOS TRABALHADORES DOS SERVIÇOS

Para verificar qual era o público atendido pelos serviços pesquisados, foram realizadas entrevistas com os funcionários acompanhados onde se perguntou qual era o perfil dos jovens atendidos. Também indaguei aos entrevistados sobre suas percepções e como definiam

“situação de rua” e “trajetória de vida nas ruas”, termos centrais para a circunscrição dos públicos-alvo.

Os trabalhadores das Unidades de Acolhimento Institucional

Durante o trabalho de campo, conversei com os trabalhadores a respeito do público que atendiam e o seu perfil. Em minha primeira visita, já pude perceber que o que estava descrito nos documentos, se apresentava na prática de uma forma não tão bem definida. No dia 29 de setembro de 2017, fui à casa de breve permanência com a finalidade de apresentar o projeto de pesquisa e construir as possibilidades de realização do trabalho de campo naquele local. Nesta conversa a coordenadora autorizou a realização da pesquisa, contudo me informou que o público que a casa estava recebendo, em sua grande maioria, não era trajetória de vida nas ruas. Era muito mais um perfil de jovens ameaçados em seus territórios de origem. Mesmo não atendendo especificamente o público ao qual estava destinada, mantive a Casa Travessia em minha pesquisa por ser a única casa de Breve Permanência de Belo Horizonte e porque, mesmo não sendo o público majoritário, ela recebia adolescentes com o perfil de trajetória de vida nas ruas.

O primeiro acompanhamento da Casa Francisca de Paula III ocorreu em uma reunião de equipe. Durante esta reunião, foi destinado um momento para apresentar os jovens que estavam presentes na casa e um pouco do seu histórico. Vários foram apresentados como adolescentes portadores de sofrimento mental, que fazem uso de medicamento controlado além de também consumirem algum tipo de substância psicoativa. Possuíam histórico de recorrentes evasões e alguns eram ameaçados em seu território de moradia. Nem todos eram jovens com trajetória de vida nas ruas.

Contudo, após um período de visitas às casas, em meio às várias conversas com os educadores e técnicos sobre os jovens acolhidos, foi possível perceber que todos os adolescentes apresentavam algum grau de relação com a rua. Todos os jovens que passaram pelas casas apresentavam histórico de evasões, muitos já haviam em algum momento dormido na rua e alguns possuíam familiares que também se encontravam em situação de rua. Na casa Francisca de Paula, por exemplo, estava um jovem que sempre recebia visitas de sua mãe que também era moradora de um acolhimento institucional para adultos. Apesar da política orientar que pais e filhos fiquem juntos nos acolhimentos destinados a famílias, neste caso mãe e filho foram acolhidos em instituições distintas.

No acolhimento destinado para adolescentes do sexo feminino, presenciei o acolhimento de duas jovens que não eram perfil TVR. Uma era residente de outra cidade e havia fugido de casa. A segunda era uma adolescente que vivia em um acolhimento convencional que foi para a casa TVR após ter evadido da unidade onde estava. (Anotações Caderno de Campo, 27 de novembro de 2017). Durante os acompanhamentos realizados nesta casa, me foi informado pelos educadores que estes casos eram recorrentes.

Em vários outros momentos de acompanhamento escutei dos funcionários, principalmente dos educadores, que as casas não recebiam o público que deveria acolher⁴⁶. Durante uma visita, um educador me disse que, de todos os jovens que estavam na casa apenas cinco realmente precisavam de acolhimento e apenas dois tinham trajetória de vida nas ruas. Os outros possuíam casa e família. O educador pontuou que o Conselho Tutelar não fazia uma triagem e viviam encaminhando jovens que não precisavam de abrigos. (Anotações caderno de campo, 14 de dezembro de 2017).

Em conversa com outro educador foi argumentado que a casa não era para os meninos que estavam ali, que deveria ser para quem realmente era TVR. Esse educador disse que os meninos que estavam na casa *eram todos vagabundos e que não queriam nada com a vida*. (Anotações Caderno de Campo, 09 de dezembro de 2017). Disse que eles evadiam e cometiam furtos. Me relatou algumas situações em que os jovens agrediram pessoas durante assaltos realizados. (Anotações Caderno de Campo. 09 de dezembro de 2017). Em um outro acompanhamento, o educador de plantão me disse que os meninos não precisavam daquele serviço porque todos tinham casa e família. Disse que eles faziam uso da unidade como hotel. Entravam, comiam, tomavam banho, evadiam, ficavam na rua, faziam uso de drogas, cometiam atos infracionais, depois retornavam só para dormir e no dia seguinte esta rotina se repetia. (Anotações caderno de campo, 25 de novembro de 2017).

Ao analisar o discurso de trabalhadores das unidades de acolhimento percebemos que, na perspectiva de quem está atuando diretamente com os usuários, os serviços não estão sendo executados para o público alvo da política. Em consonância é possível analisar que ainda se mantém uma imagem do público como indivíduos carentes e passivos, que deveriam receber aquilo que lhe é ofertado e agradecer. Aqui, não podemos perder de vista que a forma de delimitar o público a ser atendido diz respeito à concepção dos atores sobre os sentidos/significados da Assistência Social e mais amplamente do próprio Estado.

⁴⁶ Os próprios funcionários percebem que existe uma incompatibilidade das prescrições e da prática real. Isso supõe então que eles têm uma ideia (mais ou menos generalizada) do que eles deveriam fazer. E isso não necessariamente é o que se apresenta nos documentos.

As observações durante o trabalho de campo também me proporcionaram concluir que o público acompanhado pelo Centro Pop Miguilim era, em grande parte, o mesmo público atendido pelo SEAS, salvo os casos identificados como trabalho infantil. Uma parte deste público também circulava pelos acolhimentos, contudo as UAIs trabalhavam com outros perfis de jovens, como aqueles ameaçados de morte, e não abarcava apenas a trajetória de vida nas ruas.

Duas explicações me foram apresentadas pelos técnicos das UAIs em relação ao público que acolhiam na casa. A primeira e principal eram os encaminhamentos equivocados realizados pelos Conselhos Tutelares. Segundo os entrevistados, a falta de informações por parte dos conselheiros ocasionava uma série de encaminhamentos de adolescentes que não possuíam o perfil de trajetória de vida nas ruas para as casas TVR. Vários foram os relatos de jovens que chegavam na casa sem nunca ter passado por outro serviço da assistência social, contrariando as orientações da política socioassistencial de que o acolhimento institucional deve ser a última medida adotada.

Alguns trabalhadores apontaram estes encaminhamentos como transferências de funções que seriam dos conselheiros para a casa. Isso porque é mais fácil apenas encaminhar para um acolhimento do que realizar todo o serviço, de escuta do jovem, compreensão da situação, contato com a família. Traçar esta rotina de encaminhamentos pode ser vista como um processo de simplificação do processo de trabalho, algo inerente às burocracias como aponta Lipsky (1980).

A segunda dizia sobre situações em que as Unidades de Acolhimento Convencionais não possuíam vagas, por seu público ser mais fixo, e assim o encaminhamento do adolescente ocorrer para uma unidade TVR, onde a rotatividade de adolescentes era alta, proporcionando uma maior disponibilidade de vagas.

Outra definição que me foi apontada durante o campo e entrevistas, diz sobre jovens que estariam em trânsito. Duas explicações me foram apresentadas pelos técnicos sobre este termo. Uma dizia que jovens em trânsito eram aqueles moradores de outra cidade, que chegavam em Belo Horizonte e ficavam circulando pela cidade. Em algumas situações estes jovens eram encaminhados para o Conselho Tutelar assim que chegavam na Rodoviária e em outras eles ficavam na rua até serem abordados por algum serviço da assistência social ou pela Polícia Militar. A segunda explicação dizia sobre jovens que saíam de casa para atividades de lazer e entretenimento e ficavam durante a noite nas ruas. Se fossem abordados pela Polícia Militar desacompanhados de um adulto, eram levados para o Conselho Tutelar que em

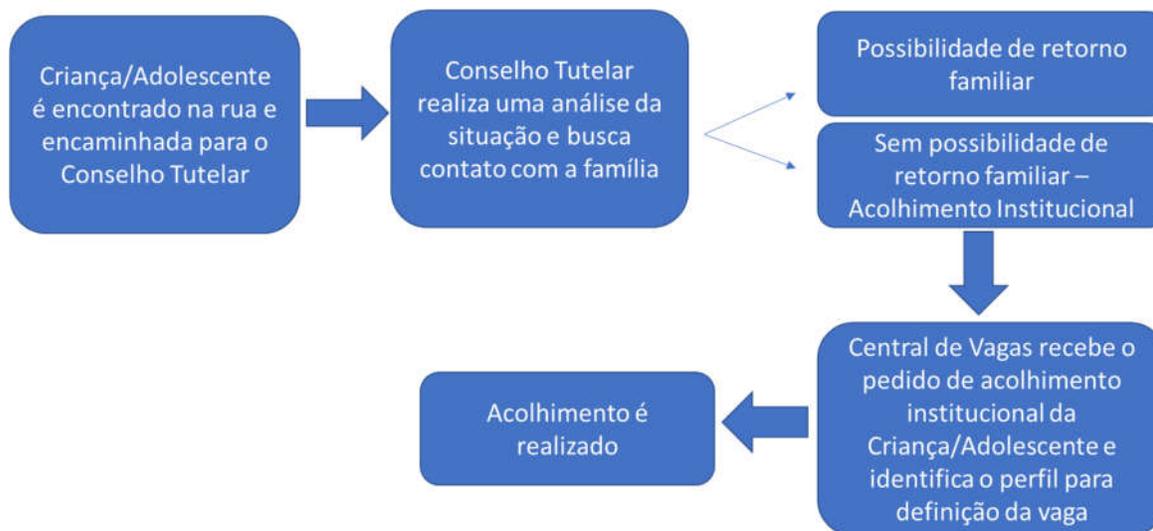
sequência os encaminhava para um acolhimento institucional. Esta segunda situação era vista pelos funcionários das UAIs como um encaminhamento equivocado já que o adolescente possuía casa e o conselheiro poderia entrar em contato com os familiares, evitando assim um acolhimento desnecessário.

Essas situações demonstram que o Conselho Tutelar apresenta uma centralidade na definição dos públicos atendidos pelos serviços, principalmente pelas unidades de acolhimento institucional, além de se colocar como um ator em constante tensão com os demais atores dos serviços pesquisados. Isso porque, juntamente com o Juizado da Infância e da Juventude, o Conselho Tutelar é um dos principais órgãos encaminhadores de crianças e adolescentes e assim, possui o controle de quem vai para as UAIs. Isso faz com que, em grande medida, o processo de classificação do público atendido não seja realizado pela unidade.

O interessante de se perceber é que não há um processo de encaminhamentos qualificados, destinando apenas os adolescentes com trajetória de vida nas ruas para as casas TVR. A distribuição muitas vezes era realizada para onde existia vaga, como foi relatado acima. Nesse sentido, podemos afirmar que, em muitas das situações, é a disponibilidade de vagas que orienta a política.

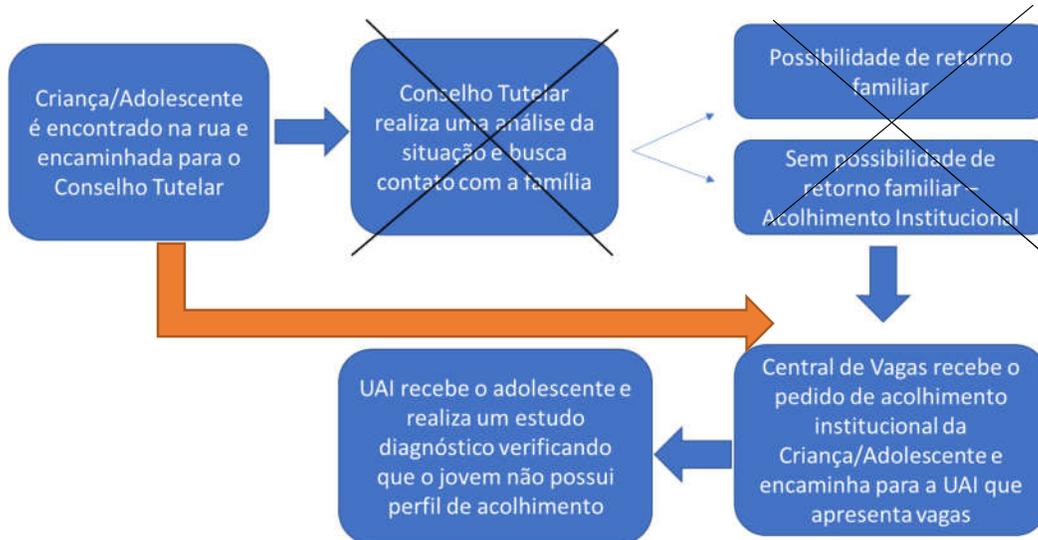
Apresento a seguir alguns fluxos do que deveria ser o encaminhamento na percepção dos funcionários e quais fluxos de fato acontecem.

Fluxo 1 - Procedimento formal de encaminhamento para UAI/TVR



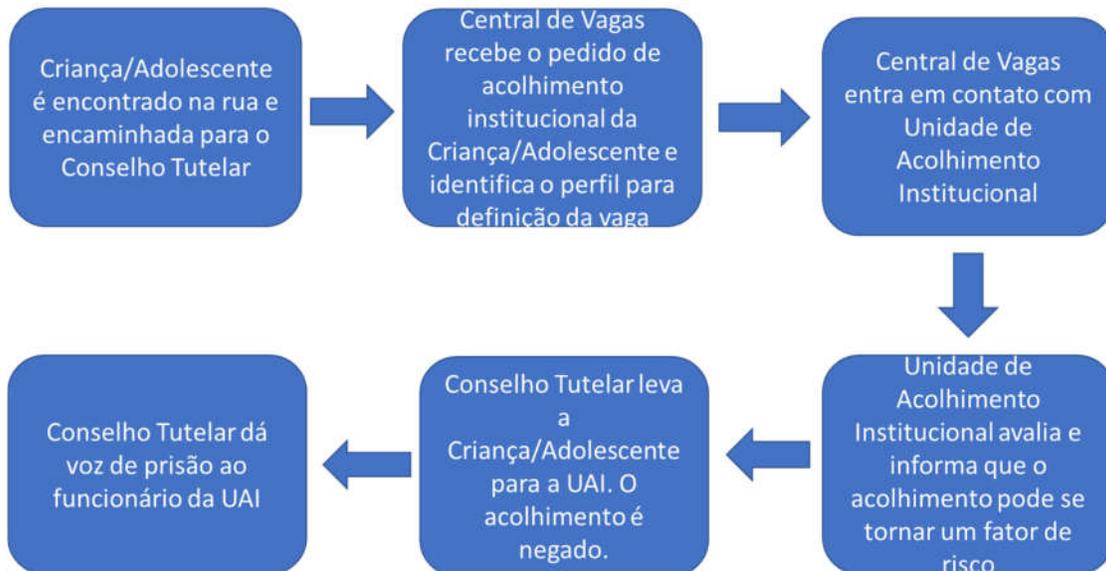
Fonte: Elaboração Própria baseado nas informações coletadas em trabalho de campo

Fluxo 2 - Rotina prática de encaminhamento relatado por trabalhadores das UAI/TVR



Fonte: Elaboração Própria baseado nas informações coletadas em trabalho de campo

Fluxo 3 - Situação de encaminhamento narrada por trabalhadores das UAI/TVR



Fonte: Elaboração Própria baseado nas informações coletadas em trabalho de campo

O primeiro fluxo apresentado mostra como deveria ser realizado o procedimento de acolhimento institucional de uma criança ou adolescente. Nele podemos verificar que o encaminhamento realizado pelo Conselho Tutelar acontece mediante um estudo prévio sobre o jovem para construir a medida protetiva mais adequada. Um dos principais pilares da política

de proteção à criança e ao adolescente é pautado no fortalecimento dos vínculos familiares, sendo que todos os atores, tanto da assistência social quanto do sistema de garantia de direitos deve focar suas ações na promoção do convívio familiar e comunitário. Contudo, o que o trabalho de campo me mostrou foi que em muitas situações o processo de acolhimento não acontece seguindo este processo.

Como podemos verificar no segundo fluxo, construído a partir das narrativas dos trabalhadores das unidades de acolhimento, o Conselho Tutelar muitas vezes não realizava uma busca sobre o histórico do jovem o que desencadeava em um acolhimento institucional desnecessário. Os funcionários das casas me informaram que os encaminhamentos realizados equivocadamente pelo Conselho Tutelar provocavam uma outra problemática para a unidade. Eles me explicaram que como o acolhimento acontece através de uma ordem judicial, para desligar um acolhido de uma UAI é necessário a autorização pelo juiz. Dessa forma, devido a morosidade que são os processos judiciais, em algumas situações o jovem acolhido acabava assumindo uma trajetória institucional, e nos casos das UAI/TVR, poderia ainda passar a frequentar a rua com os outros jovens acolhidos. Situações que exemplificam este fluxo me foram relatadas nas três casas, tanto por educadores quanto por técnicos.

Ainda no segundo fluxo podemos verificar que o procedimento realizado pela Central de Vagas é compreendido de forma diferente quando se compara com o primeiro fluxo. Isso é esclarecido pelas falas dos educadores das UAIs quando me explicam que a função da Central de Vagas é verificar diariamente o número de vagas existente nas unidades e realizar os encaminhamentos quando solicitado pelo Conselho Tutelar. Assim, não é percebido pelos funcionários das unidades um papel de triagem e análise dos perfis das crianças e adolescentes por parte da Central de Vagas.

Durante a entrevista com alguns funcionários que estão na política de assistência social desde sua implementação, pude verificar uma crítica a este órgão que administra as vagas ofertadas pelas UAIs. Estes funcionários relataram que antes da existência da Central de Vagas o encaminhamento era realizado diretamente entre os serviços, SEAS, Centro POP Miguilim e as casas de acolhimento e de acordo com suas compreensões os acolhimentos aconteciam de forma mais qualificada. A relação direta proporcionava inclusive a continuação do acompanhamento do jovem por todos os serviços e o diálogo entre os trabalhadores se dava de forma mais eficiente.

O terceiro fluxo apresenta uma situação, que me foi narrada por funcionários das três UAIs, na qual o encaminhamento realizado era identificado pelos trabalhadores como um fator

de risco, tanto para o jovem que seria acolhido, quanto para os jovens que se encontravam acolhidos e para os funcionários da unidade. Essas situações ocorriam quando um jovem, que era ameaçado de morte no território em que a unidade se encontrava ou que possuía um histórico de conflito com outros jovens acolhidos, era encaminhado pelo Conselho Tutelar para a UAI. Em entrevista com os coordenadores fui informada que o procedimento adotado e orientado aos educadores da casa era de recusar o acolhimento justificando que ele poderia se tornar um fator de risco para o próprio jovem e para a casa. Contudo, muitos de meus interlocutores descreveram situações em que, mesmo com a justificativa, os conselheiros chegavam na casa com o adolescente e assim que a recusa era feita o conselheiro dava voz de prisão para o funcionário.

Estes fluxogramas permitem ilustrar uma fala muito utilizada pelos trabalhadores das Unidades de Acolhimento Institucional que foi frequente durante meu trabalho de campo. Que para aquelas casas eram enviados todos os adolescentes vistos como um problema para a rede de atendimento. Além de demonstrar que a disponibilidade de vagas era uma consequência da alta rotatividade dos acolhidos, muitas vezes pelo motivo de evasão, o que dificultava o cotidiano de trabalho e a construção de um plano de ação com os adolescentes, como me foi explicado pelos educadores e técnicos acompanhados.

Os trabalhadores do Centro POP Miguilim

Durante o trabalho de campo no Centro POP Miguilim e nas entrevistas com os funcionários, uma característica do público atendido se repetiu nas falas: eram adolescentes que andavam em grupo e que muitos chegavam no equipamento por convite de outro jovem que já era atendido pelo serviço. Estes jovens acessavam o equipamento principalmente por demanda espontânea. Além desta via de acesso, os jovens ingressavam no equipamento através de encaminhamento de outros serviços, principalmente pelo Serviço de Abordagem de Rua.

Em relação ao perfil destes adolescentes, os trabalhadores informaram que a maioria possuía os vínculos familiares fragilizados ou rompidos, que procuravam a rua depois de um conflito familiar, mas compreendiam que a família ainda possuía um certo contato com o jovem, sendo que em alguns casos os pais tentavam manter contato com os filhos, como foi apontado por uma educadora do equipamento:

Tem alguns casos que eles nem tem tanto vinculo rompido, mas os pais não conseguem entender, muitos vão atrás, sabem onde encontrar, e esses filhos passam um tempo em casa e depois voltam para a rua, é muito pessoal, vai de

cada adolescente. (Trecho de Entrevista com Daniela, educadora do Centro POP Miguilim, em 03/02/2018).

Outros perfis foram apresentados como indivíduos com “*uma realidade mais dura*” como

por exemplo, uns não tem escolha, a mãe está ali, e ele também em situação de rua; outros com histórias de vida tristes, como pais falecidos, e o jovem não se adaptou em outro lar, não tinha o mesmo tratamento que com a família, ele sai daquele lugar, conhece a rua; são várias histórias diferentes. (Trecho de Entrevista com Daniela, educadora do Centro POP Miguilim, em 03/02/2018).

Outro educador apontou que os adolescentes possuem distintas personalidades. Alguns eram mais tranquilos, dóceis, outros eram mais quietos e haviam aqueles mais nervosos. Eram adolescentes que muitas vezes chegavam até o equipamento sob efeito de entorpecentes, agressivos, sendo função do serviço acolher estes jovens e trabalhar estes aspectos com ele.

Tinha adolescente que chegava aqui muito drogado e hoje já não faz mais o uso das drogas, adolescente que chegava muito alterado e nervoso e por causa desse trabalho que a gente faz, da confiança que depositamos nele, depois de mostrar que a gente realmente está preocupado com ele, que queremos alcançá-lo, foi fazendo com que se aproximassem de nós, e mudassem seus comportamentos. Também é muito importante que, depois do adolescente chegar aqui alterado e agressivo, não viremos as costas para ele, não podemos trata-lo de forma rude, isso só vai piorar a situação. Para que ele realmente se sinta acolhido, sinta que alguém se preocupa com ele, é necessário muito carinho, amor. É colocar objetivo, colocar amor naquilo que a gente faz, porque afinal de contas a gente lida com uma situação que é de rua, e a rua (como eles mesmos já falaram) é um esgoto para eles. (Trecho de Entrevista com Lucas, educador do Centro POP Miguilim, em 20/02/2018)

Como o Centro POP Miguilim tem o objetivo de atender crianças e adolescentes em situação de rua, uma educadora me informou que esta característica precisava ser identificada. Assim, quando chegava um jovem no equipamento a equipe técnica realizava uma entrevista e uma busca no sistema para verificar se o jovem tinha alguma passagem por outro serviço. Na conversa também se coletava os dados do jovem para conferir se a idade e o nome estavam corretos, porque, segundo a educadora, muitos mentiam a idade e o nome para ter acesso ao equipamento.

Outra característica apontada foi a existência de rixas entre os grupos que ocupavam distintas áreas da região central da cidade. Isso inclusive, era um fator bastante importante e que precisava ser averiguado porque o programa atendia todas as crianças e adolescentes em situação de rua da cidade de Belo Horizonte e a presença de jovens de distintos grupos no equipamento poderia demandar uma dinâmica diferenciada de trabalho a fim de evitar algum conflito no local de trabalho.

Os trabalhadores do SEAS

Na primeira reunião realizada com um grupo de técnicos do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), ao apresentar minha pesquisa e meus objetivos expliquei sobre o desejo de entender como o público era identificado pelos serviços. Os técnicos me informaram que o serviço trabalhava tanto com as situações de trajetória de vida nas ruas, quanto de trabalho infantil. Ainda durante esta reunião, alguns técnicos apontaram que o número de jovens encontrados na rua não era mais tão grande como na década passada. Uma técnica disse acreditar os jovens estavam ficando no próprio território de residência, não mais se deslocando para o centro da cidade, principal local de concentração da população em situação de rua, sendo os motivos o envolvimento com o tráfico local ou pelo acesso à equipamentos da Assistência Social Básica através dos CRAS. (Anotações Caderno de Campo. 09 de novembro de 2017).

Os participantes informaram que os jovens se concentravam na região central da cidade e que aquela imagem de crianças enroladas em cobertores, sujas, em situação de mendicância não era mais presente no cenário da cidade. Alguns técnicos apontaram que, apesar do número não ser tão expressivo como era antigamente, acreditavam que ainda haviam muitas crianças em situação de rua na cidade. O motivo delas não estarem aparecendo no serviço dizia mais da demanda do público adulto que sobrecarregava o serviço do que a sua inexistência.

Conforme já foi apontado no capítulo anterior, em 2015 foi realizado um Projeto Piloto na regional Centro Sul no qual uma equipe por turno foi destinada a mapear crianças e adolescentes nas ruas para realizar um diagnóstico deste público. Um dos técnicos que participou deste processo me disse que foram mapeados 80 jovens, tanto em situação de rua quanto realizando trabalho infantil. Nesta entrevista, o técnico pontuou que muitas vezes estes jovens estão presentes, mas são invisibilizados. Isso porque, segundo o técnico, atualmente estes jovens tem acesso a banheiros com chuveiros, possuem roupas de marca, está com um celular, fruto de uma doação ou de um furto, o que dificulta a identificação por parte dos trabalhadores.

Ainda nesta entrevista, o técnico comentou que deveria existir uma equipe para trabalhar exclusivamente com crianças e adolescentes na regional Centro Sul, para que fosse possível construir dados mais verídicos a respeito desta população em situação de rua. Isso porque não era possível afirmar se este público sumiu ou se ele não estava sendo visibilizado devido a alta demanda por parte da população adulta. Outro fator que também precisa ser apontado diz sobre as diferenças a respeito de trabalhar com o público adulto e o público infantil. Segundo os

técnicos, enquanto os adultos buscam as equipes e trazem demandas pontuais, o trabalho com os jovens era muito mais delicado. Era preciso construir um vínculo, uma aproximação da equipe para aquele jovem criar confiança e trazer informações a seu respeito. E todo esse processo demandava tempo.

Outra característica apresentada pelos trabalhadores do SEAS foi a organização destes jovens por grupos, característica também identificada pelos trabalhadores do Centro POP Miguilim, sendo que o local de permanência se dava em regiões com focos de doações, como na Savassi e Região Hospitalar ou regiões com muito comércio. A rua se torna local de moradia para estes jovens. A presença de cachorros no grupo também foi pontuada como fator de proteção. Isso porque sempre que alguém se aproximava, o animal sinalizava para o grupo.

O uso de substâncias ilícitas também apareceu na descrição dos trabalhadores, contudo duas percepções me foram relatadas. Uma diz sobre o tipo de drogas usada pelos meninos e meninas. Dois técnicos me disseram que no início dos anos 2000 a substância comumente utilizada era o *thinner* e a cola e que atualmente o uso havia se diversificado. Além do *thinner*, os adolescentes estavam fazendo uso de maconha, cocaína e *crack*. Outra percepção que me foi apontada diz sobre a imagem negativa que os usuários de *thinner* possuíam entre os moradores das comunidades de origem e este seria o motivo para muitos se deslocarem para o centro da cidade, onde o uso desta substância era mais aceitado e praticado.

Além da situação de rua, os trabalhadores do Serviço de Abordagem de Rua atendem casos de trabalho infantil (TI). A identificação deste público se dá pela prática de mendicância, atividades como malabares no sinal, venda de doces, sendo encontrados sozinhos ou na presença de familiares. Foi neste contexto que, durante meu trabalho de campo, presenciei situações de interação dos trabalhadores com crianças.

Os vínculos familiares são descritos pelos trabalhadores como fragilizados, contudo ainda existe um contato entre os jovens e seus parentes. Houveram relatos de situações em que os familiares dos jovens também se encontravam em situação de rua ou em situação de mendicância com seus filhos.

Buscando compreender melhor sobre os termos utilizados tanto nos documentos quanto pelos trabalhadores, questionei a meus entrevistados o que eles entendiam por situação de rua e por trajetória de vida nas ruas. Em relação aos dois termos verifiquei que eram diferenciados pelo fator *tempo de permanência na rua*. Contudo, maior ou menor tempo de permanência nas ruas não eram utilizadas da mesma forma pelos funcionários. Enquanto um grupo majoritário compreendia situação de rua como algo pontual, que acontecia em um determinado momento

e trajetória de vida nas ruas dizia sobre pessoas que já estavam na rua por um período mais longo, outro grupo apontava que situação de rua era quando o indivíduo morava na rua e trajetória era quando estava de passagem, em uma transição entre casa, abrigo e rua.

A rua no discurso dos trabalhadores

Em relação as definições apresentadas pelos trabalhadores, no que diz respeito as motivações de crianças e adolescentes permanecerem na rua, e aqui não estou me preocupando com a questão do período de permanência, mas sim apenas na caracterização do fenômeno, realizei a seguinte sistematização.

Tabela 8 - Distintas percepções dos trabalhadores em relação ao público atendido e a rua

Rua como Violadora de direitos	Rua como Local de liberdades	Rua como Local de trabalho	Rua como Local de acolhida
<p>“precariedade, sub existência” “você está em risco eminente o tempo todo” “vulnerabilidade extrema” “é o pior lugar, se existe uma escala de lugares ruins” “o menino está lá, jogado, largado, nem o que comer, o que vestir” “Desprezado pela sociedade” “exposto a riscos sociais graves” “vulnerável à questão do estupro, de ataques violentos, a doenças,” “ela não está sendo assistida de forma nenhuma” “Vulnerabilidade total”</p>	<p>“viver sem limites, Liberdade” “ninguém manda em mim” “não tenho regras” “uma pessoa sem limites” “tem pessoas que também gostam de ficar na rua” “não gostam de seguir regras” “Se sente livre” “ambiente de liberdade onde que podem fazer tudo” “adrenalina, tem gente que é viciado em droga, tem gente que é viciada em adrenalina” “como um lazer” “na rua fazem o que querem”</p>	<p>“um ambulante que está vencendo no sinal tem uma relação com a rua” “Usa da rua para seu benéfico, Trabalho” “para ganhar um benefício, no caso o trabalho infantil” “A rua para ele é uma forma de sobrevivência” “questão de desemprego” “usar o recurso da rua na medida do que encontrar”</p>	<p>“não criaram vínculo em lugar nenhum, em instituição nenhuma, nem com a família” “acolhida na rua” “foram para rua com os pais” “não tem uma casa, cresceu na rua” “a rua é a casa todo o tempo” “ela não tem parente, não tem onde ficar, não tem opção” “alguém que teve algum conflito e buscou essa acolhida nas ruas” “Ido na rua para poder dar um tempo naquele problema” “Um refúgio” “único lugar que resta”</p>

Rua como de Violadora direitos	Rua como Local de liberdades	Rua como Local de trabalho	Rua como Local de acolhida
“exposto a tudo, ao crime, ao assédio” “o adolescente que está dentro da comunidade, inserido no tráfico ele é trajetória de vida nas ruas” “a rua é o pior espaço para um adolescente ou qualquer ser humano” “A rua não tem lei” “violência sexual, violência policial”			“A rua é muito acolhedora, a rua é aconchegante”

Fonte: Elaboração própria

Com este quadro podemos compreender um pouco como os trabalhadores analisam o público ao qual estão lidando diariamente em sua rotina profissional. Por se tratar de trabalhadores que atuam em serviços de proteção social à criança e ao adolescente, esperava que a imagem da rua como um local violador de direitos se sobressaísse. Isso porque em todos os serviços um dos objetivos bastante claro era a superação da situação de rua. Contudo é importante pontuar que muitos trabalhadores não apresentavam um discurso uníssono a respeito do contexto da rua, muitos apontavam inclusive dificuldades de analisar este espaço que é violador, mas ao mesmo tempo acolhedor e libertador.

Olha assim, é bem complexo, porque é aquela questão em que muitas das vezes você pegar a história do adolescente, você vai ver que na rua ele vai estar até mais tranquilo do que na casa, por causa das violações, N coisas, N fatores que levam eles pra rua. (...) ele não tem que estar naquele local por mais que a gente saiba que as vezes ele vai para algum equipamento ou vai retornar para casa dele, vai ter uma violação pior do que na rua. Então por isso que eu falo que é bem delicado. Porque a gente entende esse espaço da rua, que é um direito também, um direito a cidade, mas ele também tem toda uma questão que ele está desprotegido também, justamente por causa dessa questão de violências, não só a violência de gênero, mas também violência policial. São N coisas também, e a gente vê que eles sempre se juntam mesmo em grupo para se sentirem mais protegidos. (...) Então eles acabam também usando da rede para se sentirem protegidos, quando eles não têm respaldo, eu acho que eles também percebem isso. (Trecho de Entrevista com Fabiane, técnica do SEAS, em 24/01/2018)

Assumir um discurso de que a rua poderia ser um local mais seguro que a própria casa representa uma posição complexa para aqueles que atuam em serviços que apresentam como diretrizes a superação da situação de rua e o retorno ao convívio familiar. Contudo, por serem funcionários que estavam diariamente construindo vínculos e realizando escutas sobre as trajetórias de vida destas crianças, ficava a questão de que medidas padronizadas e construídas de cima para baixo, muitas vezes não eram soluções e sim fatores de agravamento das violências e violações de direitos vivenciadas pelo público atendido.

Considerações sobre as percepções dos trabalhadores dos três serviços

Diferente dos trabalhadores do SEAS e do Miguilim, os trabalhadores das UAI/TVR apresentavam uma análise do perfil dos jovens em situação de rua mais *idealizada*. Muitos educadores que atuavam nas casas me relataram que esperavam trabalhar com outro perfil de público e não aquele se encontrava na unidade. Essas expectativas muitas vezes acabavam se tornando frustrações e, em alguns casos, motivo de desistência do trabalho. A construção dessas expectativas se dava, muitas vezes, pela imagem idealizada do adolescente que está na rua por falta de recursos materiais e que busca uma oportunidade para mudar de vida. As duas falas apresentadas a seguir, de trabalhadores das UAI/TVR, são um exemplo destas expectativas:

Eu gosto da instituição, foi uma oportunidade que me foi dada que inicialmente eu fiquei decepcionado por causa do público. Porque quando eu vim para cá a minha visão era que eu ia mexer com pessoas com trajetória de vida nas ruas, com pessoas que não tinham essa questão do envolvimento com criminalidade. A questão tão forte do jeito que é aqui. Para mim a intenção que fosse mexer com pessoas que estão na rua não por opção, por falta de oportunidade e que elas queiram agarrar em alguma mão estendida para poder se erguer. Esse era o meu objetivo, meu desejo era de mexer com esse público. O pessoal pode falar, vai ter discriminação. Pode se falar que vai ter discriminação, mas eu acho que tem que ser um público selecionado. (Trecho de Entrevista com Rafael, educador da Casa Francisca de Paula, em 27/01/2018)

Eu vim com as expectativas, são 15 meninos, se eu fazer com que oito entre para o mercado de trabalho para mim está ótimo. Quando eu cheguei aqui e me deparei com esses meninos eu pensei Jesus, não é nada disso, não vai ter jeito de dar jeito em oito. O que eu vou fazer com esses meninos. E isso me provocou muita angústia. (Trecho de Entrevista com Isabela, funcionária da casa Francisca de Paula, em 10/02/2018).

Já os trabalhadores do Centro Pop e do SEAS não apresentavam em suas falas tanta divergência entre expectativas x realidade. Existia sim, em algumas pessoas, uma expectativa de superação da situação de rua, que muitas vezes não coincidia com os tempos e desejos dos próprios adolescentes atendidos. Contudo acredito que a atuação mais próxima da rua

contribuía para uma melhor compreensão de quem eram e o que faziam estes jovens que permaneciam grande parte do dia nas ruas de Belo Horizonte.

Considero que uma explicação plausível seria por esses contextos de trabalho e também pelas prerrogativas que um acolhimento possui, de ser um equipamento que está construído separado da rua, com o intuito de reproduzir um estilo de vida pautado na família, da escolarização, no encaminhamento para um emprego formal, as compreensões de quem é o público atendido, ou que deveria ser atendido, são divergentes e os trabalhadores das casas de acolhimento reconhecem a situação de rua como uma consequência direta de pobreza, de falta de recursos materiais e oportunidades.

Isso ajudaria a entender a construção da imagem, por alguns trabalhadores, da criança e do adolescente em situação de rua como um indivíduo carente, que precisa ser cuidado e também das frustrações vivenciadas quando os adolescentes que eles atendem negam aquelas ofertas que lhes são feitas, recusam obedecer as normas e agem, em muitas das vezes através da agressividade, perdendo as características que se espera de um jovem passivo e carente.

São nesses meandros que algumas atuações de profissionais começam a ser vistas como legitimadoras da rua, no sentido que algumas ações poderiam desencadear na permanência dos jovens nas ruas, e conseqüentemente violadoras de direitos por outros trabalhadores da rede de proteção social de crianças e adolescentes. Compreender que a família era, em muitas situações, a violadora dos direitos deste público e que o processo de acolhimento institucional muitas vezes não supria as necessidades do jovem, acabava indo de encontro com um dos principais pilares da política assistencial que preconiza a matricialidade sociofamiliar e assim, limitar a atuação de trabalhadores e a proposição de alternativas mais condizentes com cada caso.

(...) vejo que muitas vezes a rua é um espaço mais saudável para o adolescente, mais do que a casa onde ele mora por exemplo. E na rua também irá encontrar outras questões; violência, é uma questão difícil. Tem uma questão política, “vamos ter que tirar da rua porque ta incomodando”(...) O adolescente é sempre culpabilizado. Penso que é uma linha tênue. Impressão que tenho, está na rua, então está livre; tem que tentar entender essa rua. É superar o que? A rua ou... a complexidade do assunto; tem que aprofundar no sujeito para entender sua busca. São perguntas difíceis de responder. Os ciclos que os jovens estão inseridos são complexos e cíclicos. (Trecho de Entrevista com Thais, funcionária do SEAS, em 27/02/2018, grifos meus)

Outro ponto importante de ser destacado diz sobre como os jovens muitas vezes são vistos pela sociedade, e como essa visão é reproduzida nas formas de atuação do Estado com essa população. Conforme a fala apresentada acima, a retirada dos meninos e meninas das ruas diz mais sobre o perigo que estes jovens representam para a sociedade do que o perigo que a rua representa para eles. Nessas situações, o mesmo público pode ser entendido como

indivíduos vulneráveis que necessitam de proteção integral e indivíduos violadores⁴⁷ de direitos, deles mesmo e de outras pessoas.

Rita de Cássia Marchi (2007) aponta que, mesmo com a nova concepção sobre a criança, passando a possuir proteção social, sendo tutelada pelo Estado e com direitos estabelecidos por lei (ECA, 1990), ela ainda se apresenta muito limitada pelo fato de não levar em conta as várias formas de se viver a infância, que perpassa por um contexto social bastante diversificado, principalmente em países como o Brasil em que a desigualdade econômica e social são muito visíveis. Diante disso as consideradas *crianças de rua* passam a ser vistas na sociedade como algo desviante do que deveria de fato ser uma infância.

O problema de se estabelecer esse ideal e apresentar o que se afasta dele como desviante deve-se à conseqüente construção social da criança em situação de rua sempre de forma negativa, como “não-criança”, sem infância e da dificuldade que se encontra em não saber classificá-los como crianças ou adultos, como agressores ou vítimas (MARCHI, 2007). Acredito que o desconforto em relação a esse grupo de crianças de classes pobres refere-se ao seu protagonismo em relação a outros grupos de crianças de classes médias e altas. Pelo fato desses meninos e meninas possuírem certa liberdade e por não estarem tão presas às instituições como família e escola permitem que seja mais visível sua posição como atores sociais. Marchi (2007, pág. 556) diz que:

A desorientação causada se expressa na *dificuldade de lidar simbolicamente* com indivíduos que zombam dos estereótipos construídos sobre a infância e as crianças, ao contradizerem sua evidente fragilidade física com a capacidade de provocar medo.

Toda essa perspectiva negativa em relação aos meninos de rua acabaria propiciando a criação do estigma do delinquente passível de punições repressivas ou a posição de vítima ao qual a população olharia para eles com sentimentos de pena. Estes dois polos de identidades destas crianças e adolescentes ainda são referenciais muito fortes na percepção da população que convive com eles na cidade. A existência desses estigmas não é desconstruída com uma mudança na legislação do país. Isso pode proporcionar a hipótese de que estas perspectivas, ainda muito enraizadas, também fazem parte das concepções de muitos trabalhadores que atendem crianças em situação de rua e podem, dessa forma, orientar tomadas de decisões e construção de estratégias, evidenciando que fatores individuais do funcionário podem influenciar o trabalho muito mais do que das diretrizes do serviço que realiza.

⁴⁷ No tocante que possuem o perfil de jovens em conflito com a lei e público das medidas socioeducativas.

Diante do apresentado acima, percebe-se que as definições institucionais, apesar de serem elementos classificatórios relativamente padronizados, são negociadas para poder lidar com ambiguidades das próprias circunstâncias das crianças e adolescentes em situação de rua, no contexto urbano. Além disso, a atuação dos funcionários na implementação das políticas pode ser vista como resultado de interações com o público atendido, sendo que essa relação orienta as práticas de atuação e vincula um caráter transformador das políticas sociais. (LIPSKY, 1980).

2.2- A CONSTRUÇÃO DO COTIDIANO. ESTRATÉGIAS PARA CONTER A RUA.

O cotidiano de trabalho nos três tipos de serviços estudados nesta pesquisa - acolhimento, atendimento especializado e abordagem de rua - apresentam distintos desafios e dilemas. Dizem tanto sobre a estrutura física do equipamento, das normativas vinculadas ao serviço, quanto sobre as interações existentes entre público atendido e profissionais.

Pensando na interação com a rua, podemos organizar os serviços em dois extremos opostos, sendo que em um dos extremos estariam as UAIs, serviços que pretendem manter o jovem longe da rua, ao mesmo tempo que tenta conter a entrada da rua em sua localidade e, no outro extremo, o SEAS, serviço que vai até a rua, quase num sentido de adentrar ao local privado das pessoas que ali se encontram. No meio, teríamos o serviço especializado Centro POP Miguilim, que se coloca como interlocutor entre estes dois polos, atendendo os jovens em um equipamento, com o objetivo de mantê-los, nem que seja por um determinado tempo, distante das ruas, mas sem apresentar uma ruptura com a rua como é visto nas UAIs.

2.2.1 - O COTIDIANO NAS UNIDADES DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

As unidades de acolhimento institucional pesquisadas são, como já apresentado anteriormente, casas que atendem indivíduos identificados por supostamente terem trajetória de vida nas ruas. Esta especificidade faz com que o cotidiano de trabalho apresente particularidades, mais precisamente no formato de como é construída a rotina de atendimento ao público acolhido. Considerando que, dentre os distintos objetivos das unidades, um dos principais e mais desafiadores seja a permanência dos jovens na casa, foi possível verificar uma série de recursos criados pelos trabalhadores para que se obtivesse um maior controle sobre os acolhidos, a fim de que não evadissem.

Estes recursos se apresentavam de distintas formas, desde uma autorização para sair aos finais de semana até a permissão para fumar dentro da casa. As normas da casa e as restrições obtidas quando alguma regra fosse descumprida, também era algo que constantemente passava por debates entre atendidos e trabalhadores, o que possibilitava distintos momentos de maior ou menor flexibilidade das regras.

Apesar de toda uma construção coletiva, com possibilidade de assembleias mensais e extraordinárias com os jovens acolhidos, para se discutir as normas das casas e a flexibilização das regras, não escapava da ação dos trabalhadores a possibilidade de exercer um poder discricionário mediante uma situação de emergência. Quando estas situações se sobressaíam, ficava bastante claro que, apesar das normativas das casas e de suas constantes reconstruções, apesar da participação ativa dos atendidos na construção das mesmas, a atuação dos burocratas de rua, muitas das vezes, era construída no momento da interação e orientada pela relação com aquele indivíduo em que compartilha a situação. (Lipsky, 1980).

Ponto que, apesar deste poder discricionário ir de encontro muitas vezes com as normativas dos serviços, em última instância ele materializa os objetivos institucionais, aqui postos como a permanência dos jovens nas casas de acolhimento. Nos termos de Lipsky (1980), a horizontalidade das assembleias funciona de forma instrumental justamente para que os objetivos burocráticos sejam seguidos, ainda que sendo passíveis de serem minimamente negociados. O fato dos adolescentes “conquistarem” alguns pontos de seu interesse faz parte do repertório previsto dessas relações de poder e são percebidas como não capazes de ameaçar a lógica do controle da instituição.

Em relação às três casas, apresento a seguir um quadro dos principais mecanismos utilizados e permitidos que proporcionam determinadas liberdades com o objetivo de ser um maior controle da evasão e incentivos pelo cumprimento ou ajuste às regras das casas.

Tabela 9 - Microrecursos permitidos para controlar a evasão nas UAIs

Casas Mecanismos	Travessia	Francisca de Paula III	ADRA 3
Cigarro	Não	Sim	Sim
Uso de Celular	Não	Sim	Não
Saída fim de semana	Sim	Sim	Sim
Passeios	Sim	Não	Não
Cortar cabelo	Sim	Sim	Não

Casas Mecanismos	Travessia	Francisca de Paula III	ADRA 3
Oficinas	Sim- CRAS e pelos educadores da casa	Sim*- contrato com um oficineiro de percussão	Sim – pelos educadores da casa
Usar computador	Sim - SERPRO	Sim – Sala de informática da casa	Em algumas situações era autorizado o uso do computador da equipe técnica

Fonte: Elaboração própria

*Início de 2018

Todos os mecanismos apresentados objetivam a maior permanência dos adolescentes dentro da casa. A evasão desencadeia em restrições quanto ao acesso a alguns destes benefícios. As casas que permitem o acesso ao cigarro pontuam que este mecanismo serve para conter a evasão para o uso de drogas. O uso de celular é permitido apenas na casa Francisca de Paula III. Os trabalhadores das outras duas casas pontuaram que o acesso ao celular é restrito porque se perde o controle de quem os adolescentes estão em contato, o que poderia ocasionar em uma situação de risco para a unidade. Na casa que atende as meninas, foi pontuado também situações em que algumas jovens acolhidas estavam mandando fotos nuas para homens em troca de crédito para o telefone. Assim, ficou determinado que o uso do telefone era permitido apenas quando houvesse uma saída autorizada pela equipe técnica. (Anotações Caderno de campo, 31 de dezembro de 2017).

As saídas nos fins de semana eram um benefício àqueles que permaneceram sem evadir durante os dias da semana. Contudo este era um dos mecanismos, considerados principalmente pelos educadores, como menos eficientes já que, se o jovem não tinha a saída permitida, ele evadia.

Os passeios⁴⁸ foram apresentados como o mecanismo mais eficiente para manutenção dos adolescentes na casa por alguns educadores da casa Travessia. Como a UAI Breve Permanência possuía uma parceria com o CRAS, sempre eram organizados passeios em que os jovens da casa eram contemplados. Cortar o cabelo também foi uma das demandas que mais apareceram nas casas de acolhimento masculina. Em muitos acompanhamentos, realizados nas duas casas, presenciei adolescentes pedindo autorização para ir ao centro cortar cabelo. Houve

⁴⁸ Aqui são considerados passeios organizados pela unidade de acolhimento ou a convite de alguma instituição parceira. Durante o trabalho de campo acompanhei um passeio com um educador e jovens da Casa Travessia. Este evento foi realizado pelo CRAS e os jovens foram levados para o CRAS Zilah Spósito para a participação de uma oficina de turbantes.

uma situação também que a saída para a barbearia foi uma estratégia para acabar com um conflito entre dois adolescentes que alterou a dinâmica toda da casa.

No caso das oficinas⁴⁹, muitos educadores relataram que conseguiam construir atividades que contribuíam para a permanência dos adolescentes nas casas, mas que a ausência de investimento material para realizar atividades com os acolhidos era um empecilho para um atendimento mais qualificado. Em algumas falas dos educadores as oficinas pareciam como algo positivo, mas não eram consideradas como um atrativo eficiente para evitar a evasão dos jovens. Estas oficinas, ofertadas pelos próprios educadores das unidades, eram realizadas de acordo com as habilidades de cada um e sem nenhum recurso oferecido pela UAI, sendo o próprio educador que providenciava os materiais. Durante a realização das entrevistas, um dos educadores me apresentou a seguinte análise em relação às oficinas e à permanência dos adolescentes nas casas:

(...) porque a grande incógnita dos abrigos em geral é como ser mais atraente que a rua? Como convencer o menino ficar aqui não pela palavra, pela força? Como convencer o menino a ficar aqui por que ele quer ficar aqui? (...) O menino está para evadir e vai e vê que tem uma atividade legal e fala “pô, vou fazer o que lá na rua”. Muitas vezes evade para ficar lá na matinha olhando para o tempo, aí prefere ficar aqui. Outro dia eu fiz um arco e flecha e um alvo. Era dia de rolê, ninguém quis ir para o rolê, todo mundo ficou aqui dentro brincando de arco e flecha, boa parte da manhã e grande parte da tarde. Depois que não estava aguentando mais brincar eles viraram e falaram “vou dar meu rolê”. Eu entendo que você tem que ter mais coisas para oferecer para os meninos aqui dentro da unidade se você não quer que ele saia. Porque não adianta você virar para o menino e falar assim “não sai não porque lá fora é ruim”. Fica muito vago para eles entender isso. “vou ficar aqui dentro fazendo o que?”. Não é atrativo. Zero material, zero apoio. (Trecho de Entrevista com Anderson, educador da casa Travessia, em:15/01/2018).

Com este trecho é possível verificar que existe um resultado positivo, considerando o objetivo da oficina de conter as evasões, contudo ele é muito efêmero, como submetido aos problemas associados à escassez de recursos. Estes recursos deveriam ser proporcionados pela Prefeitura, mas são descontínuos no tempo, na qualidade e disponibilidade. A gestão termina priorizando aqueles recursos de subsistência e atribuindo menor importância aos processos socializadores e de gestão do tempo cotidiano dos adolescentes nas casas. Estes conflitos são expressados por um educador da seguinte forma:

Deseja-se que o educador trabalhe com oficinas com esses meninos, mas não tem, não tem um material. Você vai querer dar um vídeo, não tem material, você precisa de material específico para uma oficina, não tem isso na casa. Aí falaram esse ano para pedir o material, mas você não sabe se chega. É tudo moroso, é tudo difícil. A prioridade é a comida, o banho, o colchão, tudo de

⁴⁹ Atividades recreativas, culturais, esportivas realizadas para atender o público acolhido.

Outra situação envolvendo as oficinas corresponde à casa Francisca de Paula. No início de 2018, a coordenação da unidade havia conseguido uma verba para a realização de oficinas com o intuito de ofertar alguma atividade para a permanência dos adolescentes na casa. Contudo, até o final do meu trabalho de campo, este não foi um mecanismo eficiente para a diminuição do número de evasões. Isso porque, de acordo com a coordenadora, durante o horário da oficina muitos jovens evadiam demonstrando desinteresse pela atividade. Já na casa Travessia, as oficinas eram realizadas no CRAS e a participação nelas era uma condicionante para ir aos passeios, assim que, nesta situação, havia uma grande adesão por parte dos acolhidos.

Durante o acompanhamento nas casas pude perceber que estes mecanismos, quando eficientes, duravam apenas um curto período, como também foi relatado pelos educadores. Foi perceptível também que, mesmo com a construção das regras em assembleia, os acordos em muitas das vezes eram descumpridos. Dessa forma, avaliei que, na percepção dos trabalhadores, principalmente dos técnicos, tentar conter os meninos era inútil. E isso desencadeava tanto a sensação de frustração em alguns funcionários, quanto a compreensão por parte de outros quando relatavam que a casa não tinha nada para oferecer ou quando se colocavam no lugar do adolescente afirmando que também evadiria porque a rua é muito mais interessante que a unidade de acolhimento.

Estas situações permitem evidenciar que há dificuldades e conflitos em relação a evasão. A gestão do tempo cotidiano dos adolescentes se orientava basicamente pela realização de atividades artísticas e de lazer que, como já foi pontuado, se mostravam bastantes precárias devido aos recursos materiais escassos. O tempo institucional é entendido então como um preenchimento para garantir a permanência naquele lugar, como uma motivação que deve ser contraposta à rua, como controle da evasão.

Outro ponto que gerava bastante conflito nas casas, principalmente entre os educadores, era o momento do retorno após uma evasão. Como muitos jovens evadiam e faziam uso de substâncias ilícitas, o retorno para a unidade de acolhimento sob efeito de drogas repercutia diretamente na dinâmica do equipamento. Durante os acompanhamentos, vi que todos os trabalhadores das casas construíam regras a respeito deste retorno. Os arranjos construídos eram: os jovens só teriam a entrada autorizada se os educadores percebessem que eles não estavam sob efeito de alguma substância, caso o jovem estivesse alterado, teria que esperar do lado de fora da unidade até o efeito da droga passar; os jovens só poderiam entrar em horários

estipulados, em uma das casas a entrada não poderia acontecer entre as trocas de plantões ou durante o horário de alguma refeição. Em outra casa o acordo entre funcionários e acolhidos era de ter a entrada permitida até 07h00 ou as 19h00, após esse horário era necessário esperar a troca do plantão.

Os educadores me explicaram que tais medidas foram adotadas para se ter um maior controle dentro da casa. Assim, as trocas de plantão eram um momento em que as duas equipes dos plantões de educadores se encontravam e precisavam de um tempo para informações serem repassadas. Os horários das refeições também eram momentos que todos os jovens se reuniam em um mesmo local e a entrada de um jovem evadido poderia provocar tumulto.

No momento das entrevistas, questionei para os educadores o que eles pensavam sobre estas restrições, tanto no sentido da dinâmica do serviço, quando na questão da permanência de um jovem do lado de fora da unidade. Muitos me apontaram que, apesar da diretriz de sempre acolher os jovens, essas decisões eram tomadas para se ter um controle melhor da casa. Deixar entrar um jovem sob efeito de drogas poderia desencadear em situações de risco, tanto para os funcionários, quanto para os outros jovens que se encontravam na casa. Um ponto que ficou bastante reforçado nas falas dos funcionários era sobre a necessidade de os adolescentes entenderem que as casas possuíam regras e que ali não era um local em que eles poderiam sair e entrar na hora que desejassem. Um educador uma vez chegou a me dizer que os adolescentes consideravam a unidade como um hotel. (Anotações Caderno de Campo, 06 de dezembro de 2017).

Alguns educadores também comentaram que a não permissão para entrar muitas vezes dizia mais do educador que não queria trabalhar do que de fato uma questão com o jovem. Assim, me foi apontado que, em algumas situações, a tomada de decisão para autorizar ou não a entrada passava muito mais pelo critério do educador considerar o jovem evadido alguém que alterava a dinâmica da casa. Isso gerava certos conflitos entre educadores de distintos plantões, principalmente nos momentos de troca de plantão, porque alguns educadores percebiam que o plantão anterior não permitia a entrada do jovem na casa, passando esta responsabilidade para o plantão seguinte.

Estas eram situações onde também apareciam muito a tensão entre as UAIs e os Conselhos Tutelares. Isso porque, como me foi explicado por todos os funcionários acompanhados de todas as unidades, existia uma ordem do Conselho Tutelar que todas as unidades deveriam acolher adolescentes que evadiram e retornaram à casa antes de 48 horas. Para os educadores o correto seria o jovem se direcionar ao Conselho Tutelar após uma evasão

solicitando novo acolhimento e esta determinação era vista como uma negligência por parte deste órgão de garantia de direitos e como um dificultador da execução do trabalho pelas casas como é possível verificar na fala a seguir:

O Conselho decidiu fazer uma espécie de resolução, onde com teor ameaçador, estabeleceu-se a questão das 48h, que não existe legalmente. Com o acolhimento convencional, essa questão funciona. Nas nossas unidades, Breve Permanência, isso não funciona. Não temos respaldo do Conselho nesse sentido. Tem melhorado bem pouco. Quando o adolescente chega aqui sob muito efeito de droga, não permitimos a entrada direta; pedimos para aguardar lá fora, porque quando ele entra, fica vulnerável a fazer algo, ou fazerem algo com ele. Então, esperam o efeito passar, e em vez de vir para o acolhimento, vão direto para o Conselho; “não deixaram a gente entrar”. Ai o conselheiro viria com raiva já cobrando. As evasões acontecem por exemplo a noite, fins de semana, madrugada. Então é um problema mais com os plantões. É algo que precisa de regulamentação, métodos. (Trecho de Entrevista com Jefferson, educador da casa Travessia, em:16/01/2018)

Em comparação com os outros serviços, as casas apresentavam situações mais conflituosas, que representavam grandes riscos para os funcionários pelas implicações legais do serviço. Isso porque no momento que um adolescente era acolhido, a sua guarda era repassada para a pessoa que respondia pela entidade. Assim, qualquer situação que acontecesse com este jovem que evadiu, alguém da instituição teria que responder por ele. Além do fator de proteção ao jovem acolhido, foi possível perceber em algumas falas que a tentativa de contenção se dava mais porque os meninos eram vistos como um perigo para a sociedade⁵⁰. Assim, a violência aparecia nos discursos destes trabalhadores não em relação ao que o jovem poderia sofrer, mas sim o que ele poderia praticar. Discursos com este conteúdo aparecem mais entre aqueles trabalhadores que entendiam os jovens como um público das medidas socioeducativas e não dos acolhimentos institucionais.

Ao mesmo tempo que se tenta estabelecer uma contenção destes meninos dentro das casas, tanto através de barreiras físicas, limitando suas circulações pela cidade (ROBAÍNA, 2011), quanto através da tentativa de disciplinar os corpos com regras de circulação em convivência interna (FRANGELLA, 2010), percebe-se uma tentativa de contenção da rua para que ela não entre dentro da casa. Assim, várias estratégias são realizadas para que se evite ao máximo que práticas comumente realizadas no âmbito da rua, aconteçam dentro da unidade e assim, desconfigurem toda tentativa de se construir uma ordem interna ao equipamento.

É possível verificar duas formas em que a rua atravessava as barreiras da casa e se revelava no cotidiano de interação entre funcionários e jovens. A primeira delas são as

⁵⁰ Houveram relatos por parte dos trabalhadores de situações em que os jovens acolhidos se envolveram em furtos, roubos e até tentativa de homicídio.

tentativas que os jovens constroem para ingressar na casa, portanto substâncias ilícitas ou algum objeto que pudesse ser considerado como uma arma. Para evitar estas situações, sempre que um jovem saía ou evadia da casa, ao retornar era feita uma revista e caso algum objeto proibido fosse encontrado, ele seria confiscado. Também não era permitido a entrada com materiais sem notas fiscais ou alguma declaração de um parente que informasse que aquilo era um presente para se evitar que objetos furtados ou roubados ficassem sob o controle destes jovens. Dinheiro também era confiscado, a não ser quando se soubesse da sua procedência ou se o jovem possuía algum tipo de trabalho protegido.

Apesar de todas estas normas e procedimentos operados pelos funcionários, os jovens acolhidos sempre encontravam formas de atravessar essas barreiras e frequentes eram as situações⁵¹ em que os adolescentes faziam uso de drogas dentro da casa ou algum objeto proibido era encontrado durante uma revista nos materiais dos adolescentes. As barreiras, apesar de físicas, sempre consistiam de uma certa porosidade, o que proporcionava que os educadores estivessem sempre em um estado de alerta ao que acontecia tanto dentro, quanto fora dos muros da casa.

Nesse sentido, os educadores sempre realizavam buscas próximos ao portão de entrada, para ver se nenhum jovem escondeu algum objeto, como foi o caso de uma educadora que me relatou que encontrou uma tesoura escondida em uma fresta existente entre os dois portões de garagem da casa das meninas ou dois educadores que passaram uma noite na varanda vigiando se os meninos que evadiram naquele dia não jogariam alguma droga para os meninos que pertenceram dentro da casa ou ainda quando ocorreu uma tentativa de homicídio em uma das casas com o uso de uma arma de fogo (Anotações Caderno de Campo, 06 de dezembro de 2017).

A segunda forma da rua permear as casas se dava quando algum conflito, que havia começado do lado de fora, tinha continuidade do lado de dentro da unidade. Esta era uma dinâmica que também alterava as rotinas das casas e quase sempre desencadeavam em procedimentos mais formais como a realização de um boletim de ocorrência ou o encaminhamento de um dos jovens para outra casa quando uma situação de ameaça se apresentava muito latente. Apresento uma fala que pontua sobre os problemas que conflitos iniciados na rua interferiam a rotina de trabalho:

Agora quando é coisa da rua por exemplo, a gente tem muito problema com isso. “Eu escondi minha droga em tal lugar, você viu eu escondendo, agora eu

⁵¹ Várias situações me foram relatadas durante o acompanhamento, Também presenciei duas situações em que os jovens fumaram maconha dentro da casa e entraram com objetos que passaram despercebidos no momento da revista pelo educador.

fui lá e não achei. Só pode ter sido você que pegou”. Aí eu vejo que está demais eu falo “O negócio é o seguinte, o que acontece lá fora, lá fora da casa pelo amor de Deus não traz aqui para dentro não, porque aqui dentro a gente já tem as demandas da gente, os problemas da gente, resolve lá fora vocês dois. Eu sei que ele tem uma explicação para você de onde vai estar o seu negócio, você vai ter seus motivos para cobrar dele, então assim aqui dentro não vai resolver nada, só vai gerar conflito, daqui a pouco vocês vão estar brigando, aí eu vou ter que pegar os dois porque um agrediu o outro, vou ter que ligar para a polícia, vou ter que ir no CIA, vou ter que me desgastar deslocando até lá e ficando lá o dia inteiro. Então segura a onda aí. O que aconteceu lá fora se resolve lá fora”. (Trecho de Entrevista com Arthur, educador da casa Travessia, em 16/01/2018)

Sobre os processos de interação entre os funcionários e o público atendido, é possível verificar que muitos procedimentos executados pelos trabalhadores pesquisados condizem com o que Lipsky (1980) descreveu como sendo atitudes de burocratas do nível de rua. O primeiro deles diz respeito ao complexo contexto em que estes funcionários atuam, o que impossibilitaria reduzir seu modo de operação a formatos programáticos. O segundo aponta sobre as *dimensões humanas das situações* as quais os burocratas de nível de rua enfrentam e que exigem respostas mais sensíveis e menos normativas. Assim, a conjuntura exige uma certa capacidade de flexibilização por parte dos funcionários que muitas vezes está atrelada as capacidades dos públicos em comover e demandar compaixão perante suas necessidades momentâneas. Todo este processo discricional foi percebido principalmente em dois momentos:

- 1- Quando a interação acontecia apenas entre um funcionário e um jovem atendido
- 2- Quando a interação acontecia mediante um procedimento de conflito, como exemplificado anteriormente, em que alguns jovens foram levados pelos educadores para cortar o cabelo com o objetivo de acalmá-los e evitar um conflito com outros jovens dentro da casa.

No primeiro caso, percebi que muitos jovens construía duas formas de interação a partir do perfil dos educadores e com a possibilidade de lograr seus objetivos. Nesse sentido os jovens se aproximavam dos educadores considerados mais flexíveis e apresentavam suas demandas quando não havia nenhum outro jovem por perto, pedindo para fosse realizado uma exceção a ele. Outros já apresentavam um comportamento insistente sobre aqueles que sabiam que em algum momento iam ceder pelo cansaço. O principal objetivo verificado para estas atitudes era a conquista de um cigarro fora do horário estipulado pelas normas da casa, um cigarro extra, ou uma autorização para sair e cortar o cabelo. No caso das meninas percebi que muitas demandavam às educadoras presente como brincos ou cremes para o corpo e para o cabelo.

Este processo discricional acabava gerando conflitos entre os funcionários das casas porque acabam demarcando os educadores mais flexíveis como “bonzinhos” e os educadores mais rígidos como “ruins”⁵². A interpretação do próprio fazer profissional também acabava sendo influenciado por estas interações. Isso porque ao conversar com os educadores que apresentavam um perfil mais flexível, estes apontavam como crítica a postura do educador mais rígido, dizendo que eles não possuíam perfil de educadores, sendo comparados a agentes de medidas socioeducativas. Em contrapartida os educadores que se mostravam menos flexíveis apresentavam críticas aos educadores “bonzinhos” dizendo que a presença deles na casa não fazia nenhuma diferença porque eles não contribuíam com o processo de disciplina dos jovens. Em ambos os perfis, foi possível verificar a existência de uma crítica em comum. Cada educador apontava o seu trabalho como um processo de mudança na vida do jovem enquanto que o formato de atuar distinto do seu demonstrava desinteresse pelo público atendido.

Aqui também acontecia um jogo de testes dos jovens que, ao lograr um benefício em um dos plantões, fazia uso disso para tentar o mesmo benefício em um outro plantão. Assim, as comparações sempre eram realizadas e nestes cenários os educadores mais flexíveis eram apresentados como os favoritos pelos jovens e vistos como manipulados pelos educadores mais rígidos. Este processo se assemelha ao que Lipsky aponta como um processo de autoestima proveniente dos processos discricionários dos funcionários. Isso porque ao conceder algum pedido, estes funcionários eram vistos como alguém que se preocupava com o bem-estar do público usuário do serviço. Quando estas situações acabavam prejudicando o cotidiano de trabalho, era necessário a intervenção da equipe técnica para nivelar e minimamente construir procedimentos padrões no formato de atuação dos educadores.

O segundo caso diz mais sobre situações emergenciais em que os burocratas de rua precisam tomar uma decisão pontual e rápida para interceptar o conflito ou possibilidade de conflito eminente. Estes procedimentos podem ser exemplificados em situações as quais presenciei onde para se quebrar um clima de tensão ou para interromper um processo de conflito físico, educadores chamavam os jovens que estavam mais nervosos para dar um *rolê*, ou quando liberavam o uso do cigarro para aliviar as tensões momentâneas. Estes procedimentos se assemelham mais ao que Lipsky (1980) pontua como sendo estratégias para simplificar e minimizar os gastos de energia que poderiam ser necessários caso a situação ganhasse outra dimensão.

⁵² Estes termos me foram apresentados tanto durante o acompanhamento do trabalho quanto durante as entrevistas.

Ainda sobre a interação entre público e trabalhadores ficou bastante evidente no trabalho de campo e nas entrevistas relatos de situações de conflitos e ameaças por parte dos jovens. Vários funcionários contaram situações em que ao contrariar o desejo de algum acolhido, era ameaçado por ele. Situações de violências físicas também foram descritas, como um caso que me foi narrado por uma funcionária da casa das meninas em que uma jovem empurrou um educador da escada e este precisou ser afastado do trabalho, ou da situação em que uma jovem tentou colocar fogo na casa, estando ela e uma educadora dentro do imóvel.

Por fim cabe também ressaltar que a grande rotatividade de funcionários, os baixos salários e a precariedade no cotidiano de trabalho provocam a contratação de muitos indivíduos que não apresentam perfil ou afinidade com o tipo de trabalho a ser executado⁵³. Nestes casos, os burocratas acabam não compartilhando com os mesmos objetivos e visões de seus superiores e assim, acabam realizando seu trabalho em dissonância com os objetivos das instituições.

2.2.2- O COTIDIANO NO CENTRO POP MIGUILIM

O Centro Pop Miguilim também apresenta vários pontos de tensão próximos ao que foi descrito para o cotidiano de trabalho nas casas. Contudo cabe ressaltar que diferentemente de um acolhimento, a não permanência do jovem naquele local não desencadeia em responsabilidades para os trabalhadores do equipamento. Os principais dilemas aparecem no processo de conter a rua do lado de fora das grades do equipamento.

As situações de conflitos narradas e presenciadas no equipamento se assemelham em certa medida ao que se apresentou nas unidades de acolhimento. Destaco aqui os conflitos entre os grupos de jovens que frequentam o local como o principal desafio no cotidiano de trabalho dos burocratas do nível de rua. Isso porque diferente das casas, em Belo Horizonte existe apenas um Centro POP para atender toda a população de crianças e adolescentes em situação de rua. Assim, o encontro de grupos de territórios distintos, que apresentam rixas entre si pode desencadear em conflitos mais graves, como foi a situação relatada por uma educadora durante um acompanhamento, em que uma jovem, ao saber que outra jovem que havia se envolvido com seu namorado se encontrava no Miguilim, se deslocou para o local e mesmo não tendo a

⁵³ O fator da rotatividade foi algo que apareceu durante todo meu trabalho de campo, principalmente nos discursos dos técnicos e coordenadores. Também foi possível presenciar esta rotatividade quando retorno nos serviços para realizar as entrevistas e me deparei com novos funcionários em todos os serviços pesquisados. Em uma das casas de acolhimento, metade do quadro de educadores havia sido renovado.

entrada permitida, agarrou a adolescente pela grade e tentou enforca-la. (Anotações Caderno de campo, 02 de novembro de 2017)

Nesse sentido, os funcionários do serviço precisam sempre estar alerta, conversar com os jovens atendidos e procurar saber sobre as desavenças que acontecem na rua a fim de evitar que elas se estendam para o equipamento e o transforme em um local de risco, tanto para os trabalhadores quanto para o público atendido.

Durante as visitas realizadas pude observar que os educadores se localizavam espacialmente no equipamento de acordo com a dinâmica das atividades e dos jovens presentes. Assim, enquanto um grupo de jovens se encontrava no salão realizando alguma oficina com um educador, o outro educador ficava no pátio acompanhando os jovens que ali se encontravam. O horário do almoço também era realizado com dinâmica parecida, enquanto um educador acompanhava um grupo de jovens no refeitório o outro educador acompanhava as movimentações nos outros espaços do equipamento. Assim, os jovens nunca ficavam sozinhos, sendo sempre acompanhando por um funcionário em todas atividades.

O Centro POP Miguilim possuía uma rotina de atividades estipulada por horários pré-estabelecidos. Estes horários precisavam ser seguidos, contudo não havia uma obrigatoriedade de os jovens realizarem as atividades definidas. Sempre que um jovem ingressava no equipamento, lhe era entregue um documento com todas as regras do Centro e uma delas era respeitar os horários das atividades. Assim, se um jovem não desejasse realizar a atividade no horário definido, ele tinha esse direito, contudo não poderia realizar a atividade em outro horário. Essa regra apresentava conflitos, principalmente sobre o uso do banheiro para tomar banho. Em alguns dos acompanhamentos, presenciei situações onde os jovens não se banhavam durante o horário estipulado e demandavam este direito em outro momento, o que em algumas situações provocavam discussões e em uma situação a desobediência de uma jovem que entrou no chuveiro, desautorizando a educadora.

Quando acontecia alguma situação de quebra de regras, os jovens eram advertidos e, dependendo do grau de gravidade da situação ou do número de advertências adquiridas, o jovem poderia ficar suspenso e proibido de entrar no equipamento por alguns dias. Questionados se esta suspensão poderia provocar um distanciamento do jovem com o serviço, todos os funcionários entrevistados me informaram que isso nunca havia acontecido. Disseram que essa suspensão era um momento para o jovem refletir que aquele espaço era para ele, mas que haviam regras a serem seguidas, principalmente aquelas que diziam sobre o cuidado com o espaço, a entrada com objetos proibidos e o respeito com os trabalhadores.

Em uma conversa com uma trabalhadora do SEAS que antes havia atuado no Centro POP Miguilim, perguntei sobre como foi trabalhar neste serviço. Entre suas percepções, a funcionária me relatou que a questão da violência era um fator que perpassava todo o trabalho, porque ela estava presente no cotidiano de vida dos jovens atendidos e na forma como eles interagiam com outras pessoas. Nesta conversa, ela me contou uma situação de violência vivenciada no equipamento no qual uma jovem estava muito alterada porque soube que sua namorada havia apanhado da Polícia Militar. Durante sua entrevista, retomei esta situação e a funcionária me disse

(...) aconteceu e mexeu muito comigo enquanto profissional. Você se sente frustrado. Como manejar, dialogar com toda essa violência? E como lidar no dia a dia com essa violência se multiplicando? Por exemplo, tem uma questão seria com autoridade policial. Aconteceram situações sérias nas quais eu não tinha muito o que fazer. Se fosse conversar com o policial, ele diria que estaria fazendo o trabalho dele; e com o adolescente, ele vai dizer que seu desejo era matar aquele policial. É uma situação muito maior. Desconstruir essa lógica é muito difícil; eu enquanto pessoa também tenho minhas dificuldades, de passar por uma situação de violência também não é fácil. Teve um caso de uma adolescente menina, que tinha essa fala muito forte, de olhar pra secretária e dizer que queria matá-la; consegui construir com ela numa conversa e um pouco de trabalho artístico, talvez que ela elaborasse um pouco aquele desejo de morte. Quando fomos ver sua história, seus pais foram assassinados na frente dela. Como se trabalha com essa complexidade? Precisa de muito mais acompanhamento psicológico e etc. (Trecho de Entrevista com Thaís, funcionária do SEAS, em 27/02/2018)

A questão da presença da Guarda Municipal no equipamento também proporcionava questionamentos entre os funcionários. Alguns apontavam da necessidade da presença da Guarda no equipamento para um maior controle dos jovens enquanto que outros apontavam que a Guarda intimidava os meninos o que prejudicava a realização do trabalho. Uma educadora me relatou que acompanhou o equipamento tanto durante o período que existia a Guarda Municipal quanto no período que ela não se encontrava no equipamento e disse que apesar dos guardas possuírem uma certa proximidade com os jovens, houveram situações de conflitos o que a fazia ter uma postura de duvidar se o ideal era ter a presença da Guarda Municipal no Centro POP Miguilim.

No equipamento, enquanto os educadores passavam todo seu cotidiano de trabalho acompanhando os adolescentes em suas atividades, as técnicas estabeleciam contato com o público atendido através de atendimentos individuais. No primeiro atendimento era realizada uma entrevista, buscando informações a respeito do jovem, porque estava na rua, onde estavam seus familiares. A partir deste atendimento, era realizado um plano de trabalho com o objetivo de buscar alternativas para a saída das ruas. Outros atendimentos individuais aconteciam de acordo com a necessidade observada pela equipe da realização de uma conversa ou por

demanda do próprio jovem. O trabalho em equipe acontecia através de reuniões entre os técnicos e os educadores. Isso porque, enquanto os técnicos possuíam acesso a dados dos atendidos através do sistema de informações e por contato com outros serviços, os educadores tinham informações através das conversas realizadas no dia a dia de trabalho, durante o acompanhamento dos jovens nas atividades do equipamento.

Outra ação que os trabalhadores, principalmente as técnicas realizavam, era o contato com os funcionários das UAIs, obter informações a respeito dos jovens evadidos. Isso porque, caso algum comparecesse no Miguilim, a inserção no serviço não era realizada, evitando uma ação que acabasse legitimando a permanência do adolescente na rua. Nestes casos era realizado um acolhimento pela equipe técnica e uma conversa para sensibilizar o jovem a retornar para o acolhimento. O trabalho em rede com o SEAS também precisava estar bem alinhado, principalmente para se obter informações de jovens que ficassem por um tempo sem frequentar o equipamento e também para entender melhor as dinâmicas existentes nos territórios de permanências do público atendido.

Assim, percebo que o Centro Pop Miguilim apresenta um papel titubeante, porque ao mesmo tempo que precisava avaliar muito sobre suas ações para que o atendimento não acabasse apresentando um resultado oposto ao que o serviço pretende e uma centralidade muito importante por ser um equipamento interlocutor entre os outros serviços de atendimento ao público em situação de rua.

2.2.3- O COTIDIANO NO SEAS

A respeito do Serviço Especializado em Abordagem Social, o processo de interação entre funcionários e público atendido ocorria de forma bastante tênue porque diferentemente dos outros trabalhadores que possuíam um local de atuação, estes atuam no local de moradia destes indivíduos, no âmbito do privado. Assim, desde o processo de aproximação até se construir um atendimento mais qualificado, existia todo um caminho ao qual os trabalhadores denominavam de construção de vínculos.

Os vínculos apareciam como um ponto de conflito porque na percepção de alguns trabalhadores ele era entendido como uma relação entre dois indivíduos, trabalhador e público atendido, enquanto que para outros o vínculo de se dá numa relação entre usuários e serviço ofertado.

Então eu percebo que o serviço é muito mais preocupado em vincular o usuário com o serviço, com a política em si de uma forma ampla, mas isso não funciona na prática,

porque eu vínculo com pessoas. (Trecho de Entrevista com Fabiane, técnica do SEAS, em 27/02/2018)

(...) claro a gente vai trabalhar com o vínculo com o serviço, mas você é o serviço, você está representando ali o serviço, mas o vínculo as vezes não é você que escolhe, é o morador que escolhe aquele técnico ali. Tem coisa que ele vai falar com você e com outra pessoa não vai falar. Vai ter essa confiança em você de uma forma. Até a forma de atuação de cada um, as vezes se identifica com um, outro. (Trecho de Entrevista com Vanessa, técnica do SEAS, em 26/02/2018)

Crianças e adolescentes trabalhavam com vínculo com o Serviço, e não com o técnico. E aqui trabalhava com o vínculo com o técnico, cada técnico tinha um número X de casos. Então, isso foi uma coisa que criou um certo atrito quando unificou, porque? Às vezes o fulano estava lá na Regional e só tinha ele de técnico e ele saiu de férias, ninguém mais atende aquele caso, sabe? Quando eu falo o vínculo, o vínculo hoje é o que faz o Serviço funcionar. (Trecho de Entrevista com Sérgio, técnico do SEAS, em 27/02/2018)

Esta questão aponta para uma interpretação mais impessoal por parte de alguns funcionários enquanto que outros compreendem a execução do serviço de forma mais pessoal, estabelecendo uma relação de confiança com o público atendido e entendendo que vínculos se dão entre indivíduos.

O processo de atendimento dos adolescentes se apresentava ainda de uma forma mais delicada e processual, necessitando de tempo e presença cotidiana nas ruas.

(...) eu acho que a construção de vínculo é um pouco diferenciada do público adulto, porque o adulto quando você chega no local ele já vem cheio de demandas, a construção com eles... Eles já trazem a demanda para você. Adolescente é o contrário, a presença no território para criar o vínculo, acho que isso é importante falar, porque eu acho que o vínculo não se dá através de uma doação, não se dá através de uma permuta, de uma troca, o vínculo se constrói com a presença da equipe no território, então, no caso do trabalho com adolescente isso é fundamental. Porque é um vínculo complicado, às vezes você chega no local e eles estão muito dispersos, seja por estar naquela correria mesmo para arrumar algum dinheiro, ou para arrumar alguma doação, seja porque estão no uso contínuo de *thinner* ou outras drogas, mas o fundamental é a presença no território. Com isso você vai, se ele não quer conversar você cumprimenta, você fala que vai voltar depois(...) mas o importante mesmo de quem trabalha com criança e adolescente é trabalhar com ele o que ele está fazendo ali, para tentar conseguir de alguma forma despertar nele algum desejo, alguma demanda, ou saber alguma informação que a gente possa trabalhar com ele, para ele estar suprindo aquela situação. O Estatuto fala que não deveria ter criança na rua, ou adolescente, mas a gente não trabalha de forma coercitiva, então assim, é meio contraditório se você pegar a lei e pegar a prática profissional, porque você não pode pegar a pessoa a força, então você tem que trabalhar com ela, às vezes demora, e principalmente a criança e o adolescente, ao contrário do adulto, o vínculo demora a ser construído, você precisa estar com muita frequência ali, a construção com eles é diferenciada, porque eles não têm demanda. (Trecho de Entrevista com Sérgio, técnico do SEAS, em 27/02/2018)

A fala deste trabalhador do serviço de abordagem de rua, demonstra que, além de uma reflexão sobre como se constrói um atendimento de um jovem na rua, a permanência de um indivíduo menor de idade é um ponto de conflito entre o que a lei aborda e como o serviço se propõe a atuar. Isso proporciona algumas ações discricionais que focam muito mais na busca

do bem-estar da criança do que seguir uma diretriz que muitas das vezes pode desencadear em processos mais violadores ainda.

Durante o acompanhamento de uma das equipes do SEAS no período da tarde, os técnicos se depararam com uma situação em que uma jovem se encontrava em situação de rua com seu filho de 1 ano e nove meses. Diante esta situação, os técnicos conversaram com a jovem dizendo que ela não poderia ficar naquele local com a criança. Informaram que o Conselho Tutelar poderia retirar a guarda da criança se ela não procurasse uma alternativa para sair da rua. A jovem disse que estava morando na rua com um companheiro e que havia tentado uma vaga em um dos abrigos da cidade, sem êxito. Os técnicos informaram que iriam entrar em contato com um dos abrigos que acolhe mulheres com filhos e perguntaram se ela aceitaria ser acolhida, mesmo sabendo que seu companheiro não poderia ir com ela. Com a resposta positiva da jovem, os técnicos interromperam o trabalho de abordagem e seguiram direto para a sede do SEAS para realizar os trâmites necessários. A vaga foi disponibilizada, contudo quando a equipe da noite foi busca-la, a jovem recusou o acolhimento informando que seu companheiro iria providenciar uma casa para os três.

O relato apresentado tem como objetivo pontuar três questões. A primeira diz sobre a emergência e prioridade em se atender uma criança que se encontra em situação de rua. O segundo diz sobre a construção em rede de um atendimento que visa a manutenção dos vínculos familiares. Durante o retorno para a sede, os técnicos me informaram que se houvesse alguma denúncia para o Conselho Tutelar, a criança seria retirada da mãe e seria muito difícil que a jovem recuperasse a guarda do filho. Assim, mesmo tendo como proposta um trabalho alinhado entre os distintos órgãos de proteção à criança e ao adolescente, muitas vezes uma ação pode ser vista como protetiva para um serviço e violadora de direitos para outro. O terceiro ponto diz sobre os desejos e os tempos dos atendidos. Mesmo com toda mobilização e sensibilização, o acolhimento não foi realizado de imediato, quebrando todas as expectativas dos funcionários dos serviços.

Outros exemplos também me foram relatados sobre os distintos tempos dos serviços e os tempos do público atendido. Um deles foi o processo de construção de um acolhimento para mãe e filha, já que a adolescente sempre que encaminhada para a UAI/TVR evadia para ficar com a mãe nas ruas. Em um dos acompanhamentos do SEAS fui com os técnicos da regional norte realizar uma busca ativa para informar às duas que havia se conseguido uma vaga em um dos abrigos da cidade. No caminho, uma pessoa da equipe me relatou que esta era uma demanda das duas, que foi discutida em rede e que pela demora da decisão, o contato do serviço com as

usuárias havia se quebrado. Neste acompanhamento, não foi possível encontrar a mãe nem a adolescente e até o final do meu trabalho de campo fui informada que as duas não se encontravam no local que costumavam permanecer.

Outro caso que marcou muito meu trabalho de campo foi a situação de uma jovem trans que foi encaminhada pela rede de atendimento a um acolhimento masculino, sendo que ela desejava ser acolhida numa unidade feminina. Este encaminhamento foi visto por muitos trabalhadores dos serviços como uma violação de direitos e como a jovem não permaneceu na unidade seu caso foi discutido em instâncias superiores da Assistência Social. O desfecho deste caso foi que quando se teve a autorização para o acolhimento ocorrer na UAI/TVR feminina, a jovem já se encontrava em trajetória de vida nas ruas e não desejava mais este serviço.

A análise que concluo em relação aos processos de atendimento mostra que, de um lado existe a busca por estratégias de contenção, quanto do outro se tem formas de vinculação com as crianças e adolescentes. Isso demonstra como a rua aparece como um campo de atuação mais flexível e que possivelmente pode também proporcionar compreensões também mais flexíveis entre aqueles que atuam diretamente neste espaço, em comparação com aqueles que atuam a todo o tempo tentando negá-la.

Para melhor esclarecer minhas análises apresento a seguir um modelo analítico adotado baseado no trabalho *Jóvenes, Cultura y Ciudad* de Jairo Antonio Rodrigues Leuro (1998).

Tabela 10 - Modelo analítico

	Casa	Casa-Rua	Rua
Serviços Jovens	UAI	Centro Pop Miguilim	SEAS
Contenção	Ficam na UAI Serviço tenta manter contato com a família	Não frequentam	Evadem, porém não ficam mais de um dia na rua, não são público do SEAS
Híbrido	Ficam um tempo nas UAIs intercalado com a rua	Frequentam esporadicamente o Centro Pop Serviço tenta manter contato com a família	Ficam um tempo maior na rua
Ruptura	Podem ser acolhidos, porém a permanência é muito curta.	Centro Pop é local que faz parte da rotina	A Rua se torna local de moradia

Fonte: Elaboração própria

Este modelo demonstra como se dá a relação entre os jovens e os serviços destinados ao seu atendimento. Ele foi construído a partir das observações e das entrevistas com os trabalhadores dos serviços. Nele temos as categorias de contenção, híbrido e ruptura e sua relação com os serviços pesquisados. A primeira categoria – contenção - diz sobre aqueles jovens que possuem um pequeno vínculo com a rua, mas que permanecem acolhidos nas UAI/TVR. Evadem frequentemente, mas sempre retornam para a unidade, assim, não são públicos do Centro POP Miguilim, nem do SEAS.

A segunda categoria – híbrido – são aqueles jovens intercalam tempos de permanência na rua com tempos de permanência nos acolhimentos. Assim, são públicos atendido de todos os serviços. Durante meu trabalho de campo foi possível encontrar com o mesmo jovem em distintos serviços, em um acolhimento e no Centro POP e no Centro POP e na rua durante o acompanhamento das equipes do SEAS, por exemplo. Para este público, o Centro POP Miguilim realizava distintos atendimentos. Quando um adolescente chegava no equipamento, o primeiro procedimento é o atendimento pela equipe técnica. Neste momento é realizado uma escuta e investigado o histórico do adolescente. Se ele for um jovem recém evadido, o serviço realiza somente um atendimento e não o acolhe. É realizada uma conversa para conscientizar o jovem a retornar para o acolhimento e um contato direto com a unidade para recebe-lo novamente. Quando o jovem está há mais tempo nas ruas, é realizado o acolhimento e inserção do jovem no serviço. Estas estratégias são adotadas para que o serviço não se torne um ator legitimador da rua.

A terceira categoria – ruptura – são aqueles adolescentes que utilizam a rua como local de moradia e de reprodução do seu cotidiano. É um público que pouco frequenta os acolhimentos institucionais, e quando o frequentam, o tempo de permanência é muito curto. São jovens que possuem um alto vínculo com o Centro POP Miguilim, podendo frequentá-lo diariamente e são acompanhados pelos técnicos do Serviço de Abordagem de Rua.

As associações dos equipamentos com Casa, Casa-Rua e Rua se justificam pelas orientações das unidades de acolhimento se assemelharem a uma casa e pelo serviço de Abordagem ser realizado no local da rua. Pelo fato de ter localizado o Centro POP Miguilim entre estes dois serviços em todo meu trabalho, considereirei o par Casa-Rua numa analogia em que o serviço teria traços dos dois lugares, além de representar um elo entre os outros dois serviços.

O modelo analítico aqui proposto representa uma tentativa de relacionar perfis de crianças e adolescentes que possuem alguma relação com a rua e os serviços a elas destinadas.

Devido a complexidade e a diversidade de situações este modelo se apresenta como uma generalização. Nesse sentido um mesmo jovem pode transitar em distintas categorias.

2.3 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Neste capítulo foi possível analisar que tanto as categorias, quanto as práticas cotidianas muitas vezes foram delimitadas pelo Conselho Tutelar. Apesar de não ser um ator contemplado na pesquisa, considerei indispensável apresentar estas percepções dos trabalhadores dos serviços pesquisados. Isso porque, por mais que meus objetivos se concentrassem em tentar entender o papel na rua para crianças e adolescentes pelo olhar dos trabalhadores, muitas questões de ordem prática influenciavam a compreensão do que era atender um público que possuía a rua em sua definição.

A construção das possibilidades de atuação pelos trabalhadores era, muitas vezes, contrastada com as limitações materiais dos equipamentos e com as diretrizes e orientações de cada serviço. Um dos meus questionamentos durante a pesquisa, foi entender se a compreensão da rua era influenciada pelos objetivos que aquele serviço se propunha. Tendo a oportunidade de entrevistar trabalhadores que atuaram em mais de um dos serviços aqui pesquisado, pude verificar que, por mais que a compreensão e análise da rua e da definição do público atendido se apresentava de forma mais flexível, até questionadora, muitas questões da ordem prática do local de trabalho também eram postas. Assim, mesmo que um trabalhador tenha atuado com os jovens no contexto da rua, o contexto de um acolhimento ou de um Centro POP se colocava de forma muito distinta, principalmente porque o atendimento se dava em um espaço institucionalizado, sendo que na rua, mesmo com intervenções do Estado, ela acontecida de forma muito mais diluída.

Isso foi verificado durante as entrevistas e acompanhamentos dos funcionários que atuavam ou já haviam atuado em mais de um dos serviços pesquisados. Ao serem questionados sobre as diferenças de atuação nos distintos serviços, estes trabalhadores me diziam que apesar de compreenderem as normativas das instituições que acolhem os adolescentes como algo limitante, era necessário assumir uma postura condizentes com estes formatos institucionais, principalmente porque a forma de atuação poderia desencadear em consequências judiciais mais severas, tanto para o trabalhador quanto para o serviço.

Além disso, outro fator que influenciava as análises dos funcionários era como o formato institucional interferia nos modos de relacionamento entre trabalhador e usuário. Isso porque,

como foi apresentado anteriormente, a atuação do funcionário no trabalho da abordagem era determinado e organizado a partir do que a dinâmica da rua permitia, sendo em algumas situações que ela nem chegasse a acontecer, ao contrário da atuação dos funcionários dos outros dois serviços que precisavam realizar as interações e moldá-las de acordo com as normativas construídas no cotidiano de trabalho, fazendo com que em muitas situações estas interações apresentassem um desfecho mais conflitante, mais violento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rua não consegue proteger, mas de alguma forma é a proteção que essas pessoas têm, é o lugar que os aceitam com sua bebida, com sua droga. Quando a família não quer, a rua acolhe, a rua abraça. (Trecho de Entrevista com Glauber, técnico do SEAS, em 12/02/2018)

Retomando o questionamento que deu origem a este trabalho: Como estes funcionários percebem seus processos de trabalho, baseados em um poder discricional, tendo como centralidade a tensão que é o papel da rua, tanto para eles quanto para o público atendido, apresento as seguintes considerações final.

A primeira consideração diz respeito à baixa discussão sobre o que representa e significa uma criança ou adolescente em situação de rua, tanto nos serviços quanto na política como um todo. Isso demonstra como distintas compreensões sobre um mesmo público aparecem nas falas dos trabalhadores que fizeram parte desta pesquisa.

Outro ponto considerado refere-se a questão de a política estar em constante construção. Isso significa que ela ainda não foi completamente institucionalizada, o que dificulta orientar as ações dos funcionários, possibilitando discricionariedade por parte daqueles que estão na ponta dos serviços, cara a cara com o público atendido. Essa discricionariedade faz com que muitos valores dos funcionários, em relação ao que eles entendem como classificação dos serviços, terminem operando na maneira como eles constroem as relações interacionais com os atendidos.

Um terceiro ponto diz sobre os processos homogeneizadores desencadeados pelos encaminhamentos, principalmente por parte do Conselho Tutelar. Esta questão foi possível de ser evidenciada nas casas de acolhimento onde o critério de atendimento do público passava muito mais por um fator de ordem objetiva, a disponibilidade de vagas, do que de ordem identitária, a trajetória de vida nas ruas. Os serviços são dispersos, mas os encaminhamentos são homogeneizadores, porque no final acabam recebendo através da vaga e das determinações do Conselho Tutelar.

Uma quarta análise diz sobre a percepção de que, apesar da política ser construída no pilar da garantia de direitos e da proteção social para crianças e adolescentes em situação de rua, percebe-se ainda a existência do par proteção (no sentido de caridade) e punição. Isso porque uma parte dos profissionais apresenta em seus discursos uma perspectiva de caráter caritativo enquanto que outros entendem os atendidos como jovens que precisam sair das ruas

por serem violadores, violentos, jovens que deveriam ser o público das medidas socioeducativas e não da assistência social. Dessa forma, ficar nas casas representa um momento de incapacidade, tanto no sentido de se tornar vítima ou autor de crimes.

Ainda é preciso pontuar que as escassezes, precariedades, baixos salários contribuem para uma grande rotatividade de funcionários o que desencadeia em uma descontinuidade do trabalho construído. Além da dinâmica do próprio público atendido, que se apresenta como muito flutuante, as constantes trocas de funcionários acabam dificultando na construção de um plano de trabalho a ser seguido durante todo o ano, por exemplo. Contudo, apesar deste cenário não tão favorável, não poderia deixar de apontar que o trabalho de campo me proporcionou verificar a complexidade que é atender o público em situação de rua e como muitos trabalhadores estão em constante movimentação e dispostos a construir uma política que de fato garanta os direitos das crianças e adolescentes em situação de rua.

Ao me propor em realizar um trabalho qualitativo sobre os serviços da assistência social destinados ao público em situação de rua, fui percebendo uma necessidade de dados quantitativos para construir uma visão mais ampla e generalizada sobre o fenômeno aqui estudado. A inexistência destes dados, ou quando existiam apresentavam informações incompletas ou conflitantes, me fez perceber a dificuldade que a própria política possui em construir diagnósticos e metodologias de trabalho. Durante a pesquisa me foi informado por alguns funcionários que o público de jovens em situação de rua estava diminuindo em relação a anos anteriores. Isso me fazia questionar porque então se estava aumentando o número de equipamentos para atendimento deste público.

Contudo, estes limitadores não são características exclusivas do contexto de Belo Horizonte, é algo que faz parte do próprio fenômeno que exige uma plasticidade por parte dos serviços que se dispõem em realizar atendimentos e intervenções com o público nas ruas.

No início da etnografia *Vozes do Meio Fio*, na primeira página do texto, temos uma excelente análise do que é esta atuação cotidiana:

Na rua, esses educadores não só educam meninos, mas sobretudo, civilizam transeuntes. Enquanto proclamam carecer de uma pedagogia que fundamente seu trabalho, parecem silenciar sobre o quanto esse mesmo trabalho já está a elaborar os fundamentos de tal pedagogia. (...) é o reconhecimento que nenhuma teoria está completamente pronta a orientar experiências, sejam pedagógicas, sejam de pesquisa. (SILVA & MILITO, 1995. Pág. 09)

Assim, podemos afirmar que a efetivação da política não se dá somente no sentido da política em sua normatização geral, mas também da sua prática. Entender que Belo Horizonte se constituiu como um lugar de implementação de políticas muito eficientes, mesmo com todos

percalços, com formação pessoal qualificada e com um certo pioneirismo nos conduz à pergunta, como esta rede de serviços assistenciais interfere no modo de estar nas ruas? Em que medida os trabalhadores conseguem reverter esta situação de rua dos jovens?

A dificuldade de responder tais perguntas diz muito sobre as interpretações que são construídas ao redor dos serviços e suas intervenções. Enquanto muitos acreditam que a política municipal se apresenta de forma bastante eficiente, construindo formas de atendimento que respeitam as escolhas e decisões dos usuários, outros consideram que tais ações podem, em alguma medida, estar contribuindo para a manutenção do público em situação de rua.

Neste ponto precisamos antes questionar qual o papel na rua na vida dos cidadãos belorizontinos. Se este local é visto apenas como um lugar de passagem, ou se é legítimo considera-lo como um lugar de reprodução de várias formas de vida e relações sociais cotidianos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- BANDERA, V. Código de menores, ECA e adolescentes em conflito com a lei. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande do Sul, v. XVI, n. 114, julho 2013.
- BATISTA, Beatriz Cássia; MAYORGA, Claudia; REIS, Juliana do Carmo; MANSUR, Márcia. Crianças e adolescentes de trajetória de rua: **Um estudo sobre o serviço dos Centros de Passagem de BH/MG**. Disponível em: <<http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anex>
- BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra.. In: *Les Jeunes et le Premier Emploi*. Entrevista a Anne-Marie Métalié. Paris, *Association des Ages*, 1978.
- BRITO, Angela Ernestina Cardoso de; SILVA, Karla Katiúcia. A Trajetória das Protoformas Brasileiras de Atendimento à Infância e Adolescência: do código de menores ao Estatuto da criança e do adolescente. Disponível em: <http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/3f/3facec44-a9b1-481f-b1bc-e87428de06fa.pdf> Acesso em: 01/12/2018
- CALAF, Priscila Pinto. **Criança que faz criança: (des)construindo infância e sexualidade com meninos e meninas de rua**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pósgraduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, 2007.
- COHN, C. **Antropologia da Criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 3a. ed.: Ática, 1995.
- COSTA, Ana Carolina Pontes. As Políticas de Proteção a Infância e Adolescência e a Educação: reflexões a partir da década de 1920. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v1/03.pdf> Acesso em: 01/12/2018
- COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz & CARNEIRO Carla Bronzo Ladeira. **Os desafios da inclusão social: programas de assistência à infância e juventude vulnerabilizada na administração municipal de Belo Horizonte**. Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2004.
- DELGADO, A. C. C.; MULLER, F. Tempos e Espaços das Infâncias. **Currículo sem Fronteiras**, p. 5-14, 2006.
- FALEIROS, V. D. P. Políticas para a infância e adolescência e desenvolvimento. **Políticas Sociais - Acompanhamento e Análise**, n. 12, agosto 2005.
- FERREIRA, F. P. M. **Crianças e Adolescentes Em Situação de Rua e seus Macro Determinantes**. Saúde Soc. São Paulo: [s.n.]. 2011. p. 338-349.

FONSECA, C. Os direitos da criança - Dialogando com o ECA. **Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares**, Porto Alegre, 2004.

FRANGELA, Simoni Miziara. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. 1a. ed. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 2010. v. 1. 260p .

GARFINKEL, H. **Estudios en etnometodologia**: Anthropos Editorial, 2006.

GREGORI, M. F. **Viração. Experiências de meninos nas ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LANSKY, S. **Circuitos da Infância Urbana**. Encontro Nacional da ANPOCS. Caxambu. 2008.

LEURO, Jairo Antônio Rodriguez. *Jovenes, Cultura y Ciudad. Cuadernos de Investigacion. Estudios Monograficos. Observatorio de Cultura Urbana Santa Fé de Bogotá*, 1998.

LIPSKY, M. **Street-Level Bureaucracy. Dilemmas of the individual in public services**. New York: Russel Sage Foundation, 1980.

LOTTA, G.; PAVEZ, T. Agentes de implementação: mediação, dinâmica e estruturas relacionais. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, p. 109-125, 2010.

MAGNANI, J. G. C.; SOUZA, B. M. D. **Jovens na Metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade**. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.

MARCHI, Rita de Cassia. **A infância não reconhecida: as crianças 'de rua' como atores sociais**. *Anais do II Seminário Nacional. Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. UFSC, Florianópolis, 2007.

MOLLO-BOUVIER, S. Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica. **Educação e Sociedade**, p. 391-403, 2005.

RIZZINI, I. **Vida nas ruas, crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?** Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2003.

RIZZINI, I. **A infância pegirosa (ou "em perigo de o ser.") Ideias e práticas correntes no Brasil na passagem do século XIX para o XX**. II Encontro Franco-Brasileiro de Psicanálise e Direito. Paris. 2005.

ROBAÍNA Igor M. M. . Populações 'daninhas'? contenção territorial e estratégias de sobrevivência das populações de rua nos espaços públicos das grandes metrópoles. *Revista Entre-Lugar (UFGD. Impresso)*, v. 2, p. 137-163, 2011.

ROSEMBERG, F. O discurso sobre crianças de rua na década de 80. **Cadernos de Pesquisa**, p. 71-81, 1993.

SANTANA, Juliana Prates, DONINELLI, Thaís Mesquita, FROSI, Raquel Valiente, KOLLER, Silvia Helena. **Os adolescentes em situação de rua e as instituições de atendimento: Utilizações e reconhecimento de objetivos.** In: Psicologia: reflexões e Crítica. 18(1), p. 134-142. Rio Grande do Sul, 2005.

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação e Sociedade**, p. 361-378, 2005.

SILVA, Hélio R. S., MILITO, Cláudia. **Vozes do Meio-Fio.** Rio de Janeiro. Dumará. 1995.

VIEGAS, Simone Soares. A política de atendimento a crianças e a adolescentes em abrigos de Belo Horizonte: história, organização e atores envolvidos. 190f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007

Documentos Governamentais

BRASIL. Presidência da República. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. 2014

_____. Diretrizes Nacionais para o atendimento as crianças e adolescentes em situação de rua. 2017.

BRASÍLIA. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS. 2006.

BELO HORIZONTE. Proposta de Reformulação das ações para o público infanto-juvenil com trajetória de vida nas ruas. 2006

_____. Formatação metodológica das ações para o Serviço de Abordagem Social nas ruas, 2009.

_____. Parâmetros de oferta de serviços socioassistenciais voltados para população em Situação de Rua. Resolução CMAS/BH No. 030 de 13 de Dezembro de 2017a

_____. Projeto Político Pedagógico Casa Esperança ADRA 3 2017b

_____. Projeto Político pedagógico Casa Francisca de Paula III, 2017c.

_____. Projeto Político Pedagógico Casa Travessia, 2017d.

_____. Subsídios Preliminares para o reordenamento do serviço especializado do centro de referência para crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas – Centro POP Miguilim, s/d.

ANEXO



Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social - SMAAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

A Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social – SMAAS/ Belo Horizonte autoriza a realização do Trabalho Acadêmico pela pesquisadora **Natália Santana Araújo**.

O tema do Trabalho é "Implementação de políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de rua: estudo das práticas e intervenções dos técnicos em políticas públicas de proteção social infantil em Belo Horizonte", realizado sob a orientação da Professora Ana Marcela Ardila Pinto.

Informo que a autorização está condicionada ao cumprimento do termo de compromisso assinado pela pesquisadora e autorização dos atores envolvidos mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

Belo Horizonte, 30 de Agosto de 2017.



Domingos Sávio de Araújo
Gerência de Coordenação da Política de Assistência Social